



**Conselho
Nacional de
Política Cultural**

16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

03 DE FEVEREIRO DE 2026

SUMÁRIO

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.....	3
Participantes.....	3
Pauta.....	6
Relato dos assuntos tratados na Reunião	7
Encaminhamentos	15
Próximas agendas.....	16
Responsáveis pela elaboração	17

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA DE REALIZAÇÃO: 03 de fevereiro de 2026

HORÁRIO: 9h às 18h

LOCAL: Sala 735, 7º Andar, Esplanada dos Ministérios Bloco B - Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF

TRANSMISSÃO NO YOUTUBE: [Link](#)

Participantes

Coordenação-Geral do CNPC:

- **Daniel Balabram Samam** (Coordenador do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC);
- **Vinícius Prazo Januzzi** (Coordenador do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC);
- **Guilherme Mendes Rennó Rosa** (Técnico em Complexidade Intelectual); e
- **Luísa da Cunha Abbott** (Coordenadora dos Colegiados Setoriais).

Conselheiros(as) do Poder Público:

- **Márcia Helena Gonçalves Rollemberg** (representante titular da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - SCDC);
- **Karina Miranda da Gama** (representante da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural - SCDC);
- **Edna do Espírito Santo** (representante suplente da Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais - SDAI);
- **Henilton Parente de Menezes** (representante titular da Secretaria de Fomento Cultural e Incentivo à Cultura - SEFIC);
- **Roberta Cristina Martins** (representante titular da Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura - SAFCC e presidente do CNPC);
- **Laís Helena Custódio Rodrigues de Queiroz** (representante suplente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN);

- **Fernanda Santana Rabello de Castro** (representante titular do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM);
- **Lais Santos de Almeida** (representante suplente da Fundação Nacional de Arte – FUNARTE);
- **Nelson Luiz Rigaud Mendes** (representante suplente da Fundação Cultural Palmares);
- **Eliane Parreiras** (representante titular do Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados);
- **Caio de Oliveira Callegari** (representante titular do Ministério da Educação – MEC);
- **Eduardo de Araújo Nepomuceno** (representante titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP);
- **Fabiano Piúba** (representante titular da Secretaria de Formação, Livros e Leitura – SEFLI);
- **Joelma Oliveira Gonzaga** (representante titular da Secretaria do Audiovisual - SAV);
- **Leonardo Lessa** (representante da Fundação Nacional das Artes – FUNARTE);
- **Juana Nunes** (representante titular do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI); e
- **Teresa Cristina Rocha Azevedo de Oliveira** (representante suplente da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura – SEFIC).

Conselheiros(as) da Sociedade Civil

- **Carmen Brígida Negrão** (representante titular da Associação Rede de Produtores Culturais de Fotografia no Brasil);
- **Adriana Dutra Mendes** (representante titular do SESC);
- **Luis Antônio Torelli** (representante titular da Câmara Brasileira do Livro - CBL);
- **Gilcéia de Lurdes Souza** (representante suplente da Confederação da União das Federações de Capoeira do Brasil - UFCB);
- **Daiara Tukano** (representante titular das Culturas Indígenas);
- **Geová Alves da Silva** (representante titular da Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas Tadeu);
- **Elson Silva da Rocha** (representante titular da Região Norte – Amazonas/AM);
- **Lucimar Bezerra Marques** (representante titular da Região Norte – Amazonas/AM);

- **Shaolin Barreto** (representante titular da Região Nordeste – Bahia/BA);
- **Nivaldo Jorge da Silva** (representante suplente da Região Nordeste – Pernambuco/PE);
- **Luiz Felipe Vitelli Peixoto** (representante titular da Região Centro-Oeste – Distrito Federal/DF);
- **João Michel Daniel Ferreira** (representante titular da Região Sudeste – Minas Gerais/MG);
- **Thaynã Fernandes Araújo Paes** (representante titular da Região Sudeste – Minas Gerais/MG);
- **Paulo Leônidas de Barros** (representante titular da Região Sul – Rio Grande do Sul/RS);
- **Jacqueline Custódio** (representante titular da Região Sul – Rio Grande do Sul/RS);
- **Jaqueline Santana da Silva** (representante titular da Confederação Nacional de Municípios – CNM);
- **Fernanda Barbosa Adão** (representante titular da Região Centro-Oeste – Distrito Federal/DF); e
- **Vicente Carlos Pereira Junior** (representante suplente do SESC).

Outros Representantes:

- **Lindivaldo Oliveira Leite Júnior** (Secretário-Executivo do CNPC);
- **Osiris Vargas Pellanda** (Consultoria Jurídica – CONJUR/MinC); e
- **Sandro Rafael Martins dos Santos** (Coordenador do Sistema Nacional de Cultura – SNC).

Pauta

Dia 03/02

1. Mesa de Abertura Institucional

- Composição da mesa e boas-vindas;
- Verificação de Quórum;
- Aprovação da Pauta da 16ª Reunião Extraordinária.

2. Reestruturação do CNPC

- Debate e encaminhamentos da reestruturação.

3. Encerramento da Reunião

Relato dos assuntos tratados na Reunião

1. Mesa de Abertura Institucional

- **Composição da mesa e boas-vindas:** A Sra. Roberta Martins deu as boas-vindas a todos e declarou aberta a 16ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).
- **Verificação de Quórum:** Verificada a existência de quórum.
- **Aprovação da Pauta da 16ª Reunião Extraordinária:** O Sr. Luiz Felipe Viteli apresentou a pauta proposta, que foi aprovada por consenso.

2. Reestruturação do CNPC

- **Apresentação da proposta de reestruturação “A”, desenvolvida pela sociedade civil:** O Sr. Thaynã Paes agradeceu os envolvidos nas atividades da Câmara Temática de Reestruturação do CNPC. Relembrou o trabalho desenvolvido pela CT desde a sua instituição, em 2023, com destaque para as diversas escutas realizadas, incluindo nas Regiões e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Em apresentação disponibilizada aos conselheiros presentes na reunião, reforçou os seguintes acordos atingidos anteriormente sobre o tema: cotas mínimas de participação, de 50% mulheres, 30% negros, 10% indígenas, 5% pessoas com deficiência e 5% pessoas LGBTQIAPN+; a inclusão da participação de outros Ministérios além o MinC; a presença de um representante de cada Estado do país; e entre dez e quinze representantes de segmentos. Somou que tinham sido definidas oito Comissões Permanentes, sendo elas: Acompanhamento do Plano Nacional; Acompanhamento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais; Sistema Nacional de Financiamento à Cultura; Acompanhamento aos Conselhos Estaduais e Políticas Culturais; Pauta Legislativa da Cultura; Formação; Democratização, Acesso e Acessibilidade; e Intersetorial. Lembrou que a última proposta de minuta apresentada tinha sido rejeitada pelo pleno por não ter sido considerada representativa pela sociedade civil, que por sua vez modificou o texto conforme seria apresentado. Sobre a nova proposta da sociedade civil, disse que ampliaria a participação social e equilibraria a representação entre os setores e os

territórios, além de permitir a incidência do CNPC sobre todos os componentes do Sistema Nacional de Cultura. Falou sobre a indicação de criação da Comissão Interconselhos e da Comissão dos Colegiados Setoriais, a fim de ampliar as representações e assessorar os conselheiros enquanto impunham custos baixos, dado que as reuniões seriam em formato virtual. Sobre a composição do Conselho, indicou que a proposta previa 30 representantes da sociedade civil, sendo 15 regionais, no mínimo três por Região, no máximo um por Estado e incluindo municípios de pequeno e médio porte; e 15 representantes setoriais, abarcadas representações das culturas indígenas e afro-brasileiras. Acerca das representações dos setores, informou que mais de 40 variedades tinham sido listadas com base nas manifestações da Conferência Nacional de Cultura e que as 15 mais votadas seriam eleitas, salvaguardadas culturas indígenas e afro-brasileiras. Listou também a sugestão de composição das 30 representações do poder público, a saber: 16 integrantes do MinC; uma da Secretaria Geral da Presidência da República; uma do Fórum de Secretários e Dirigentes de Cultura do Estado; uma do Fórum de Secretários e Gestores das Capitais; uma da Rede Nacional de Gestores Municipais de Cultura; uma da Câmara Federal; uma da Comissão de Cultura do Senado; uma da Conferência Nacional Cultura; uma do Ministério da Educação (MEC); uma do Ministério dos Povos Indígenas (MPI); uma do Ministério da Igualdade Racial (MIR); uma do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); uma do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC); uma do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); e uma do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A seguir, explicou que a Comissão Interconselhos teria 29 representantes da sociedade civil e 48 no total, sendo: os 15 representantes regionais eleitos no pleno do CNPC, um de cada Estado; 12 representantes regionais mais votados no processo eleitoral do CNPC, exceto dos Estados que já estão no pleno; um representante do Fórum de Conselhos Estaduais de Cultura; um representante do Fórum de Conselhos Municipais de Cultura; três representantes do Fórum de Gestores; três representantes da Comissão Intergestores Tripartite; cinco representantes do MinC; um representante da Comissão de Cultura; um representante da Comissão de Cultura e Educação do Senado; um representante da Confederação Nacional dos Municípios; e cinco de outros Ministérios. Sobre a Comissão de Colegiados Setoriais, listou que seriam 30 representantes da sociedade civil e 20 do poder público, conforme segue: os 15 representantes dos setores mais votados; 15 representantes dos setores e expressões mais votados no processo eleitoral do CNPC,

exceto os eleitos; 15 representantes das áreas finalísticas relacionadas à política setorial; e cinco representantes de outros Ministérios. Ainda, disse que a proposta de estrutura para o CNPC incluía o pleno, a mesa diretora, a secretaria executiva, as comissões permanentes, as câmaras temáticas, a Comissão Interconselhos, a Comissão dos Colegiados Setoriais, os grupos de trabalho, a Comissão de Ética e Transparência e a Conferência Nacional de Cultura. Enumerou as Comissões Permanentes propostas, a saber: Comissão do Plano Nacional de Cultura; Sistema Nacional de Financiamento da Cultura; Sistema Nacional de Financiamento da Cultura; Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais; e Sensibilidade, Redução das Desigualdades e Crise Climática. Ainda, listou algumas das competências sugeridas para o CNPC, com ênfase para a verba indenizatórias para os Conselheiros.

- **Apresentação da proposta de reestruturação “B”, desenvolvida pelo poder público:** O Sr. Daniel Samam pontuou a aprovação do marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura e os seus efeitos para a legislação do CNPC. Indicou como pilares do CNPC de acordo com a proposta de reestruturação a governança, o caráter legal e a representatividade. Enfatizou que a composição do CNPC obrigatoriamente seria paritária, além de ser permanente e democrática. Com a palavra, o Sr. Vinícius Prado Januzzi explicou que, de acordo com a proposta, as cadeiras do plenário estariam ligadas aos Colegiados Nacionais de Participação Social da Política Cultural e associadas às Políticas Nacionais consolidadas, em desenvolvimento ou sendo criadas. Resumiu que a composição contaria com 20 representantes da sociedade civil e 20 membros do poder público, incluindo oito representantes das áreas técnico-artísticas, sendo: artes visuais; circo; dança; música; teatro; audiovisual; livro, leitura, literatura e bibliotecas; e artesanato. Ainda sobre a composição, somou que seriam seis representantes das diversidades de expressões culturais brasileiras, sendo elas: culturas urbanas e periféricas; cultura das comunidades quilombolas; povos de matriz africana; povos indígenas; povos do campo, das águas e florestas; e Política Nacional de Culturas Tradicionais e Populares. Ainda, disse que seriam quatro cadeiras voltadas para Patrimônio e Memória, duas vinculadas ao Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, uma de patrimônio material e uma de patrimônio imaterial; e duas do Sistema Brasileiro de Museus, sendo uma de museu e memória e outra de arquivos e acervos. Por fim, indicou que teriam cadeiras os pontos de cultura; a Política Nacional de Economia Criativa, sendo uma vinculada ao Colegiado da área e outra abrangendo a área técnica; e os Colegiados Nacionais, com uma cadeira para as áreas técnicas e outra para os trabalhadores da cultura. Sobre o poder

público, disse que as cadeiras seriam ocupadas pelas diversas secretarias do sistema do MinC. Citou a criação de Colegiados Nacionais de Participação Social da Política Cultural para auxiliar na participação social, com composição entre 15 e 20 membros e atendendo as cotas propostas. Informou que seria garantida a representação de todas as Regiões do Brasil e que a paridade de gênero deveria ser respeitada. Explicou o caráter articulador dos Colegiados entre o CNPC e os segmentos. Informou que o mandato seria de três anos para a sociedade civil, permitida uma recondução condicionada à manutenção dos critérios de habilitação. Lembrou também da criação dos Fóruns Nacionais de Participação Social da Cultura, para apoio das demandas transversais das políticas culturais e acompanhamento dos trabalhos do CNPC e cumprindo as cotas obrigatórias. Listou os Fóruns já listados como necessários e que poderiam ser acompanhados pelo Sistema MinC: Capoeira, Cultura Alimentar, Cultura DEF, Cultura Infância, Hip Hop e políticas de LGBTQIAPN+.

- **Comparação entre as propostas “A” e “B”:** O Sr. Vinícius Prado Januzzi apresentou o quadro comparativo entre as propostas da sociedade civil e do poder público. Indicou que o Sistema MinC julgou que as funções do Conselho eram limitadas às contidas na lei e, sobre as competências, disse que algumas das sugeridas pela sociedade civil poderiam ser incluídas, enquanto outras já estavam abarcadas e uma parte não poderia ser admitida por se referir ao caráter normativo. Acrescentou que as diretrizes sugeridas na proposta “A” foram acatadas pelo poder público. Destacou as divergências entre as propostas quanto à composição, ao modelo eleitoral, à frequência das reuniões ordinárias, à estrutura, ao fórum de convocação, à transmissão das reuniões, à alocação e ao orçamento do CNPC. Comparou também os colegiados sugeridos por cada proposta, conforme mencionado anteriormente, e explicou que o poder público optou por não indicar as Comissões Permanentes a fim de não limitá-las, sugerindo definir apenas a quantidade. Contextualizou que, nos demais Conselhos Nacionais, não havia distinção entre os conselheiros da sociedade civil e do poder público quanto ao recebimento de verbas indenizatórias, como sugerido na proposta “A”. Citou ainda a divergência com relação à eleição da estrutura organizacional e a participação da Ministra da Cultura nas reuniões.
- Em nome da Comissão dos Colegiados, a Sra. Carmen Negrão relatou a reunião ocorrida em 21 de janeiro. Indicou que a Comissão entendeu que a sua atribuição envolvia trabalhar os colegiados a partir das áreas finalísticas e disse que deveriam ser 22 cadeiras no colegiado. Depois, listou os seguintes encaminhamentos da Comissão acerca da reestruturação da

CNPC: nas áreas técnicas artísticas, ficou indicada a importância de que, na composição de cada um dos colegiados, estivessem presentes profissionais das áreas técnicas correspondentes; no grupo de expressões culturais, destacou-se a entrada da cultura urbana e periférica, que inclui hip-hop, sarau, rap, funk, grafite, dança, produções audiovisuais e ocupações de espaço público, entre outras, muitas das quais como manifestações da cultura urbana e periférica de forma distinta; a cultura dos povos do campo, das águas e da floresta reconheceu as culturas de agricultores familiares, Movimento Sem-Teto (MST), povos ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, caiçaras, comunidades tradicionais e povos ciganos como parte constitutiva da diversidade cultural do território, inclusive aqueles de organização territorial fixa, coletiva ou itinerante, abrangendo saberes tradicionais, modo de vida, práticas comunitárias e expressões artísticas; indicação da proposta dos fóruns de participação que articulam diretamente com os colegiados e com o pleno nas suas áreas afins, sendo que a presença de qualquer área no conjunto que forma as expressões culturais não impede que se constitua também como um fórum separado; os colegiados têm que respeitar critérios da diversidade de gênero, raça e território de acordo com o Sistema Nacional de Cultura, pois não há política cultural legítima sem a participação social efetiva, contínua e diversa; elaboração de critérios de diversidade para as eleições; as eleições devem ocorrer por Estado, nas respectivas áreas de políticas; cada um dos colegiados deveria ter uma representação no pleno; e respeito ao número máximo de cadeiras.

- **Defesa das propostas apresentadas:** Defendendo a proposta da sociedade civil, o Sr. Thaynã Paes argumentou que a proposta do poder público não tinha evoluído em questões significativas, como a representatividade regional, insistindo na sua manutenção. Defendeu a eleição dos segmentos conforme proposta e apontou a exclusão da população LGBTQIAPN+ das cotas na minuta “B”. Em defesa da proposta do poder público, o Sr. Henilton Parente de Menezes arrazoou que a proposta “B” também englobava a representação regional e discorreu sobre as dificuldades impostas por uma composição com 60 pessoas, desde a dificuldade de consenso até a falta de participação dos Ministérios. Depois, o Sr. João Michel Daniel Ferreira também defendeu a proposta da sociedade civil, enfatizando a necessidade de participação regional, e demandou a eleição direta e entre os pares. Por fim, o Sr. Leonardo Lessa de Mendonça defendeu a proposta do poder público, reforçou que a construção da proposta “B” teve a participação da sociedade civil e insistiu no vínculo dos representantes do pleno com os colegiados como um demarcador da

diversidade, indicando-os como os espaços mais adequados para a participação territorial transversal. Insistiu que a proposta “B” contemplava a importância da participação territorial.

- **Manifestação dos presentes:** Aberta a palavra para a manifestação dos presentes, a Sra. Gilcélia Souza de Lurdes cobrou o cumprimento dos acordos da Conferência Nacional da Cultura e o Sr. Shaolin Barreto lamentou não ter sido apresentada uma proposta única e consensual da Câmara Temática. A demanda acerca da representação regional foi enfatizada e exigida por vários dos presentes, assim como a elaboração de proposta única, tendo em vista as convergências já atingidas. Ainda, os representantes da sociedade civil criticaram o processo de reestruturação do CNPC pela demora na evolução e na conclusão dos trabalhos e pela resistência do poder público em abarcar a demanda pela representatividade territorial e dos segmentos. Foi criticado também o fato de a proposta “A”, debatida pela Câmara Temática de Reestruturação, ter tido como base a minuta elaborada pelo poder público, que já tinha sido rejeitada pelo pleno, assim como a falta da apresentação e da deliberação acerca de uma proposta da sociedade civil. Outro tema citado repetidamente foi quanto ao formato de eleição dos setores, se direta ou indireta. Após extenso debate, o Sr. Thayná Paes sugeriu como encaminhamento o estabelecimento de um representante de cada Região do Brasil, pensando em garantir o pacto federativo conforme constava na Lei do Sistema Nacional de Cultura, desde que fosse estabelecida a Comissão Interconselhos para interlocução direta dos representantes com os Estados. Sobre a eleição dos representantes setoriais, propôs que os pares definissem seus representantes. A seguir, o Sr. Shaolin Barreto sugeriu a eleição direta e solicitou a garantia de diversidade territorial no Decreto, mesmo que por meio de Colegiados. Adiante, a Sra. Roberta Martins reforçou a questão dos colegiados com representações dos grandes blocos das ações afirmativas de reparação histórica de gênero, raça e etnia e criticou a presença excessiva do Sudeste nos Conselhos em geral. Pediu a retomada dos debates sobre os colegiados nacionais e encaminhou para que os critérios específicos das diretrizes de regionalização fossem resguardados através do Decreto, possivelmente por meio de diretrizes.
- Encerrados os debates, foram listadas as seguintes propostas:
 - Sr. Thayná Paes: *“Primeiro, votar qual vai ser o modo de escolha dos setores independente de desenho “A” ou “B”, se a forma de definição dos setores será pelo*

- pleno ou se serão os setores mais votados. E, depois, votar se tem ou não representante territorial e número de vagas”;
- Sr. Leonardo Lessa: *“Aprovação do desenho dos colegiados nacionais e metodologia eleitoral. O plenário do Conselho Nacional de Política Cultural delibera pela aprovação do seguinte modelo de reestruturação: Instituição dos colegiados nacionais. Ficam aprovados 21 colegiados nacionais de participação social correspondentes às cadeiras setoriais do pleno, organizados no eixo das áreas técnico-artísticas, expressões culturais, patrimônio e memória, cultura viva e economia criativa. Metodologia de eleição e composição do pleno. Aprova-se a eleição direta para a escolha dos membros da sociedade civil regida pelo seguinte fluxo: a eleição ocorrerá para a composição dos colegiados nacionais e não apenas para a cadeira do pleno; o candidato mais votado no processo eleitoral de cada colegiado assumirá automaticamente a titularidade da cadeira correspondente do plenário do CNPC; a suplência no plenário será ocupada pelo segundo mais votado, respeitados os critérios de alternância de gênero e região para garantir a diversidade do conselho. Composição dos colegiados e garantia territorial. Cada colegiado nacional será composto por no máximo 21 membros, devendo obrigatoriamente respeitar a diversidade territorial. É garantida a eleição de, no mínimo, um par de representantes titulares suplentes por região do Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) dentro de cada colegiado. Critérios de equidade. A totalidade da composição dos colegiados e ocupação de cadeiras do pleno deverão observar os fatores de correção para garantir a paridade de gênero e representatividade étnico-racial negros e indígenas, de pessoas com deficiência e de trabalhadores da cultura, conforme regulamento eleitoral”;*
 - Sr. João Michel Daniel Ferreira: composição com 21 cadeiras das áreas e mais 10 das regiões, duas de cada.

Votação das Propostas

- Após novos debates sobre os possíveis encaminhamentos e sugestões, foram formuladas as seguintes propostas:
 - Proposta “A”: *“mais votados definem as cadeiras e 15 colegiados mais 5 regionais”*, indicando a votação indireta para eleição dos representantes setoriais no pleno;

- Proposta “B”: “21 setoriais e regionalidade como critério para os colegiados”, referindo-se à definição das representações por meio do Decreto.
- Votou na proposta “A”: Luiz Felipe Vitelli Peixoto.
- Votaram na proposta “B”: Fernanda Santana Rabello de Castro, Carmen Brígida Negrão, Adriana Dutra Mendes, Fabiano Piúba, Luis Antônio Torelli, Henilton Parente de Menezes, Maurício Cândido, Daniela Santana Fernandes, Roberta Cristina Martins, Daiara Tukano, Laís Helena Custódio Rodrigues de Queiroz, Geová Alves da Silva, Leonardo Lessa, Nelson Luiz Rigaud Mendes, Shaolin Barreto, Nivaldo Jorge da Silva, Joana Nunes, Ana Carla Pereira, Eduardo de Araújo Nepomuceno, Jaqueline Santana da Silva, Daniele Barros, Marcos Souza e Jacqueline Custódio.
- Absteram-se: Gilcéia de Lurdes Souza, Elson Silva da Rocha, Lucimar Marques, João Michel Daniel Ferreira, Thaynã Fernandes Araújo Paes e Paulo Leônidas de Barros.
- Estava ausente no momento da votação: Eliane Parreiras.
- O voto da Sra. Fernanda Adão foi considerado nulo, porém a conselheira registrou o desejo de votar contrário a ambas as propostas.
- Isto posto, a proposta “B” foi considerada aprovada pela maioria dos presentes, com 24 votos favoráveis, 1 voto favorável à proposta “A”, 8 abstenções ou anulações e uma ausência.
- A análise dos registros audiovisuais, pela Coordenação-Geral, posterior à Reunião, confirma que foram 23 votos favoráveis à proposta B, 1 voto favorável à proposta A, 8 abstenções e 2 ausências (Eliane Parreiras e Caio Callegari).
- Ainda, o Sr. Thaynã Paes questionou a condução da votação, julgando o processo como desorganizado e dizendo que as propostas apresentadas não tinham sido adequadamente elaboradas pela sociedade civil.

3. Encerramento da Reunião.

A reunião foi encerrada com agradecimentos a todos.

Encaminhamentos

Ação	Responsável	Prazo de Execução
Envio de Decreto regulamentador à Casa Civil	MinC	Março de 2026
Pactuação e debate de processo eleitoral com CNPC	CNPC	Março/Abril de 2026

Próximas agendas

Reunião	Data	Horário	Local
45ª Reunião Extraordinária do CNPC	Março/Abril de 2026	Dia inteiro	A definir

Responsáveis pela elaboração

Nome	Função	Contato
RKD Degrações e Eventos	Redação	
CGCPNC	Revisão	cnpc@cultura.gov.br



**Conselho
Nacional de
Política Cultural**

**16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DE
POLÍTICA CULTURAL**

03 DE FEVEREIRO DE 2026

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

ESTENOTIPIA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

DATA DE REALIZAÇÃO: 03 de fevereiro de 2026

HORÁRIO: 9h

LOCAL: Sala 735, 7º Andar, Esplanada dos Ministérios Bloco B - Zona Cívico-Administrativa, Brasília – DF

[LINK DE TRANSMISSÃO NO YOUTUBE](#)

Manhã:

1 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Olá,
2 bom dia a todas e todos, pessoas queridas que estão acompanhando essa 16ª Reunião
3 Extraordinária do Conselho Nacional de Política Cultural. Nós estamos aqui hoje, nesse dia
4 bonito, 3 de fevereiro, depois das grandes festas de Iemanjá de ontem que aconteceram por
5 todo o Brasil, fazendo uma reunião com um tema muito importante, a reestruturação do
6 Conselho Nacional de Política Cultural que é ligado ao Ministério da Cultura. A gente, por praxe,
7 tem uma verificação de quórum, obviamente, com a composição da mesa, a gente dá as boas-
8 vindas das pessoas, coisas que nós estamos aqui fazendo e a gente apresenta logo depois os
9 combinados que a Câmara Temática, responsável pela discussão dos processos de
10 reestruturação do CNPC, apresentaram. Então, eu queria aí já passar para a nossa Secretaria
11 Executiva do conselho, que está aí, o nosso Secretário Executivo Júnior Afro, Lindivaldo Júnior,
12 nosso Diretor do Sistema Nacional de Cultura do Ministério da Cultura, para que a gente fizesse
13 aí as indicações da composição da mesa, que conta sempre com uma pessoa do governo e uma
14 pessoa da sociedade civil, um conselheiro da sociedade civil. Júnior, por favor, quem é a pessoa
15 que vai acompanhar e organizar os trabalhos do CNPC hoje?

16 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Aqui,
17 então, bom dia. Bom dia a todos e a todas. Vamos fazer aqui a verificação do quórum para
18 instalação. Bom, aqui, vamos ver, sociedade civil, vocês, por favor, respondam no microfone,
19 está? Então, a conselheira Carmen Negrão.

20 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
21 **Fotografia no Brasil) – Presente.**

22 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – A**
23 **conselheira Adriana Mendes.**

24 **Sra. Adriana Mendes -Presente. Bom dia.**

25 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – O**
26 **conselheiro Torelli.**

27 **Sr. Luís Torelli – Presente.**

28 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – A**
29 **conselheira Luciana Conrado. O suplente Maurício Cândido.**

30 **Sr. Maurício Cândido - Bom dia. Presente.**

31 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – O**
32 **conselheiro Vitor Hugo.**

33 **Sra. Gilcéia de Lurdes - Gilcéia, na suplência assumindo a titularidade na ausência dele.**

34 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – O**
35 **suplente é Gavião, que ainda não está na sala. A titular, Daiara Tucano. A conselheira Daiara.**

36 **Sra. Daiara Tucano (Titular - Representante das Culturas Indígenas) – Presente, bom dia.**

37 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – Bom**
38 **día. O conselheiro Pai Geová.**

39 **Sr. Pai Geová - Bom dia, presente.**

40 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – Bom**
41 **día. O conselheiro Elson Rocha.**

42 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte) – Presente.**

43 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – A**
44 **conselheira Lucimar Marques. Ainda não entrou. Não? Suplente, Rosiane Farias. O conselheiro**

45 André Luiz. O suplente que entrar, que é a maestra de maestros André. O Fábio Mendes. O
46 conselheiro Shaolin.

47 **Sr. Shaolin Barreto (Titular - Representante Região Nordeste)** – Presente.

48 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – O
49 conselheiro Luiz Torelli. Luiz Felipe Vitelli.

50 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Presente. Bom, pelo
51 menos não chamou de Felipeli, que ia pegar mal para caramba. Torelli está tudo bem, estou em
52 casa.

53 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – A
54 conselheira Fernanda Adão.

55 **Sra. Fernanda Barbosa Adão (Titular - Representante Região Centro-Oeste)** – Bom dia, estou
56 presente.

57 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – O
58 conselheiro João Michel.

59 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Presente.

60 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – O
61 conselheiro Thaynã Paes.

62 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Presente.

63 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Tem
64 algum microfone aberto aí. Nivaldo Jorge, é para a gente saber que Nivaldo Jorge está presente,
65 o homem do artesanato.

66 **Sr. Nivaldo Jorge da Silva (Suplente - Representante Região Nordeste)** – Presente.

67 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Mas
68 desliga o seu microfone. Paulo Leone.

69 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – A constar, Júnior,
70 se me permite, o Nivaldo exerce a titularidade na ausência do André.

71 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Não,
72 não, ele é, ele é suplente do Shaolin.

73 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte)** – Não existe isso, gente. Ele é
74 primeiro suplente.

75 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** - Ele é segundo
76 suplente. Ele é segundo suplente, na ausência do titular e do primeiro suplente, ele exerce a
77 titularidade.

78 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Correto,
79 então Nivaldo Jorge assume a titularidade. Nivaldo.

80 **Sr. Nivaldo Jorge da Silva (Suplente - Representante Região Nordeste)** – Bom dia a todos.
81 Presente.

82 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Foi
83 Paulo Leonidas que respondeu? Vou repetir aqui, está? O conselheiro Paulo Leônidas. Está?

84 **Sr. Paulo Leônidas de Barros (Titular - Representante Região Sul)** – Bom dia a todos. Presente.

85 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
86 Obrigado. A conselheira Jacqueline Custódio.

87 **Sra. Jacqueline Custódio (Titular - Representante Região Sul)** – Bom dia a todos. Presente.

88 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Ok. A
89 conselheira... Márcia Rollemberg. Me parece que a substituta... É... Suplente Karina Gama.

90 **Sra. Karina Miranda da Gama (Suplente - Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural)**
91 – Karina Gama. Bom dia. Presente.

92 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
93 Conselheiro Marcos Souza. A suplente Edna. Não entrou. Vou seguir aqui. Conselheiro Fabiano
94 Piúba.

95 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e
96 Leitura)** – Presentemente.

97 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Bom
98 dia.

99 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Oi.
100 Travou aí no MinC?

101 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
102 Conselheiro Henilton. A suplente também está aqui. Tereza. Se o Henilton precisar sair, a Tereza
103 já está aqui. Presente, Tereza.

104 **Sra. Tereza Cristina de Oliveira** - Tereza Cristina Oliveira. Presente.

105 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – A
106 conselheira Joelma Gonzaga. A suplente Dani. Dani Fernandes. Nós vimos Dani aí. Dani
107 Fernandes. A conselheira Roberta Martins.

108 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)**
109 – Presente.

110 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – O
111 conselheiro Leandro Grass. Acho que a suplente... Laís Helena.

112 **Sra. Laís Helena Custódio** - Presente. Acabei de entrar.

113 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
114 Obrigado, Laís. A conselheira Fernanda Castro.

115 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
116 **– IBRAM)** – Oi, gente. Bom dia, presente.

117 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Bom
118 dia. A conselheira Maria Marighella. O suplente... Leonardo Lessa.

119 **Sr. Leonardo Lessa (Representante da FUNARTE)** - Oi, gente. Bom dia, presente. A presidenta
120 pode entrar a qualquer momento. Então, por enquanto, eu estou exercendo a titularidade aqui.
121 Bom dia.

122 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Bom
123 dia. O conselheiro João Jorge Rodrigues. Presente aqui. Nelson Mendes.

124 **Sr. Nelson Luiz Rigaud Mendes (Suplente - Fundação Cultural Palmares)** – Presente.

125 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Nelson
126 Mendes. Da Fundação Palmares. Do Ministério da Educação, Caio.

127 **Sr. Caio de Oliveira Callegari (Titular – Representante do Ministério da Educação - MEC)** -
128 Presente.

129 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Muito
130 obrigado pela presença. Da ciência e tecnologia, Juana Nunes.

131 **Sra. Juana Nunes (Titular – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação -**
132 **MCTI)** - Presente. Juana.

133 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
134 Desculpa, Juana, que eu sou nordestino demais.

135 **Sra. Juana Nunes (Titular – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação -**
136 **MCTI)** - Bom dia a todos e todas.

137 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Bom
138 dia. Obrigado pela presença, Juana, querida. Direitos Humanos, Anna Karla.

139 **Sra. Anna Karla Pereira (Titular – Representante do Ministério dos Direitos Humanos e**
140 **Cidadania - MDHC)** - Bom dia a todos e todas e todes. Presente.

141 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Bom
142 dia. Eita, sotaque bonito. Eduardo Nepomuceno. Ministério da Justiça.

143 **Sr. Eduardo de Araújo Nepomuceno (Titular – Representante do Ministério da Justiça e**
144 **Segurança Pública)** - Presente.

145 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
146 Obrigado pela presença. Foi... Conferência CNM, Jaqueline Santana.

147 **Sra. Jaqueline Santana da Silva (Titular – Representante da Confederação Nacional de**
148 **Municípios - CNM)** - Bom dia a todos. Presente.

149 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Bom
150 dia. Do Fórum. Dani Barros. Fórum dos Secretários de Cultura.

151 **Sra. Danielle Christian Ribeiro Barros (Titular – Representante do Fórum Nacional dos**
152 **Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados)** - Bom dia. Presente. Bom dia. Presente. Léo
153 Alves também está aí junto comigo.

154 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Bom
155 dia, Dani. Presidenta do Fórum dos Secretários de Cultura e Dirigentes de Cultura dos Estados.
156 Do Fórum de Dirigentes Municipais e Capitais, Eliane Parreiras.

157 **Sra. Eliane Parreiras (Titular – Representante do Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura**
158 **das Capitais e Municípios Associados)** - Bom dia a todos. Uma ótima reunião para a gente.

159 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
160 Obrigado. A CONJUR... A nossa CONJUR, Kizzy Antunes.

161 **Sra. Kizzy Collares Antunes (Consultoria Jurídica)** - Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Júnior.
162 Bom dia, Roberta. Bom dia.

163 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – A gente
164 agradece a presença da nossa consultoria jurídica. Não é conselheira, mas está acompanhando
165 aqui, como acordado com os conselheiros, a importância da presença do jurídico aqui. Muito
166 obrigado, Kizzy. Vou passar para a secretária Roberta Martins dizer que temos quórum.
167 Podemos seguir, secretária. Tem alguma questão?

168 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
169 Querido Júnior, será o companheiro Vitelli que vai nos acompanhar na condução dos trabalhos
170 de hoje?

171 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Isso, a
172 gente está pedindo para o Vitelli aqui acompanhar os trabalhos pela sociedade civil. Como praxe,
173 a gente tem feito assim. Com a coordenação do governo, mas com o apoio e fazendo mesa junto
174 com a secretária que vai presidir o conselho a partir de agora.

175 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, ok.

176 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Pode
177 ser? Então, companheiro Vitelli, você pode fazer um encaminhamento da proposição da
178 discussão logo iniciando os nossos trabalhos?

179 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Podemos, sim, abrir a
180 reunião extraordinária, 16ª. É décima? 16ª. Dando início ao trabalho, a 16ª reunião do CNPC. Já
181 temos quórum e vamos em forma combinada. Temos apresentação, apresentação A,
182 apresentação B, quadro comparativo, defesa, dois de cada, debate alternado entre Poder
183 Público e Sociedade Civil, voto nominal e indicativo de proposta. Dando início a nossa reunião.
184 Os informes. Não havendo, vamos à apresentação. Então, Vinícius.

185 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Bom
186 dia, conselheiros. Bom dia, conselheiras. Estão me ouvindo bem? Só vou esperar o joinha de
187 vocês aqui online.

188 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Só peço licença um
189 pouquinho, Vinícius, só para me apresentar aqui. Um homem de pele clara, de óculos, com aro,
190 camisa estampada, barba branca, cabelo branco, e aqui pela Sociedade Civil. Um bom dia a todos
191 que estão do outro lado da tela e os presentes aqui na sala. Muito obrigado.

192 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
193 Obrigado, conselheiro. Meu nome é Vinícius, eu sou coordenador aqui na Coordenação Geral do
194 Conselho Nacional de Política Cultural. Sou um homem branco, de pele clara, cabelos pretos,
195 barba média, digamos assim. Uso óculos pretos, de aro grosso. Estou vestido com uma camiseta
196 preta e uma jaqueta preta. Só repassar o que o conselheiro Vitelli já informou. A gente combinou
197 a pauta inicialmente, na última reunião agora que a gente teve, na última quinta-feira, da Câmara
198 Temática de Reestruturação, a 18ª reunião ordinária da Câmara. A sequência da pauta é que a
199 gente conversou, combinou com o coordenador Thaynã Paes e demais conselheiros e
200 conselheiras, que a gente faria a apresentação dos dois formatos de reestruturação, tanto
201 aquele apresentado pela Sociedade Civil, presente na Câmara Temática, quanto o outro formato
202 que a gente está chamando os dois de formato A e formato B. Em sequência, a gente combinou
203 de apresentar um quadro comparativo dessas duas propostas para que conselheiros,
204 conselheiras e todo mundo que está acompanhando no público possa absorver melhor cada uma

205 dessas propostas. E, a partir desse momento, por volta no fim da manhã, a gente vai debater
206 essas propostas. A ideia é que dois conselheiros, cada, façam essa defesa de cada uma dessas
207 propostas e a gente passa para o debate. Esse foi o combinado. Como se trata de uma reunião
208 extraordinária, ela tem pauta exclusiva, segundo o Regimento, e a gente segue até o fim da
209 manhã para pactuar a reestruturação. Todo mundo ciente? Estamos combinados e combinadas?
210 Passamos, então, à apresentação. Eu estou com uma apresentação aqui, posso chamar o
211 Conselheiro Thaynã Paes? É ele que vai... Vai ser o Conselheiro Thaynã Paes, que vai fazer a
212 apresentação?

213 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Está ok. A
214 apresentação, não é? A apresentação A é o Thaynã, da Sociedade Civil. Thaynã, por favor.

215 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Bom, pessoal,
216 bom dia. Vou me audiodescrever aqui. Sou um homem branco. Estou com óculos na testa, vou
217 colocar no rosto, melhor tirar. Por causa do reflexo que dá aqui no computador. Barba rala, com
218 uma blusa branca e um pouco calvo. Atrás tem uma imagem de São Jorge, um estandarte aqui
219 feito pela banda de Nossa Senhora do Rosário, daqui de Paula Cândido, Minas Gerais, que a gente
220 participa junto, que o mestre é [ininteligível]. Mas vamos lá, gente. Bom dia, bom demais ver o
221 Vitelli aí na condução dos trabalhos, colega da Câmara, é titular comigo junto na representação
222 da Sociedade Civil na Câmara Temática. E que bom que a gente está debatendo nesse tema que
223 a gente está há tanto tempo debruçado sobre ele. A ideia é essa, não é, Vinícius? Na última
224 reunião a gente fez esse combinado, a gente queria... A gente vai olhar para o quadro também
225 e ver se está representativo, qualquer coisa faz alguns ajustes, que a gente não conseguiu ter
226 acesso ao quadro comparativo antes por causa do tempo mesmo, da correria que foi. Eu estou
227 aqui com uma apresentação que é basicamente a apresentação que foi realizada na reunião da
228 Câmara, que foi transmitida. Eu sei que alguns colegas estiveram presentes, outros não, então a
229 gente vai repetir essa apresentação. Já peço desculpa de antemão por uma apresentação bem
230 simples assim. A gente fez ela rápido para outra apresentação e não consegui adequar ela para
231 que ela fique melhor para a apresentação, mas o conteúdo é a proposta que a gente veio
232 construir na Câmara Temática e que discutimos junto com a Sociedade Civil e nessa apresentação
233 a gente traz um pouco disso. E é isso, gente. Desejar um excelente dia para todos e para todas,
234 para os secretários, para os colegas conselheiros, para todo mundo que está no chat, que a gente
235 seguir mesmo por aquilo que nos colocou nesse campo da cultura, que é o melhor, assim, para
236 o povo brasileiro tentando compreender a grande diversidade, e o nosso limite também no

237 entendimento, no conhecimento de toda essa diversidade. Então... E o nosso apreço, o nosso
238 amor que nos une pela democracia, que dentro disso a gente... Que isso guie, assim, dentro do
239 possível, nossa... Nossa caminhada aqui nessa escolha, que a gente possa agir mesmo com muita
240 sinceridade por aquilo que nos move. Podemos seguir então, gente? Para mim ser breve e a
241 gente ir para o debate. Tentativa de alinhamento. Então é isso, agradecer imensamente os
242 colegas da Câmara Temática, a gente ficou muito tempo debatendo isso. E esse trabalho é fruto
243 desse debate que a gente foi refletindo depois, junto com outros colegas do conselho. A gente
244 fez reuniões também com a sociedade civil, em torno dessa proposta para poder tentar alinhar
245 e apresentar basicamente aquilo tudo que a gente trabalhou nesses anos da Câmara. Então está
246 aí proposta elaborada pela sociedade civil com base nas escutas e estudos realizados no âmbito
247 da Câmara Temática de Restruturação do CNPC. Está aí com a data de 2023, que foi quando a
248 Câmara iniciou, mesmo que não foi formalmente, até 2026, uma Câmara que a princípio era para
249 um ano, a gente já está aí, três anos de acúmulo de debate, de reflexão, é sobre esse tema. Um
250 breve histórico, rapidinho, dos trabalhos da Câmara. Igual eu falei a gente iniciou logo na posse
251 já definiu a composição dessa Câmara de Restruturação e outras, mas essa foi definida na posse.
252 Desde então, a gente seguiu com reuniões pelo menos mensais. A gente também, além das
253 reuniões da Câmara, a gente, logo no início, a gente fez uma escuta ampliada, chamada: Qual
254 Conselho que Queremos, que a gente contou com uma ampla participação da sociedade civil, de
255 diversos setores, de diversos estados e ali a gente foi ouvindo e anotando as pessoas enquanto
256 subsídio aí para esse processo, a gente realizou uma escuta específica com o Conecta, que é o
257 Fórum dos Conselhos Estaduais, tendo em vista a importância desse acumulado no Conecta
258 sobre as representações dos conselhos estaduais. Realizamos várias escutas com o Pleno do
259 CNPC, em reuniões ordinárias e extraordinárias, sobre o acúmulo sobre a proposta. Realizamos
260 duas escutas na Conferência Nacional de Cultura que foi um empenho muito grande dessa
261 Câmara também para conseguir esse espaço durante a conferência organizar essas escutas.
262 Realizamos a escuta com o Conselho Nacional de Assistência Social. E aí está um pouquinho
263 errado. E realizamos escutas com as regiões do Brasil por meio de seus conselhos estaduais. A
264 gente realizou escutas virtuais com todas as regiões no âmbito da Câmara temática. Além de
265 escutar intelectuais que participaram também de reunião do Pleno. E leitura de trabalhos e de
266 outros modelos de conselho que a gente estudou nesse processo. Então, desde a posse que a
267 Câmara ainda não estava instituída formalmente, a gente fez cerca de 12 reuniões, mesmo sem
268 estar instituída. Ela foi instituída no 12 de 4 de 2024. E desde que a Câmara foi instituída, a gente
269 começou os trabalhos em torno do objetivo da Câmara, discutir a proposta de reestruturação. A

270 gente contou com a consultoria também para auxiliar nesse processo. E desde que a Câmara foi
271 instituída, que começou a valer no 12 de 4 de 2024 até dia 27 de fevereiro de 2025, foi possível,
272 no âmbito da Câmara, a gente discutir a reestruturação. Depois dessa parte, a gente não
273 conseguiu continuar o estudo, o trabalho que a gente estava fazendo sobre a reestruturação. As
274 reuniões que tiveram depois foram poucas, esparsas, e a coordenação de certo modo não
275 permitiu que a gente voltasse nesse trabalho. A gente discutiu o cronograma, discutiu outras
276 coisas, mas onde a gente parou na reestruturação a gente não continuou. Mas discutimos outras
277 questões, as cadeiras, item a item, igual a gente estava fazendo e vencendo. A gente discutiu tal
278 coisa, que a gente conseguiu se entender, vamos para o próximo. Isso parou porque a gente
279 chegou em um ponto que de certo modo o Ministério não aceitou. E aí foi isso. No meu
280 entendimento, as reuniões foram... A gente não conseguiu avançar. Então, teve outras reuniões,
281 poucas depois, mas a gente não conseguiu avançar. Depois parou as reuniões, as reuniões foram
282 interrompidas de 29 de abril totalmente até dia 24 de outubro, justamente por essa questão que
283 a gente avançou e o sistema do MinC precisava se reunir, precisava se articular, e não conseguia
284 fazer isso. Então ficamos esse grande tempo sem a Câmara. A Câmara foi renovada em 23 do 6
285 de 2025, no dia de São João, e quando ela foi renovada, por estar atrasada, ela tinha que cumprir
286 algumas questões, como transmissão, etc. A última reunião a gente conseguiu transmitir, mas
287 foi só a última. Mas as outras foram registradas e já estão sendo divulgadas no site. Mas houve
288 esse interrompimento das reuniões, mas no final das contas a gente retomou aproximadamente
289 em setembro e foram aproximadamente 35 reuniões no cronograma primeiro que a gente
290 pactuou e os outros cronogramas que a gente pactuou também a gente conseguiu manter que
291 depois que a gente tivesse uma minuta, já meio discutido aqui no pleno, a gente voltaria para a
292 Sociedade Civil e faria várias escutas para ver o que a Câmara desenvolveu e o Conselho tem
293 desenvolvido está a contento do que a Sociedade Civil espera para a reestruturação. Então essa
294 era a nossa programação, tendo em vista todo esse atraso, talvez a gente não consiga seguir a
295 ideia de ainda devolver isso para a Sociedade Civil que seria essencial e no âmbito da Câmara a
296 gente colocou muita importância. Mas vamos seguindo. Quando a gente estava discutindo o teor
297 da Câmara, a última reunião ordinária que teve, a presencial, foi enviado um caderno com os
298 trabalhos da Câmara e a nova proposta do governo. Aquele caderno, quando ele foi enviado, ele
299 não estava aonde a Câmara tinha chegado. A proposta da Câmara que foi enviada, sem ser a
300 proposta do governo, ela foi até a nossa reunião. A proposta que foi enviada foi aquela que foi
301 enviada em uma reunião presencial, quando os conselheiro... Presencial não, virtual, que os
302 conselheiros se reuniram em salas, a gente dividiu em salas para poder participar do processo da

303 reestruturação. E aí a gente tinha duas opções, A ou B. Mas esse outro material eu consegui o
304 print das reuniões só para mostrar que no âmbito da Câmara a gente chegou a acordar tanto
305 conselho, representantes da Sociedade Civil como o Poder Público, em alguns pontos. Dentre
306 esses pontos foi a questão de haver cotas no processo eleitoral, sendo ela 50% para mulheres,
307 30% para pessoas negras, 10% para pessoas indígenas, 5% para PCD. Isso aí de acordo com a
308 orientação da própria Presidência da República por colegiados de participação social e os 5% para
309 pessoas LGBTQIAPN+, tendo em vista a luta desse povo na conferência e a gente entendeu que
310 era importante também essa garantia. Seguindo, por favor. Outra questão que a gente discutiu
311 muito foi a importância dos ministérios, a importância de os ministérios estarem presentes no
312 novo colegiado, na parte do Poder Público, outros ministérios, porque a proposta do governo
313 veio sem a participação dos ministérios. Então na Câmara a gente discutiu muito. Por quê?
314 Atualmente a gente também presencia isso. Os ministérios muitas das vezes não participam das
315 reuniões, essa dificuldade de outros ministérios participarem. O que a gente no âmbito da
316 Câmara entendeu? Que mesmo com essa dificuldade era importante insistir nessa participação,
317 tendo em vista que a cultura é um tema transversal e que diversos setores dialogam com
318 diversos outros ministérios. Enfim, a importância dessa relação que todo mundo já sabe muito
319 bem e que a forma de se vencer seria a própria Secretaria Executiva do Conselho, a própria
320 ministra, dialogar com outro ministério e explicar a importância dessa participação, dessa
321 presença. Enfim, seria a forma de vencer a não-presença desses ministérios. É uma articulação,
322 um trabalho a mais do governo em torno disso. Então a gente entendeu que esses ministérios
323 deveriam participar no âmbito da reestruturação. Isso aproximadamente em setembro, em
324 fevereiro. Esse print aí provavelmente foi da última reunião que eu falei que a gente conseguiu
325 deliberar sobre o conteúdo. Mais um, por favor. E esse não dá para ver direito, mas dá para ver
326 ali embaixo, porque esse aí não entrou nem o que a gente discutiu no final, não foi nem para
327 todo o slide, mas ele está ali embaixo, escrito aprovado ainda, que é a questão maior, que
328 quando no pleno da Câmara, na reunião da Câmara temática, a gente entendeu, tendo em vista
329 a importância desse Conselho, da Pactuação Federativa, que a gente estava refletindo muito
330 sobre isso, o Conselho do Sistema Nacional de Cultura, a questão da Pactuação Federativa. Então
331 a gente entendeu que tinha que ter pelo menos um representante de cada Estado no pleno do
332 Conselho. E mais cerca de, entre 13 e 15 representações dos setores. Então a gente aprovou na
333 Câmara, com votação da Sociedade Civil e do Poder Público, nesse caso a gente votou, e aí a
334 proposta foi essa, das 27 cadeiras, e a partir daí a gente ia definir quais seriam as cadeiras dos
335 setores. Mas depois disso a gente não conseguiu seguir a discussão do conteúdo da Câmara. E

336 aí mais um favor. E outra questão que estava colocada era essas comissões permanentes. Um
337 outro ganho que a Câmara apresenta, e que nas duas propostas tem, com diferenças, é as
338 comissões permanentes. A gente desenvolveu na Câmara que seriam essas oito comissões
339 permanentes, sobre o Plano Nacional, sobre o Sistema de Indicadores, sobre o Sistema de
340 Financiamento, sobre o Acompanhamento de Conselhos Estaduais, sobre a Pauta Legislativa, a
341 Comissão de Formação, Comissão de Democratização e Acesso à Acessibilidade, Comissão
342 Intersetorial dos Colegiados Setoriais. E Fóruns Nacionais, que era a estrutura que a gente tinha
343 chegado enquanto Câmara. E aí depois, depois disso, o trabalho foi paralisado nesse sentido e o
344 governo, pode passar por favor, chegou na última reunião com uma proposta nova. Desde que
345 a Câmara retomou os trabalhos em setembro, mais ou menos, do ano passado, já havia mais ou
346 menos uma proposta nova do governo. E o que a Câmara fez foi tentar resistir a essa proposta
347 nova e tentar fazer com que voltássemos ao debate antigo. Mas veio para o Plano a proposta
348 nova do governo, que foi, na última reunião, que não foi uma proposta desenvolvida na Câmara.
349 Foi uma proposta unilateral apresentada pelo Minc na última reunião, que foi aquela questão
350 toda que todo mundo lembra da última reunião presencial. Que havia 20 representantes da
351 sociedade civil e aí dessa vez foi só com setores e excluiu por completo as representações
352 territoriais. 20 representantes do poder público, sem nenhum ministério. Também outra decisão
353 diferente da proposta da Câmara. O CNPC, basicamente, na proposta de minuta, ele gerenciava,
354 ele tinha agência sobre o plano nacional de cultura, em algumas questões sobre financiamento,
355 mas não tinha em relação aos outros componentes do Sistema Nacional de Cultura. Nessa
356 proposta nossa e na discussão da Câmara a gente sempre entendeu que o CNPC tem que estar
357 relacionado com os outros componentes do Sistema Nacional de Cultura. A exclusão e redução
358 das comissões permanentes. A gente tinha oito comissões permanentes, a outra proposta que
359 chegou no Plano tinha apenas três. E, além de excluir, reduzia o teor de uma, como era a de
360 financiamento, passou a ser sobre a participação social na PNAP e as outras todas, de formação,
361 do sistema, de informação e indicadores culturais, entre as outras foram excluídas. E, por fim,
362 essa proposta foi rejeitada no Plano do CNPC, com muita veemência, estou até muito orgulhoso
363 dos colegas, porque a gente se uniu e entendeu que não estava representativo e que não era
364 essa forma de condução. E que bom que o Ministério logo entendeu que não estava a contento
365 mesmo, que não representava. E a gente está aí nesse processo de reconstrução dessa outra
366 proposta. E a partir da proposta do Ministério, a gente se debruçou no texto do Ministério e foi
367 complementando com as coisas e modificando com as coisas que estariam mais de acordo com
368 o que a gente discutiu na Câmara e também com os colegas da Sociedade Civil, que vai ser a

369 proposta que a gente vai apresentar agora. Eu já falei bastante que era para ser rápido esse
370 começo. Proposta da Sociedade Civil. A proposta de agora. A proposta dela, que é com base na
371 Câmara. Ela amplia a participação social e equilibra entre representantes de setores e territórios,
372 entendendo que essas duas formas de representação elas são importantes para a construção da
373 diversidade...

374 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
375 Conselheiro, você agora tem 10 minutos, viu?

376 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – E para a
377 construção de um conselho ligado ao Sistema Nacional de Cultura, que valoriza a pactuação
378 federativa e as regiões.

379 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Me
380 permita conselheiro, dê licença... Não está escutando não?

381 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Essa proposta
382 amplia bastante a participação porque além do pleno ela cria duas comissões que a gente vai ver
383 aqui pela frente. A incidência do CNPC nessa proposta a gente tem uma minuta que tem vários
384 artigos e tem pelo menos um artigo que garante a incidência do CNPC em todos os componentes
385 do Sistema Nacional de Cultura. Então tem um artigo específico a tratar do Sistema Nacional de
386 Financiamento da Cultura, do Plano Nacional de Cultura, do SNIC, do Programa de Formação
387 Artística Cultural, da Conferência e das comissões intergestores, que ficou solta, sem nenhuma
388 ligação com o pleno do conselho que tem que ter até pela lei essa relação. A retomada das
389 comissões permanentes, a gente retoma as comissões permanentes que foram excluídas, que
390 estavam sendo desenvolvidas na Câmara. A criação de uma comissão interconselhos com
391 representação de todos os estados. A gente, enquanto Câmara, o tempo todo a gente enquanto
392 Sociedade Civil, o tempo todo a gente negociou. A primeira negociação que a gente fez foi
393 entender que para o governo não daria no momento que este conselho fosse instituído por lei,
394 sem por decreto. Resistimos, mas ok. E outra coisa que a gente, no âmbito da Câmara, mesmo
395 tendo aprovado na Câmara, a gente recolocou o pleno com todos os estados. Mas a gente teria
396 essa comissão interconselhos, onde estaria a representação de todos os estados. E teria também
397 essa comissão dos colegiados setoriais, com participação de diversos setores da cultura. Então
398 o pleno não ficaria inchado, mas a gente teria essas duas comissões que assessorariam tanto os
399 representantes setoriais quanto territoriais para buscar essa representação mais completa e

400 diversa. O diálogo e cooperação entre os colegiados de participação social já instituídos no MINC,
401 na proposta tem também, porque o sistema MINC tem diversos colegiados, tem no IBRAM, tem
402 no IPHAN, tem no setor das artes, colegiados com participação da Sociedade Civil. Então o
403 conselho é ter esse diálogo e ter incidência também na participação social desses colegiados já
404 instituídos, fortalecer a participação social nesses colegiados. E a proposta, a ideia é que é uma
405 proposta razoável e financeiramente viável, porque ela põe um pleno com um número razoável,
406 um número até menor do que na Câmara a gente estava trabalhando como possível. E as
407 comissões elas ficam nesse espaço virtual mesmo. Financeiramente viável ela exige um pouco
408 mais de pessoas, mas não necessariamente de recursos financeiros, mas sim de recursos
409 humanos, porque aumenta a estrutura. Então essa proposta tem 30 representantes da
410 Sociedade Civil e 30 do governo porque é paritário, tem que ser paritário conforme a lei, sendo
411 desses representantes 15 representantes regionais, sendo no mínimo 3 por região, no mínimo
412 um de município de pequeno porte, um de município de médio porte e no máximo um por
413 Estado. Então não haveria dois representantes do mesmo Estado, igual na configuração atual
414 tem uma região com dois do mesmo Estado, seria mais votado de cada Estado e 3 por região
415 para o pleno, com essa observação também de ter pessoas de município de pequeno porte. E 15
416 representantes de setores e expressões culturais com base no anexo 1, que é um anexo que foi
417 montado com base nas propostas da conferência, então os setores que demandaram
418 participação no pleno do Conselho, na conferência eles teriam o direito de tentar ter essa cadeira
419 no pleno ou nessa comissão dos colegiados setoriais. Então a ideia seria aqui, com salvaguardada
420 a representação indígena e afro-brasileira, então seriam 15 vagas para o pleno e teriam as vagas
421 também para o colegiado, para a comissão do colegiado setorial, mas para o pleno seriam 15
422 vagas e salvaguardado, cultura indígena e brasileira, seria por mais votados. Então, por exemplo,
423 a dança foi mais votada, vai compondo por ordem de mais votado. A ideia dessa proposta é que
424 ela traz para esse campo da articulação dos setores e do voto da democracia mesmo a escolha
425 de quem fica no pleno, não uma outra escolha. De fato, o setor que estiver mais organizado teria
426 mais chance de estar no pleno dentro dessa proposta. Seguindo, por favor. E aí, quais que são
427 os setores de expressões que estão ali? Talvez tenha algum aqui que faltou, isso a gente pode
428 incluir ou até mesmo um termo que não está correto, mas arquivos e acervos, área técnica da
429 cultura, artes visuais, artesanatos, assentamentos da reforma agrária, audiovisual e novas
430 mídias, capoeira, circo, comunidades quilombolas, cultura alimentar, cultura da infância, cultura
431 do DF, cultura LGBTQIAPN+. São todas as demandas da conferência. Pode passar, por favor,
432 Vinícius. Cultura e expressões da cultura afro-brasileira, cultura e expressões afro-brasileiras,

433 culturas populares e tradicionais, culturas urbanas e periféricas, dança e design, ensino e
434 formação em cultura, games, livro e leitura, que está errado, a gente consertou no texto, mas
435 não consertou aqui. Livro, leitura, biblioteca, e depois o colega me corrige. Moda, museus e
436 espaços de memória, música, patrimônio imaterial, patrimônio material, política nacional, cultura
437 viva, povos das águas, povos das florestas, povos dos campos, povos ciganos, povos e
438 comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de terreiro e matrizes africanas, produção
439 cultural, setor empresarial, teatro, territórios rurais e trabalhadores da cultura. Todo mundo que
440 demandou teria essa possibilidade por meio do processo de votação. A gente refletiu muito na
441 Câmara, é uma questão de muita reflexão sobre isso, mas, por exemplo, bem brevemente, eu,
442 desde o começo do processo, sempre achei que a capoeira não caberia em uma cadeira no
443 Conselho, porque a minha forma de pensar, a capoeira, assim como Congado e as outras
444 manifestações, elas, se todo mundo for querer ter, se a capoeira for ter, o Congado também vai
445 poder querer ter essa cadeira. Mas, conversando com os mestres, entendendo um pouco mais,
446 a gente começa a entender, às vezes, coisas que a gente não entende do setor do outro. Sabe,
447 gente? Então, a capoeira está em todo o Brasil, enfim, tem vários, está na escola, está na... Às
448 vezes relacionada aos esportes, enfim. Tem também esse direito e, sobretudo, se colocou, como
449 alguns outros setores estão aqui, historicamente em conferências. Então, até que ponto cabe a
450 gente falar não para essas pessoas? Até que ponto a gente consegue, de fato, responder às
451 conferências ou tem coisas que não podem ser respondidas? Só para a gente ir pensando
452 mesmo. Vamos seguindo, por favor. Então, além do Pleno, a ideia, e aí está a composição do
453 Poder Público. 30 representantes do Poder Público, sendo 16 do Ministério da Cultura, um da
454 Secretaria-Geral da Presidência, um do Fórum de Secretários e Dirigentes de Cultura do Estado,
455 um do Fórum de Secretários e Gestores das Capitais, um da Rede Nacional de Gestores
456 Municipais de Cultura, um da Câmara Federal, um da Comissão de Cultura do Senado, um da
457 Conferência Nacional de Municípios, um do Ministério da Educação, Ministério dos Povos
458 Indígenas, que, inclusive, já falou que queria participar, Ministério da Igualdade Racial, Ministério
459 do Desenvolvimento Social, Ministério dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento
460 Agrário, Ministério do Trabalho e Emprego. E aí, além do Pleno, teria essa criação dessa Comissão
461 Interconselhos e da Comissão dos Colegiados Setoriais, que vai trazer essa representação dos
462 outros Estados. Então, essa Comissão, ela poderia não ser paritária, ela poderia ter maioria da
463 sociedade civil, e a proposta seria essa composição. Os 15 eleitos por região que estão no CNPC,
464 que vai ser um de cada Estado, 12 representantes mais votados no processo eleitoral do CNPC,
465 exceto os que vão estar no Pleno, que já vai estar nessa Comissão, então a gente vai ter os 27,

466 um representante de cada Estado, mais votado em cada Estado, um representante do Fórum
467 dos Conselhos Estaduais de Cultura, o Conecta, e um representante do Fórum dos Conselhos
468 Municipais de Cultura. E do Poder Público, três representantes do Fórum de Gestores, três da
469 Comissão Intergestores Tripartite, cinco do Ministério da Cultura, um da Comissão de Cultura na
470 Câmara, um da Comissão de Cultura do Senado, um da Confederação Nacional dos Municípios, e
471 cinco de outros ministérios. Então, essa seria essa Comissão Interconselhos, que daria muito esse
472 papel desse fortalecimento do Pacto Federativo, tendo... É muito importante a gente ter
473 próximo ao Pleno do Conselho para assessorar o Pleno um representante de cada Estado, uma
474 vez que a PNAB, enfim, as políticas acontecem por meio dos Entes Federativos, que são os
475 Estados, enfim, no âmbito do sistema, da Pactuação Federativa que está prevista no sistema, a
476 gente entendeu que seria muito importante. Seguindo. E a outra comissão seria a Comissão dos
477 Colegiados Setoriais, que elas seriam...

478 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
479 Observando o tempo, viu, Thaynã? Mais um minuto, tá?

480 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Está acabando
481 já. Que elas seriam formadas por representantes setoriais, e seria 30 membros, seriam os 15
482 eleitos dos setores no Pleno, mais 15 que tiveram a maior votação no processo eleitoral pelos
483 seus pares, pelos seus setores. Então, a gente teria, além dos representantes do Poder Público.
484 Então, a gente teria até 30 setores representados nessa comissão dos colegiados que
485 assessoraria o pleno também, sobretudo os representantes setoriais nas demandas. E com
486 presença do Ministério da Cultura nessa comissão também para relacionar esses diversos setores
487 às suas áreas finalísticas, que seriam os representantes da Funarte, enfim, das áreas finalísticas
488 ligadas aos setores, sobretudo. Na nossa proposta, o plenário tem a seguinte estrutura. O
489 plenário, que os dois têm, mesa diretora, que os dois têm, secretaria executiva, que os dois têm,
490 comissão permanente, que está diferente em texto, em quantidades, a gente vai olhar isso, as
491 câmaras temáticas, os dois têm, a comissão interconselhos, que a gente cria com representação
492 de representantes territoriais de todos os estados, a comissão dos colegiados setoriais, que a
493 gente amplia a participação dos setores, com 30 setores representados nessa comissão, os
494 grupos de trabalho temporário, que não tinha também no outro, para as questões emergenciais,
495 uma comissão de ética e transparência, tendo em vista a importância da ética e transparência
496 nesse processo, nos processos públicos, as dificuldades que a gente teve na Câmara, que
497 também relacionaram com questões de éticas, e a questão da transparência, que a gente

498 também teve essas dificuldades durante, na Câmara e no Conselho, que a gente ficou um bom
499 tempo também com o problema no site, enfim, uma comissão para isso, e a Conferência Nacional
500 de Cultura, que a gente trouxe para cá, que estava de acordo com o modelo de 2005, que a
501 Conferência integrava esse modelo, essa estrutura. As comissões permanentes que existiriam,
502 seria a Comissão do Plano Nacional de Cultura, que são comissões que não acabam, então elas
503 vão funcionar durante todo o exercício, então vai ser uma comissão sobre o Plano Nacional de
504 Cultura, uma comissão sobre o Sistema Nacional de Financiamento da Cultura, uma comissão
505 sobre o Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais, uma comissão sobre o
506 Programa de Formação Artística Cultural, e uma comissão sobre acessibilidade, redução das
507 desigualdades e crise climática, todas as questões transversais ligadas ao Sistema de Cultura e a
508 demandas históricas, por isso a necessidade desse debate, dessas comissões, para isso. Algumas
509 competências, brevemente, a gente listou várias competências, mas aqui eu só trouxe algumas.
510 Articular com representantes da sociedade civil e colegiados de participação social das políticas
511 do Ministério da Cultura, com a finalidade de aprimorar os mecanismos de participação, que é
512 aquela questão de o conselho incidir nos outros colegiados de participação social, para que eles
513 sejam cada vez mais participativos, transparentes, enfim. Acompanhar e deliberar sobre as
514 metas do Plano Nacional e suas revisões. Nas competências que a gente coloca em relação ao
515 plano, a gente não põe só aprovar o plano, a gente põe também a questão das metas, das
516 revisões, dos planos setoriais, tudo isso a gente tem algumas competências sobre isso. Só para
517 propor e acompanhar ações de formação de gestores, conselheiros e agentes culturais no
518 âmbito do Programa de Formação Artística e Cultural, participar da comissão do Fundo Nacional
519 de Cultura, algumas questões bem comuns que eu trouxe aqui. Verba indenizatória será
520 permitida aos membros do Plano da Sociedade Civil no exercício da sua função, havendo
521 disponibilidade orçamentária, que é uma questão também histórica discutida nos conselhos, e
522 que o CNPC estará alocado no gabinete da ministra, que a gente por diversas vezes entendeu
523 que esse seria o caminho. E só citando algumas das competências que a gente trouxe nesse
524 processo também. E agora é o último, com certeza. Desculpa, viu, gente, eu excedi o tempo aqui.
525 A gente atrasou para começar. Então, algumas questões dessa proposta, que a gente chama de
526 Proposta da Sociedade Civil, um conselho do Sistema Nacional de Cultura, desde que a Câmara
527 foi instituída, a ideia não era voltar ao que era em 2005. Por mais que a gente reconhecia que era
528 uma experiência incrível, com vários ganhos, mas a gente pensava que, dentro também dessa
529 perspectiva de sistema de cultura, que o conselho não deveria só ligar aos setores, mas a política
530 de uma forma mais ampla, a pactuação federativa e as questões ligadas ao sistema. Então, a ideia

531 é que seja um conselho do sistema, por isso representantes territoriais e setoriais, para que não
532 fique só uma questão, um conselho que vai para além das questões setoriais. Uma experiência
533 inovadora, com base em questões históricas e necessidades atuais, por isso que a gente amplia
534 tanto a participação também, por meio das outras comissões. Um conselho com ampla
535 participação de setores, representação de todos os estados. Então, um grande potencial mesmo
536 de participação social essa proposta, principalmente por causa das duas comissões, que ela vai
537 dar esse assessoramento ao pleno, não vai inchar o pleno, mas vai possibilitar uma grande
538 representação, uma experiência participativa, que eu acho que a gente ainda não teve. E a
539 valorização da capacidade de articulação dos setores dos agentes culturais, o respeito àquilo que
540 nos move no sentido da democracia. O que segura um conselho? O que segura essa estrutura? É
541 a capacidade de articulação dos setores. Então, os setores que estão mais articulados, e o
542 próprio processo eleitoral, a articulação dos setores para conseguir pleitear essa representação
543 no conselho, já gera também mobilização e articulação e fortalece aqueles que atualmente estão
544 mais articulados para poder ter acesso a esse pleno, que muitos deles historicamente não
545 tiveram, historicamente solicitam, alguns são recentes, mas, enfim, põe essa responsabilidade,
546 que eu acho ela muito grande, muito pesada, de dizer quem vai e quem fica no fato da dinâmica
547 da participação social e na democracia que é na articulação desses setores. E é isso. Desculpa ter
548 excedido mesmo o tempo, gente.

549 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Thaynã. É a
550 apresentação aí.

551 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
552 Obrigada. Eu acredito que não tenha excedido, pelas minhas contas, acho que foi no prazo.

553 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Excedeu
554 sim. 5 minutos ele excedeu.

555 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Nós tivemos quantos
556 minutos aí para depois passar para o Vinícius? Oi?

557 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – 25
558 minutos. O Thaynã passou, tá?

559 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
560 Obrigada.

561 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Vinícius, apresentação
562 agora. E logo em seguida a gente vem para a questão dos quadros comparativos, depois defesa,
563 duas de cada. Oi? Não, tudo bem, se ela quiser falar, tudo bem. Aí começa o Vinícius. Secretária?

564 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Era
565 justamente para isso, para a gente prosseguir com o conteúdo, com o Vinícius. Obrigada.

566 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, ok. Vinícius.

567 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
568 Obrigado, conselheira. Na verdade, a gente resolveu se dividir aqui. Daniel vai fazer essa
569 apresentação, com o apoio de Nilton e Piúba e Tereza, que está aqui presente na sala, no
570 momento que for necessário. Eu vou apresentar em seguida o quadro comparativo. E aí o Thaynã
571 comentou já anteriormente, como a gente, eu terminei esse quadro comparativo hoje, seis e
572 meia... Seis e meia da manhã, Thaynã. Então pode ser que alguma outra coisa esteja de fato
573 diferente, mas aí a gente pede a atenção de vocês, para que nesses casos seja ponderado
574 instantaneamente ou depois, para a gente seguir nesse diálogo. Eu vou compartilhar a
575 apresentação aqui e passar a palavra para Daniel.

576 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, Vinícius.

577 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Obrigado a todos, bom dia. Obrigado, Vitelli.
578 Bom, pessoal, tentar ser bem breve na nossa apresentação, trazendo um pouco o que a gente
579 tem tratado na Câmara Temática, sobretudo na 18ª reunião, no sentido de que a gente converge,
580 desde a história da abertura desta Câmara, não oficial, como o Thaynã lembrou muito bem, mas
581 desde sua instituição e sua prorrogação dos trabalhos, todas instituídas por normativo. Então
582 nós temos aqui um material que converge muito no sentido da estrutura. Do caminhar, do que
583 se pensa de um conselho, de instâncias de trabalho mesmo desse conselho. Bom, seguindo, eu
584 acho que a apresentação ainda não abriu completamente lá, acho que a internet aqui não está
585 muito boa, mas antes eu já coloco o seguinte, nós temos aqui em uma caminhada. Primeiro, na
586 posse desse conselho, em 3 de abril de 2023, nós pactuamos duas ações importantes. A primeira,
587 a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, da qual estávamos aí 10 anos sem realizar por
588 conta dos desmontes e discontinuidades. E a segunda, um processo de estudos acerca da
589 reestruturação do CNPC, entendendo que o decreto vigente, o 9891, de 2019, é um decreto que
590 diminuiu, enxugou e restringiu um conjunto de atividades do conselho. Bom, nesse processo, na

591 realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, nós tivemos a felicidade de, no 3º dia de
592 conferência, o Senado Federal aprovar a lei do Sistema Nacional de Cultura, o marco regulatório
593 do Sistema Nacional de Cultura, que, um mês depois, dia 4 de abril, o presidente Lula sanciona,
594 e, a partir dali nós temos, sim, o marco legal do Sistema Nacional. Por que eu pontuo nesse
595 sentido e faço esse fio da história? Por conta, sobretudo, do que o marco regulatório do SNC nos
596 coloca, estabelece o imperativo para o Conselho Nacional. O Conselho Nacional,
597 tradicionalmente, de 2005 em diante, nós tivemos um Conselho de Representação. Certo? Então,
598 o Conselho de Representação, que, além do Sistema Nacional de Cultura, hoje nos coloca uma
599 necessidade de migrar, mudar o paradigma para um Conselho de Políticas Públicas. Isso não é
600 uma tese, isso é o que está posto na lei. Daí, todo o processo de reestruturação foi pensado
601 justamente na leitura muito criteriosa da Lei do Sistema, da 14.835, de 2024. Bom, portanto, a
602 gente começa. Essa é uma apresentação muito rápida e muito sintética, do qual a gente mostra
603 o que é esse Conselho. Então, por favor, pode passar o primeiro slide. Os pilares do novo CNPC,
604 e aqui é importante o que é importante para o nosso debate. Aqui a gente está falando de um
605 conceito, aqui a gente está falando de uma arquitetura, uma proposta de arquitetura. Deu uma
606 travada ali na apresentação. De repente, volta para a coisa para não ficar... Como não está
607 ficando a tela cheia. Isso. Bom, então, esses pilares do CNPC, a gente coloca sobretudo esses três
608 pilares. A governança, em primeiro lugar. A governança, justamente, é a capacidade de construir
609 consensos. E aí esses consensos darem a legitimidade e a segurança para decisões importantes
610 acerca da política pública. O caráter legal, que é o imperativo da lei, no seu artigo 17, coloca o
611 Conselho Nacional de Política Cultural tem o caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador. Então,
612 isso está na letra da lei. Então, nós devemos... E isso é uma conquista desse Conselho. Esse
613 Conselho, de 2005 em diante, foi um Conselho estritamente consultivo. E, faço parênteses muito
614 rápido, nesta gestão, com este Conselho regido pelo Decreto 9891, nós praticamos deliberação.
615 Nós praticamos, fizemos no dia a dia. Aprovamos o temário da conferência, aprovamos as
616 diretrizes do plano e aprovamos o Plano Nacional de Cultura, que foi encaminhado pelo
617 Ministério da Cultura à Presidência da República e foi assinado. Assinado agora, no último dia, 17
618 de novembro, se não me engano. 19 de novembro. E daí, e por último, e não menos importante,
619 a representatividade, que traz a diversidade territorial, a política e a cultural. Então, pode passar,
620 por favor. Daí, a gente tem um olhar fundamental. Os princípios que orientam este Conselho,
621 alguns estão consagrados na Lei 14.835. O primeiro deles é a paridade obrigatória. O artigo 8º, o
622 inciso XVI, já sei até de cor, fala sobre a necessidade de ter um colegiado nacional com
623 composição paritária entre Poderes Públicos e Sociedade Civil. Então, esse é o imperativo que a

624 Lei já nos coloca. É verdade que o artigo 17 da Lei, para os Conselhos Estaduais e Municipais, cria
625 uma meia-regra, que é a da... Pode ser, no mínimo, paritário. A Lei diz isso, no artigo 17. É
626 importante já sermos claros sobre isso, e é sobre isso que estamos aqui. Eu acho que o debate
627 tem que ser muito franco. No entanto, o artigo 8º, lá em cima, ele diz que a instância nacional
628 deve ser paritária. E isso se aplica muito claramente sobre essa questão. Bom, o paritário... E aí a
629 gente coloca aqui o caráter permanente, por óbvio, e a pactuação federativa, que é fundamental,
630 é uma mola mestre do marco regulatório do SNC. E, por fim, a participação democrática, por
631 óbvio. E aí eu divido aqui com o Vinicius, para a gente continuar a apresentação. A secretária
632 solicitou para a gente dividir.

633 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Me
634 ouvem? O meu microfone está um pouco estranho, mas muda. Vamos ver se está funcionando.
635 Esse aqui está melhor? Bem melhor. Deixa eu puxar aqui até ele estourar ou funcionar. Bom,
636 pessoal, agora a gente começa a listar quais foram as cadeiras que foram enumeradas pelo poder
637 público por essa proposta, a proposta que a gente vem chamando de proposta B, para a
638 composição do plenário do CNPC. Mais à frente, a gente vai fazer um pouco uma disposição de
639 como o CNPC estaria estruturado. Mas a ideia, a gente saiu da última reunião apresentando,
640 enquanto poder público, um plenário com 20 cadeiras. Mas, como a gente havia comentado, a
641 gente teve uma reunião na sexta-feira com a ministra de Estado, a senhora Margareth Menezes,
642 e ela explicitou a necessidade de que a gente incorporasse uma cadeira adicional. Ela sentiu falta
643 nessa proposta de uma cadeira para as áreas técnicas, por considerar que é um setor e um
644 segmento, um grupo muito importante para a política cultural e que devia ser representado com
645 um colegiado nacional próprio na composição do plenário. Então, vocês veem ali em amarelo à
646 direita, no canto inferior, esse colegiado adicional. Mas já me adianto, porque, anteriormente, o
647 que o poder público propõe nesse desenho é que cada uma das cadeiras do plenário esteja
648 rebatida e um colegiado nacional de participação social, sobre o qual a gente vai falar mais
649 adiante, e cada uma dessas cadeiras esteja, por sua vez, associada às políticas nacionais em
650 desenvolvimento, ou já bem consolidadas no sistema MINC, ou aquelas que estão sendo criadas
651 nesse momento. Daí que a gente teria cadeiras. E aí eu vou fazer o esforço, porque todo mundo
652 nos acompanha online, de listar cada uma delas. Áreas técnico-artistas. São oito cadeiras e que
653 compreendem na política nacional das artes, artes visuais 1, circo 1, dança 1, música 1, teatro 1.
654 Essas são cadeiras históricas do plenário do CNPC e que estão, de alguma forma, representadas
655 desde, pelo menos, 2005, segundo a legislação. A gente está passando por um processo...

656 Problema de escuta? Mas o microfone... É, porque esse microfone deve estar ruim, eu vou ter
657 que voltar o microfone ruim.

658 **Interlocutor não Identificado** - Está embaçada a imagem, pessoal.

659 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Sim, foi um problema de áudio aqui. Eu vou
660 ter que só falar mais longe aqui, é o que melhora. É, não, é porque é um problema de conexão.
661 É, o que eu vou fazer, eu vou abrir aqui, eu tenho salvo aqui no meu computador, porque aí eu
662 vou pedir a completa licença. Problemas técnicos, entre o microfone e a cadeira. E aí eu vou pedir
663 uma licença de 30 segundos para fazer a transmissão desde o meu computador. Só estou
664 esperando... Mas aqui está funcionando, não? Eu acho que... Alô, alô?

665 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
666 Melhorou agora? Confere aí. Confere.

667 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Está ouvindo? Me ouvem também?

668 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Pronto,
669 vamos seguir.

670 **Interlocutor não Identificado** - Não apareceu na tela ainda, não está na tela.

671 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Sim, eu vou compartilhar a tela agora, é
672 porque a gente estava nesse problema de conexão.

673 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Pronto,
674 então retoma aí.

675 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Rapidinho, que eu vou fazer a questão de
676 baixar aqui, porque eu acho que isso facilita um pouco a nossa... Eu sei, está contando o tempo,
677 mas agora está tranquilo o tempo. Mas vamos compartilhar aqui de novo, e aí qualquer coisa
678 eles vão nos avisando. Eu vou deixar aqui nesse modo. Então está, Política Nacional das Artes 5
679 cadeiras, uma cadeira para o setor audiovisual, dentro da Política Nacional Audiovisual, uma
680 cadeira para livro, leitura, literatura e bibliotecas, e uma para política do artesanato, que não é
681 diretamente acompanhada pelo sistema MINC, mas com grande intersetorialidade no
682 desenvolvimento dessas políticas, e por conta disso, a indicação é de que ela deve ter uma
683 cadeira representada. Em seguida, Diversidade das Expressões Culturais Brasileiras, com seis

684 cadeiras, compreendendo culturas urbanas e periféricas, uma, cultura das comunidades
685 quilombolas, uma, povos de matriz africana, uma, povos indígenas, uma. Todas aqui, vale dizer,
686 um titular ou uma titular, e um suplente, uma suplente. Em seguida, Política Nacional de Culturas
687 Tradicionais e Populares, representadas por duas cadeiras, dessas seis, culturas tradicionais e
688 populares, uma, e povos do campo, das águas e florestas, uma. Adiante, Patrimônio e Memória,
689 com quatro cadeiras, duas vinculadas ao Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, acompanhado
690 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cadeira do Patrimônio Material, uma,
691 Patrimônio Imaterial, uma, mais duas do Sistema Brasileiro de Museus, acompanhada
692 especificamente e particularmente pelo IBRAM, Museu e Memória, uma, Arquivos e Acervos,
693 uma. São mais duas cadeiras, mais três cadeiras agora propostas, uma vinculada aos pontos de
694 cultura, dentro das teias da Política Nacional Cultura Viva, e duas vinculadas à Política Nacional
695 de Economia Criativa, agora com uma secretaria própria dentro do Sistema MINC, uma para um
696 colegiado abrangente de Economia Criativa e outra de áreas técnicas, como defendido pela
697 ministra Margareth. A sugestão que a gente havia feito, enquanto área técnica, e que saiu da
698 reunião da Câmara dos Colegiados Setoriais, se não me engano, uma reunião há duas semanas,
699 é que cada um dos colegiados nacionais fossem representados também por uma cadeira
700 vinculada às áreas técnicas e aos trabalhadores da cultura. Isso segue dentro da proposta do
701 Poder Público, para além desse colegiado próprio. Então, a ideia é que, via colegiados, haja essa
702 representação do trabalho ligado ao setor cultural, à produção, para além desse colegiado
703 próprio. Em seguida, tem um rebatimento paritário em relação aos membros do Poder Público.
704 E a ideia aqui é que o Sistema MINC esteja representado de forma unânime com todas as
705 secretarias, e aí, enfim, ministra, secretaria executiva, assessoria de participação social e
706 diversidade, que gerencia e articula esse processo de participação social junto a outros
707 ministérios, inclusive fazendo esse repartimento naquelas políticas que são transversais e
708 intersetoriais. E, de resto, as outras subsecretarias e secretarias que compõem o Sistema MINC,
709 inclusive unidades vinculadas, autarquias, fundações que estão ali posicionadas no sistema.
710 Fundação Nacional de Artes, Agência Nacional do Cinema. E aí, peço que vocês relembrem um
711 pouco o slide anterior, nesse momento da apresentação, para entender que cada uma das
712 secretarias e unidades vinculadas fica responsável nesse desenho pela coordenação dos
713 colegiados nacionais e pelo acompanhamento das políticas setoriais em desenvolvimento. Em
714 vista da Lei 14.835 de 2024, da necessidade de articulação federativa e pactuação, tem um
715 desenho aqui de pactuação dentro do próprio plenário do CNPC e via representação do poder
716 público, de representantes dos fóruns, de secretários e dirigentes estaduais de cultura, de

717 secretários e gestores de capitais e municípios associados e da Rede Nacional de Gestores
718 Municipais de Cultura. Essas mesmas entidades, em instância, são aquelas estadas do decreto,
719 recém-saído do forno, em 17 de novembro de 2025, da Comissão Intergestoras Tripartite. Então,
720 pelos muitos fluxos previstos de governança, a ideia é que esses representantes também
721 possam fazer essa articulação, para além daquelas competências previstas pelo poder público
722 no desenho do CNPC, entre CNPC e CIT. E aqui a gente descreve de forma mais detalhada qual é
723 o desenho que ficou. E essa é uma discussão que vem sendo feita ainda no âmbito da Câmara
724 Temática dos Colegiados Setoriais, que a gente vem chamando agora de Colegiados Nacionais
725 de Participação Social, por entender que o setor cultural hoje atingiu um nível de maturidade em
726 termos de produção e formulação de política pública, que não envolve apenas a incidência de
727 setores e segmentos, mas há muitas outras formas de participação, pelo motivo pelo qual a
728 gente muda, sugere essa mudança de nomenclatura. Mas a ideia é que esses Colegiados
729 Nacionais sejam compostos com super-representação da sociedade civil e tenham de 15 a 20
730 membros. E tenham nessa composição a garantia mínima de que tenha um representante ou
731 uma representante de cada uma das regiões do Brasil, entre titulares e suplentes, e que esteja
732 estabelecido um critério, segundo esses critérios até que foram ponderados na Proposta A, que
733 são critérios seguidos pela Secretaria de Participação Social e pelo próprio Sistema MINC. Qual a
734 necessidade de paridade, qual a necessidade de ações afirmativas para esses colegiados? No
735 mínimo, para o Sistema MINC, deve haver uma paridade de gênero nessa composição e é preciso
736 ajustar como isso deve ser feito, mas é uma discussão que será feita pelo Plenário do Conselho.
737 E é possível estabelecer um critério mínimo de participação em relação a cotas étnico-raciais,
738 PCDs e trabalhadores da cultura, como eu havia comentado anteriormente. Então, os colegiados
739 seriam, segundo esse desenho, aquela instância que daria conta daquele primeiro pilar que
740 Samam ponderou de representatividade. E é claro que é possível também estabelecer critérios
741 para que aqueles eleitos pelos colegiados nacionais, também o Plenário do CNPC seja
742 representativo segundo esses critérios. Então, formando um colegiado representativo segundo
743 esses critérios e um plenário igualmente representativo. A proposta é que esses colegiados,
744 como eram em 2015, antes da Proposta Avassaladora de 2019, é que esses colegiados fossem
745 acompanhados, sejam acompanhados pelas áreas finalísticas, pelas unidades vinculadas. Então,
746 ao mesmo tempo que esses colegiados fariam a pactuação de políticas setoriais, políticas dos
747 segmentos, políticas dos povos, eles fariam articulação com o CNPC e informariam ao CNPC
748 aquilo que é possível ao CNPC deliberar em relação às suas competências. Então, existe um fluxo
749 previsto para essa participação dos colegiados nacionais, que é via comissão permanente, uma

750 das comissões permanentes designadas para isso, os próprios secretários representados no
751 Pleno e os representantes daqueles representantes que foram eleitos dentro desses colegiados
752 nacionais. Aqui são algumas normativas próprias que teriam que ser mais bem balizadas no
753 âmbito de um texto de decreto, mas a ideia aqui é que haja um mandato de três anos para a
754 sociedade civil permitido uma única recondução e aqui eu peço o esforço de vocês lembrarem,
755 esse decreto atual de 2019 não permite nem recondução, nem eleição. E o Poder Público admite,
756 essa é uma proposta que havia sido feita anteriormente, de que o plenário do CNPC não pode
757 ficar vacante até a realização de novas eleições. A ideia, seguindo os termos da lei, é que seja
758 uma eleição direta por pares e que se formem colegiados nacionais e fóruns nacionais de
759 participação social. Os fóruns eu detalho mais em seguida. Necessariamente, e essa é uma
760 decisão, é um marco da lei, diversidade territorial e gênero e diretriz para ações afirmativas, elas
761 estão em discussão sobre como se fazer isso, mas elas são obrigatoriedades para a lei, isso
762 precisa ser seguido, não é uma decisão particular desta gestão ou de qualquer outra. E o membro
763 do Poder Público, naturalmente, eles devem ter um mandato vinculado nessa permanência no
764 cargo. E aí eu faço aqui um detalhamento um pouco mais preciso desses fóruns nacionais, qual
765 é esse desenho que vem sendo articulado com a sociedade civil, entre a sociedade civil e o Poder
766 Público na Câmara Temática desses Setoriais e deve receber essa discussão aqui do Plenário para
767 a próxima reunião. Foram previstas aquelas 21 cadeiras para o Plenário, segundo o desenho do
768 Poder Público. E aquelas cadeiras compreendem uma variedade, uma multiplicidade de setores,
769 povos, segmentos, dentro dos próprios colegiados. Mas há reivindicações históricas de
770 composição do Plenário do CNPC que foram apresentadas ao Sistema MINC nos últimos 20, 30
771 anos e muitas delas que foram reforçadas na Quarta Conferência Nacional de Cultura. Algumas
772 dessas cadeiras, elas são articuladas dentro de políticas nacionais do Sistema MINC ou de forma
773 mais integrada ou não. Mas a gente entende que, embora não tenha sido desenhada uma cadeira
774 própria para esses setores, para esses segmentos, é possível que essa articulação de participação
775 social e de incidência na política pública seja feita no formato de fóruns nacionais de participação
776 social. De resto, mais uma vez, com sobre representação da sociedade civil, claro,
777 acompanhamento do Poder Público porque se trata de um ambiente de construção de políticas
778 públicas, mas a ideia, então, é que esses fóruns recebam demandas históricas, essas demandas
779 apresentadas na Conferência Nacional de Cultura. Da mesma forma, esses fóruns devem ter
780 representatividade territorial, de gênero, étnico-racial e aquelas que foram consideradas bem-
781 vindas. Os fóruns que já foram listados como necessários e que podem ser acompanhados pelo
782 Sistema MINC hoje em dia. Capoeira, Cultura Alimentar, Cultura DEF, Cultura Infância, Hip Hop e

783 um fórum para políticas de LGBTQIAPN+. Como o show é de conselheiros e conselheiras hoje, eu
784 termino essa apresentação desse momento. Em seguida, a ideia era apresentar o quadro
785 comparativo e aí eu gostaria de passar a palavra, na verdade, ou para a secretária Roberta ou
786 para o secretário executivo júnior ou para o conselheiro Vitelli que preside a mesa junto ao Poder
787 Público hoje, para vocês fazerem as suas ponderações e em seguida a gente pode fazer essa
788 apresentação. Eu acho que eu não tomei o tempo todo, espero.

789 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Está
790 tranquilo em relação a tempo.

791 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Então vamos abrir
792 essas considerações aqui e quem se manifesta primeiro, por favor?

793 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** – A
794 gente está abrindo para vocês antes, aí as falas a gente faz todas depois.

795 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Alguma consideração?
796 Quem se manifestar? Porque a gente vai agora para a defesa, dois de cada lado, a gente tem que
797 estabelecer tempo, essas coisas todas.

798 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
799 Ainda não, agora é o quadro comparativo e depois a defesa.

800 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Vitelli,
801 o que está previsto que a gente possa, que o próprio Vini faça um quadro comparativo de um
802 trabalho que eles prepararam que seria bom que a gente, minha observação é essa, sabe Vitelli
803 e Vini, secretário, que a gente já passasse para você olhar o quadro comparativo e na sequência
804 a gente seguir a pauta que é a defesa.

805 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Defesa, defesa. Agora
806 eu estava pensando que era o quadro comparativo.

807 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** – O
808 quadro comparativo agora.

809 **Sra. Gilcéia Souza de Lurdes (Suplente – Confederação da União das Federações de Capoeira do
810 Brasil)** – Secretário Júnior, eu pedi, levantei a mão antes da gente começar as pautas e as

811 explicações. O senhor pode me responder algumas perguntas antes da gente continuar? Porque
812 senão eu vou sair e aí meu titular vem.

813 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
814 Deixa eu te dizer, Gilcéia, me desculpa. Vitelli, vou dividir aqui a condução com você. Vamos
815 continuar com o comparativo e seguir aos dois, porque o debate central está ligado às ambas as
816 defesas.

817 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Não, depois a gente
818 abre sim.

819 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
820 Vamos continuar firmes no nosso propósito, eu sei que você já pediu, mas eu encaminharia no
821 sentido de você falar primeiro, logo após a exposição e as defesas, independentemente de você
822 estar ou não na titularidade. Vitelli, você concorda comigo? Como é que você faz o
823 encaminhamento?

824 **Sra. Fernanda Barbosa Adão (Titular - Representante Região Centro-Oeste) –** Gente, se puder
825 falar um pouquinho mais alto no microfone, que está um pouco baixo.

826 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Está baixo aqui? Oi?

827 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
828 Podemos seguir?

829 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Logo após a
830 apresentação dele.

831 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –** É
832 porque ele não terminou.

833 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Exatamente, é por isso
834 mesmo. Eu não encontro. O término do Vinícius, a gente abre.

835 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
836 Assim que terminar, a gente abre.

837 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Exatamente. Qual é o
838 tempo? Ok, ok. Depois a gente abre, é isso?

839 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Ok,
840 então fica registrado que Gilcéia é a primeira inscrita para o momento seguinte, antes das
841 defesas, e as defesas serão feitas em seguida. Vocês devem estar vendo uma tabela agora, e aí
842 eu peço desculpas pela forma como ela está sendo visível para vocês, porque eu acho que a letra
843 está muito pequena, mas todo esse material, como deve ser, pode ser acessado, disponibilizado
844 para vocês. Mas o que a gente fez aqui por parte da coordenação geral, foi um esforço de
845 comparar a minuta de decreto que havia sido encaminhada durante a última reunião da Câmara
846 Temática, comparando com essa proposta, esse desenho do Poder Público, essa proposta B,
847 entendendo aquilo que inclusive poderia ser objeto de pactuação em termos de decreto. Então,
848 esse quadro comparativo é ao mesmo tempo uma análise técnica, mas também já existe uma
849 indicação aqui daquilo que o Poder Público considera, e isso está sujeito a debate, é claro, como
850 viável de ser incorporado em termos de competências, diretrizes e desenhos para o próprio
851 decreto. A primeira coluna, eixo de análise, a gente faz um pouco essa categorização desse
852 processo, mas em seguida a segunda coluna é a proposta A, apresentada primeiramente por
853 Thayná aqui e também na Câmara Temática, em seguida, a segunda é a proposta B, e a terceira,
854 algumas indicações sobre a comparação entre as propostas. Então, de resto, tem ali essas
855 indicações do que é divergente, e já algumas coisas que foram admitidas nesse diálogo interno
856 na própria reunião com a Ministra da Cultura, Margareth Menezes. Acho que o primeiro ponto
857 de divergência entre essas duas propostas é que a proposta da Sociedade Civil da Câmara
858 Temática acrescenta uma função para além daquelas previstas na lei, de normatividade em
859 relação ao Conselho. O sistema MINC considera que é divergente nesse sentido, considera que
860 as funções são aquelas que devem estar como contidas na lei. Nas competências, vou abaixar
861 um pouquinho aqui, a Sociedade Civil listou, deixa eu fazer a contagem aqui, se não me engano,
862 não me engano nos números romanos, 47 competências, inicialmente o Poder Público previa 13
863 competências, dentre aquelas que poderiam ser balizadas na lei já diretamente ou umas que
864 foram incorporadas, e na própria reunião da Câmara Temática já havia sido comunicada essa
865 incorporação. Mas diante da nova proposta apresentada, o Poder Público também entende que
866 algumas dessas competências podem ser admitidas. Essa diferença de cores que vocês estão
867 vendo aqui, e tudo isso pode ser detalhado ao longo da reunião pessoal, é só uma apresentação
868 sintética mesmo. Aquilo que está em azul é aquilo que o Poder Público considera que já está nas

869 competências que iriam para o decreto. Aquilo que é vermelho é para considerar que elas se
870 referem a um caráter normativo não previsto em lei, portanto não poderiam ser admitidas. E
871 aquelas que são verdes são aquelas que estavam previstas nessa segunda proposta apresentada
872 agora e que o Poder Público entende que devem ser somadas as competências do Conselho. Não
873 há um cálculo exatamente de como seria isso ou de quantas competências ficariam, mas a ideia
874 é que boa parte dessas competências sejam assumidas para aquele decreto que será enviado
875 posteriormente pelo Poder Público para avaliação da Casa Civil. Vamos descer mais um
876 pouquinho.

877 **Sr. Luís Torelli** – Desculpa, não consegue colocar em tela cheia? Eu acho que aí melhora um pouco
878 a visualização.

879 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Vou
880 tentar aqui, conselheiro. Deixa eu colocar aqui. Vamos ver, tela inteira. Não, não mudou nada.
881 Vou colocar com F11 aqui, vamos ver. Não muda muito, não. Vou aumentar o zoom. Aumentando
882 um pouco o zoom para ver se vocês... E aí eu vou ter que ficar fazendo um pouco esse esforço
883 de indo da esquerda à direita, para vocês visualizarem.

884 **Sr. Shaolin Barreto (Titular Representante Região Nordeste)** - Desculpa, [ininteligível], só esse
885 material você não consegue fornecê-lo para a gente como só leitores mesmo, compartilhar como
886 leitores, só para a gente poder ver melhor assim?

887 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
888 Agora você quer, conselheiro? Eu posso compartilhar daqui cinco minutos?

889 **Sr. Shaolin Barreto (Titular Representante Região Nordeste)** - Não, tranquilo, tranquilo. Eu
890 estou falando só para que a gente possa depois ver melhor. Não precisa ser como editor, nada
891 não.

892 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Não,
893 claro. Eu mando aqui no chat do CNPC. Só porque como eu estou fazendo duas coisas ao mesmo
894 tempo, aí eu mando já. Eu vou diminuir um pouco o zoom, porque eu acho que essas duas
895 colunas têm que ser vistas ao mesmo tempo. A sociedade civil havia feito na proposta, proposta
896 A, mais uma vez, uma sugestão de diretrizes ao Conselho Nacional. Isso não havia uma indicação
897 do poder público. O poder público admite a incorporação dessas diretrizes no futuro decreto.
898 Com o acréscimo, inclusive, de uma dessas diretrizes. E fez uma adaptação de redação em

899 relação a uma delas para ficar balizado no que seria uma redação jurídica de decreto. E aí acho
900 que a principal divergência, e todo mundo já acompanha há um bom tempo essa divergência, é
901 em relação à composição do plenário. Sobretudo em relação a quem acompanha a sociedade
902 civil. Aqui vocês veem lado a lado essas composições, tanto aquela apresentada anteriormente
903 por Thaynã, quanto aquela que eu e Daniel apresentamos. São 30 representantes da sociedade
904 civil e 30 representantes do poder público na proposta A. E na outra são 21 representantes da
905 sociedade civil, 21 representantes do poder público. A principal diferença não é exatamente
906 naquele segmento, no povos, mas é primeiro na forma de eleição e segundo em como se dá a
907 representação territorial. Além dessas diferenças, o que o poder público indica é que ele fez a
908 adição das cadeiras de áreas técnicas com o espelhamento da secretaria executiva na sua
909 proposta. Os outros termos de... E aí o processo, o elemento seguinte é o ligado à eleição. São
910 propostas divergentes nesse sentido, porque a proposta A propõe uma eleição para todos os
911 segmentos e aqueles mais votados elegem as 15 cadeiras do pleno. O poder público, essa
912 proposta B, na verdade, dialogada com a boa parte da Câmara dos Colegiados Setoriais e com a
913 sociedade civil, a ideia é que a eleição seja feita via colegiados nacionais de participação social.
914 Então, nesse sentido, elas são divergências. Em relação ao mandato, não há divergências. Em
915 relação à arquitetura, sim, divergências, porque elas se referem a como o Conselho se forma.
916 Vocês já tiveram acesso nessa primeira composição, mas vou repetir. Plenário, Mesa Diretora,
917 Secretaria Executiva, Comissões Permanentes, Câmaras Temáticas, Comissão Interconselhos,
918 Comissão dos Colegiados Setoriais, Grupos de Trabalho Temporários, Comissão de Ética e
919 Transparência e Conferência Nacional de Cultura. A proposta B é que haja um Plenário, Mesa
920 Diretora, Secretaria Executiva, Comissões Permanentes, Câmaras Temáticas, os Colegiados
921 Nacionais de Participação Social de Política Cultural e os Fóruns Nacionais de Participação Social
922 da Cultura. Nas duas propostas, isso não está aqui no quadro, mas é que cada uma, pelo menos
923 até o ponto 5, até o elemento 5 de cada uma dessas arquiteturas, a representação seja paritária
924 entre Poder Público e Sociedade Civil. Então, nisso, elas são idênticas. A sugestão do Poder
925 Público é que a listagem de Comissões Permanentes não entre no âmbito do decreto e isso deve
926 ser feito explicitamente no regimento, por entender que se isso constar no decreto, isso pode
927 tornar um pouco mais engessável a mudança, a flexibilidade. Mas isso também está sujeito a
928 debate. Em seguida, a proposta A sugere que as reuniões passem a ter um caráter trimestral. O
929 Poder Público sugere, como é hoje em dia e como são as reuniões de outros conselhos nacionais,
930 que elas continuem sendo quadrimestrais em virtude da manutenção e da indicação de 5
931 Comissões Permanentes, daquelas câmaras temáticas que vieram existir e do acompanhamento

932 de todos os outros colegiados nacionais e fóruns nacionais. Fórum de Convocação. Na proposta
933 A, presidente ou a maioria absoluta do plenário e, nesse caso, da proposta B, o presidente. Vale
934 lembrar aqui que há uma indicação de que o presidente, na verdade, ele formaliza uma indicação
935 que é da mesa diretora. Isso em ambas as propostas. O quórum de reunião, nada muda, a maioria
936 absoluta, como é praxe em todos os conselhos. E a transmissão aqui, a proposta A sugere que
937 seja feita para todas as reuniões de colegiados, desses grandes colegiados. O Poder Público
938 indica que essas devem ser feitas, são obrigatórias para o plenário e são possíveis para todos os
939 demais. A alocação na proposta A é no gabinete da ministra e na proposta B não é fixada por
940 decreto, mas em regimento interno do sistema MINC. A proposta A indica um orçamento
941 próprio, próprio ao Conselho, vinculado ao MINC e ao Fundo Nacional e a proposta B de
942 conseguir os recursos para a realização das reuniões e para as atividades do Conselho ao
943 Ministério. E aí acho que aqui é uma questão que vai mais para as defesas e para o diálogo
944 seguinte, mas tem a ver com esses outros colegiados que são indicados. E acho que aí cada um
945 dos membros que forem fazer esses argumentos podem detalhar melhor. Mas, na proposta A,
946 então há uma comissão interconselhos que é mais ou menos uma má comparação, uma
947 comparação de grosso modo, seriam esses colegiados nacionais de participação social na
948 proposta B, mas isso também tem que ser dialogado. Mas então teria uma comissão
949 interconselhos na proposta A, com 29 membros da sociedade civil e 19 membros do poder
950 público. E no caso dos colegiados nacionais de participação social, de 15 a 20 membros a serem
951 definidos segundo suas áreas, maioria da sociedade civil e outros detalhes que vocês já viram na
952 proposta anterior. Há um outro colegiado na proposta A que é a comissão dos colegiados
953 setoriais, com 30 membros da sociedade civil, 20 membros do poder público e na proposta do
954 poder público, os fóruns nacionais de participação social da cultura no mesmo modelo que vocês
955 já viram anteriormente. Em seguida são as comissões permanentes que a proposta A define no
956 decreto, aquelas que já foram listadas anteriormente. O poder público entende que se deve,
957 como já mencionei, que deve se definir um número máximo de comissões permanentes, mas
958 que esse detalhamento deve vir no regimento interno em seguida. Mas já há uma concordância
959 de quais seriam essas comissões permanentes a serem instaladas. Peço licença para expô-las. O
960 Plano Nacional de Cultura, uma do Sistema Nacional de Financiamento da Cultura, uma de
961 articulação federativa, não articulação “federatica”, como eu escrevi errado aí, uma para o
962 Programa de Formação Artística e Cultural e outra para acompanhamento dos colegiados e
963 fóruns nacionais. Vacância, não há. Outro elemento para discussão apresentado na proposta B é
964 de que haja uma verba indenizatória direcionada dentro da disponibilidade orçamentária, isso é

965 importante citar, para a sociedade civil, o poder público. A proposta B, na verdade, não prevê
966 esse desenho e entende que as defesas serem feitas, que se fosse a verba indenizatória no
967 âmbito de outros conselhos nacionais, ela se refere a todos os conselheiros, não há essa
968 indicação expressa de qual grupo de conselheiros poderia receber, mas esse é um assunto para
969 depois. De resto, alguns detalhes em relação à participação das sociedades em eventos
970 governamentais do poder público, na proposta A se exige que haja uma aprovação da maioria
971 da sociedade civil para esses nomes e no caso da proposta B não há nenhuma definição. Se
972 entende, inclusive, pelo poder público, o sistema MINC entende que essa definição pode ser
973 objeto de deliberação para o regimento interno, não necessariamente para o decreto, porque o
974 decreto com esses detalhes poderia ficar grande demais. Em relação ao funcionamento interno,
975 a sociedade civil sugere que os membros, servidores e cargos comissionados que compõem a
976 estrutura organizacional do conselho, que prestam esse apoio, sejam eleitos por maioria simples
977 do plenário a partir de uma lista tríplice e os nomes indicados para isso seriam de coordenação
978 geral, assessor jurídico, assessor de comunicação, não há dessa definição por parte do decreto
979 apresentado na proposta B. Se exige a participação da ministra na proposta A uma reunião anual
980 no mínimo e essa definição não fica colocada na proposta B. Por fim, encerrando e peço
981 desculpas por exceder meu tempo, eu imagino, a função deliberativa, como prevê a lei, está
982 direcionada em ambas as propostas ao plenário do conselho. Muito obrigado conselheiros e
983 conselheiras, eu sigo a disposição de vocês para prestar qualquer apoio técnico de auxílio de
984 informação. Conselheiro Shaolin, eu vou mandar essa tabela para vocês lerem aqui, está certo?
985 Obrigado.

986 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, Vinícius, dando
987 continuidade aqui, nós entraremos com a questão da defesa, são dois de cada lado e nós temos
988 aqui a primeira fala em defesa do Fabiano Piúba, depois Thaynã e no caso agora é com o senhor,
989 que a Teresa saiu, então Henilton e depois o João, da Sociedade Civil, Thaynã pela Sociedade
990 Civil, Câmara e Fabiano, Poder Público e Henilton mesmo, não é? Do Poder Público.

991 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Isso,
992 eu consegui as ordens da apresentação.

993 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Oi?

994 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte)** – Me permite uma questão de
995 ordem, por favor?

996 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Coloquei uma ordem
997 aqui, oi? A gente fez aqui intercalado, a gente fez essa proposta intercalada, primeiro o Fabiano
998 Piúba, depois a Sociedade Civil, Thaynã, e depois o conselheiro Henilton e depois o João,
999 Sociedade Civil, conselheiro Henilton, ok? Podemos fazer assim.

1000 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte)** – Me permite uma questão de
1001 ordem?

1002 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – E depois, só um
1003 instantinho, e depois a gente abre para debates alternados com a Sociedade Civil. Temos um
1004 teto até 12h30, nós estamos agora... Acho que 11 e 8 estamos com teto até 12h30, depois
1005 sairemos para o almoço e retornaremos dando continuidade, ainda se não for fechada a questão
1006 do debate aberto com os demais. Ok? Questão de ordem.

1007 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte)** – Eu fui atendido pela sua fala
1008 agora, porque eu ia sugerir também que fosse ouvido a sociedade, não somente duas pessoas
1009 de cada lado, uma vez que o assunto é de extrema importância para o Brasil todo. Eu ia sugerir
1010 que fosse ouvido um conselheiro de cada região, obrigado.

1011 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Valeu, Elson, está
1012 contemplado sim, porque a gente abre depois dessas duas intercaladas, a gente abre mais amplo
1013 com o teto até às 12h30, sairemos para o almoço, caso não seja finalizado, a gente dá
1014 continuidade no retorno do almoço. Tudo bem? Podemos começar com o Fabiano?

1015 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1016 **Fotografia no Brasil)** – Eu teria mais uma questão de ordem, se possível. Eu gostaria de falar da
1017 reunião breve sobre os colegiados, porque eu percebi na fala do Poder Público também, teve um
1018 momento que foi feito junto, mas é importante ressaltar que a gente fez um trabalho, e como
1019 sociedade civil também chegamos em conjunto em um consenso. Então, eu vi que vai ter o
1020 debate, mas eu gostaria muito de saber o momento dessa fala, desse breve relato da sociedade
1021 civil na reunião sobre os colegiados.

1022 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1023 **Fotografia no Brasil)** – Mas ainda não já foi feito isso no início da fala do Thaynã? Não? Então a
1024 gente pode abrir? Em que momento? Um consenso aqui, gente.

1025 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1026 **Fotografia no Brasil)** – A comissão dos colegiados é outra comissão. Não é a mesma comissão
1027 da reestruturação.

1028 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Quem está falando,
1029 por favor, é a Carmen?

1030 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1031 **Fotografia no Brasil)** – Sou eu. Vou abrir a câmera aqui.

1032 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Carmen, a gente pode
1033 entrar em um consenso e abrir agora para a Carmen falar, fazer essa explanação, essa
1034 justificativa? É isso, Carmen? Podemos? Ok. Consenso aqui de quantos minutos? Quatro minutos?
1035 Cinco minutos?

1036 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1037 **Fotografia no Brasil)** – Cinco a seis minutos. Eu vou ler e vou procurar ser bastante objetiva, mas
1038 até tinha um... Quando eu perguntei o tempo de fala, me falaram em dez. Eu procurei ser o mais
1039 rápida possível.

1040 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Você está falando pela
1041 outra câmara, é isso, dos setoriais? É isso?

1042 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1043 **Fotografia no Brasil)** – Estou falando pela câmara dos colegiados.

1044 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, Carmen. Cinco
1045 minutos, pessoal.

1046 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1047 **Fotografia no Brasil)** – Vai dar um pouquinho mais, está?

1048 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Então, tudo bem.
1049 Vamos respeitar, vamos respeitar, então. Ok. Tudo bem, conselheira.

1050 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1051 **Fotografia no Brasil)** – Bom dia então a todos os conselheiros e conselheiras, meu nome é
1052 Carmen Negrão, já que a gente está transmitindo via YouTube. Sou uma mulher branca, de

1053 cabelos grisalhos, 65 anos mais. Venho de uma cidade do interior de São Paulo, Tatuí, integro o
1054 CNPC, como representante pela Rede dos Produtores de Fotografia do Brasil na cadeira de artes
1055 técnicas. Vou apresentar um breve relato da primeira reunião da comissão dos colegiados. Nos
1056 reunimos no dia 21 de janeiro, de forma híbrida, no horário das 9 às 18 horas, com intervalo para
1057 almoço. Estavam presentes da comissão dos colegiados, Daiara Tukano, Sociedade Civil, Cultura
1058 dos Povos Indígenas, Jacqueline Custódio, Sociedade Civil, Rio Grande do Sul, eu, Carmen
1059 Negrão, Sociedade Civil, Artes Técnicas, Léo Lessa, Conselheiro FUNARTE, MINC, Elenice
1060 Vespasiano, Analista Técnica de Comissão dos Colegiados do SCDC, MINC, pela Manhã, e Shirley
1061 Correia Rodrigues, representante do SCDC, MINC, à tarde. Participaram também Laís Helena
1062 Custódio, Conselheira IPHAN, MINC, Lenine Guevara, coordenadora FUNARTE MINC, Diego
1063 Santoro, chefe da divisão de colegiados MINC, Sandro dos Santos, coordenador do Sistema
1064 Nacional de Cultura, e o Júnior Afro, diretor do Sistema Nacional de Cultura e secretário
1065 executivo do CNPC. No apoio pelo MINC, a gente teve o Daniel Samam, coordenador geral do
1066 CNPC, Vinícius Prado Januzzi, coordenador do CNPC, e Luísa Cunha Abbott, coordenadora CNPC.
1067 A abertura se deu comigo, Sociedade Civil, relacionando as áreas finalísticas e suas vinculadas ao
1068 MINC, as áreas que foram muito participativas no histórico do CNPC, a partir do levantamento
1069 feito pelos consultores Paula Zanardi e José Nerling, e as áreas presentes na quarta conferência,
1070 com base na consulta aos documentos públicos. As reflexões foram muitas, e assim que a arte
1071 estiver disponível pela coordenação que nos assessora, será de acesso a todos na íntegra. A
1072 comissão entendeu que sua atribuição é de trabalhar os colegiados a partir das áreas finalísticas.
1073 De forma objetiva, gostaria de pontuar algumas resoluções iniciais a partir dos colegiados,
1074 inicialmente em 21 cadeiras, e hoje tomamos conhecimento, eu tomei esse conhecimento
1075 também hoje, junto com a comissão, da cadeira das áreas técnicas apresentada pela
1076 coordenação nessa reunião, conforme dito, solicitação da ministra de Cultura, e que, nas contas,
1077 então, seria um total de 22 cadeiras. Por favor, vocês confirmem se eu fiz a conta certa. Nas áreas
1078 técnicas artísticas, ficou indicada a importância de que, na composição de cada um desses
1079 colegiados, estejam presentes profissionais das áreas técnicas correspondentes. Isso tudo é a
1080 resolução na reunião daquela data. No grupo de expressões culturais, destaco a entrada da
1081 cultura urbana e periférica, que inclui hip-hop, sarau, rap, funk, grafite, dança, produções
1082 audiovisuais e ocupações de espaço público, entre outras que eu possa ter esquecido. Mesmo
1083 que alguma dessas linguagens estejam dentro das artes técnicas, várias delas também existem
1084 como manifestação da cultura urbana e periférica de forma distinta. A cultura dos povos do
1085 campo, das águas e da floresta que nos traz a questão ambiental e o fator amazônico, conforme

1086 a conferência temática Cultura pelos Povos do Campo, Água e Floresta, que antecedeu a quarta
1087 conferência, baseada em uma profunda conexão com a natureza, reconhece essas culturas
1088 agricultores familiares, MST, povos ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, caiçaras,
1089 comunidades tradicionais e povos ciganos como parte constitutiva da diversidade cultural do
1090 território, inclusive aqueles de organização territorial fixa, coletiva ou itinerante, abrangendo
1091 saberes tradicionais, modo de vida, práticas comunitárias e expressões artísticas. Reconhecendo
1092 a importância das outras culturas que se manifestaram fortemente na quarta conferência e para
1093 que possa articular e atuar no desenvolvimento de novos desenhos para políticas culturais
1094 dentro do MINC, indicamos a proposta dos fóruns de participação que articulam diretamente
1095 com os colegiados e com o pleno nas suas áreas afins. A presença de qualquer área no conjunto
1096 que forma as expressões culturais não impede que se constitua também como um fórum
1097 separado. Os colegiados têm que respeitar critérios da diversidade de gênero, raça, território de
1098 acordo com o Sistema Nacional de Cultura, pois não há política cultural legítima sem a
1099 participação social efetiva, contínua e diversa. Embora não seja atribuição direta dessa comissão,
1100 mas em busca de participar cenários e como reflexão para que essas condições sejam
1101 plenamente atendidas na constituição dos colegiados, indicamos critérios que devem estar
1102 presentes nas eleições, esses critérios devem estar presentes nas eleições dos conselheiros. As
1103 eleições devem ocorrer por Estado, nas respectivas áreas de políticas, assegurando que a
1104 composição final, assegurando a composição final das regiões do país estejam representadas,
1105 ser dada a repetição de Estado, tema que será discutido e decidido como todo com o pleno na
1106 formulação do novo Estatuto. Outro ponto importante considerado no desenho foi que cada um
1107 dos colegiados teria uma representação no pleno com a finalidade de garantir o fluxo dos
1108 encaminhamentos das propostas, bem como possibilitar a articulação dos fóruns nas áreas
1109 finalísticas relacionadas com seus objetivos e, quando necessário, diretamente no pleno. Para
1110 assegurar a viabilidade da governança do pleno, indica-se que deverá ser respeitado o número
1111 máximo de cadeiras, em torno de 21 representações, até agora parece que podem ser 22, ou mais
1112 ou menos na decisão final da nossa votação aqui. Essa foi só uma indicação na reunião.
1113 Assegurando uma participação e presença das áreas finalísticas. Enfim, destaco que foi um
1114 trabalho realizado dentro do desenho e arquitetura do MINC, respeitando a construção que
1115 acontece desde a gestão de 2004, interrompida nos anos de 2016 a 22, retomada na atualidade.
1116 Era esse o relato que eu queria fazer.

1117 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Olha só, dentro do...
1118 Exatamente 6 minutos 56, ótimo. Então, obrigado conselheira Carmen, vamos dar continuidade
1119 aqui, então a gente abre o debate, são dois de cada lado, intercalando poder público e sociedade
1120 civil, começando pelo Fabiano, depois Thaynã, aí no caso o conselheiro Henilton, depois o João,
1121 ok? Fabiano? Quantos minutos a gente tem para cada? Bom, vamos fechar no consenso aqui, 4
1122 minutos, pode ser? Oi? Fala Fabiano.

1123 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e**
1124 **Leitura)** – Eu estou prejudicado nesse momento, porque eu estou em deslocamento aqui para o
1125 aeroporto de Manaus.

1126 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Você está em trânsito.

1127 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e**
1128 **Leitura)** – Estou indo para São Gabriel da Cachoeira, então eu gostaria de, de repente ser o
1129 último, porque aí eu vou chegar, estou próximo já do aeroporto, faço aqui lá o meu embarque,
1130 o meu check-in, aliás, entro e quando eu estiver lá na sala de embarque, eu me inscrevo, pode
1131 ser assim?

1132 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Todos de consenso
1133 aqui? Então, começando com Thaynã, sociedade civil e a gente vai intercalando. Então, depois o
1134 Henilton, depois o João e depois o Piúba. Pode ser? Ok. Então, entre 4 minutos.

1135 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Vitelli, só antes
1136 de começar. Eu fiquei na dúvida, é a defesa da proposta inteira ou a gente vai fazer por bloco?

1137 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – A defesa. A defesa da
1138 proposta que você apresentou. A gente sabendo que logo a apresentação desses 4, a gente abre
1139 para o plenário aí. Ok?

1140 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Se me permitem,
1141 eu acho melhor a gente voltar com o quadro comparativo e discutir com base no quadro
1142 comparativo as proposições, porque se o Thaynã for defender toda a proposta dele na
1143 integralidade e depois o governo de novo na integralidade, a gente vai demorar muito tempo,
1144 na minha opinião, nessas apresentações que acabaram de ser feitas.

1145 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Tudo bem? Ok, João.
1146 Então, vamos pelo quadro comparativo e a gente vai fazer a defesa começando pelo Thaynã.
1147 Tudo bem, Thaynã?

1148 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e**
1149 **Leitura)** – Eu não entendi a proposta do João Michel.

1150 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Eu
1151 teria uma compreensão diferenciada também, mas eu aguardo os colegas. Eu sou a quinta
1152 inscrita.

1153 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Pode falar. Pode falar.

1154 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e**
1155 **Leitura)** – Você só poderia explicitar um pouco mais a sua proposta, porque eu não entendi.

1156 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Está
1157 ouvindo, Fabiano? Está ouvindo?

1158 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Alguém está me
1159 ouvindo? Pode falar, pode falar.

1160 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – A pauta,
1161 o ponto, é a defesa da proposta. A forma da defesa, como preferir, está? A forma da defesa é a
1162 partir do roteiro da comparação ou a partir de algum ponto da proposta. É o formato, está bom?
1163 Mas o ponto é a defesa da proposta. Dois e dois.

1164 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Tudo certo, João?

1165 **Interlocutor não Identificado** - Vocês me permitem, por gentileza.

1166 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Alguém está falando.

1167 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Eu acho que tem
1168 pessoas inscritas. Vamos tentar, senão a gente vai ficar em uma discussão sem fim.

1169 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Gente, primeiro, essa
1170 das duas defesas, duas de cada lado, está? Com quatro minutos cada. Depois dos quatro é que a

1171 gente abre o debate mais aberto, começando pelas Gilcéia. Se vocês puderem já fazer inscrição
1172 aí no...

1173 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
1174 Desculpa. É que eu sou a quinta inscrita, mas como devido à mesa, eu gostaria de... Confundi
1175 aqui. Acho que o encaminhamento feito pelo João é bastante coerente e eu queria saber se a
1176 gente tem divergência. Porque aí isso facilita realmente para a nossa compreensão. Seria as
1177 defesas depois de mérito e de pontos específicos após o estressar todas as convergências, tanto
1178 da proposta apresentada pelo Thaynã, quanto da proposta B da própria Câmara, que me parece
1179 aí que tem uma adesão de demais conselheiros. Então, eu acho que a proposição do João é
1180 bastante coerente.

1181 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste) –** Roberta, só
1182 uma correção. A proposta que eu apresentei foi a proposta da Câmara, que foi debatida pela
1183 Sociedade Civil. A outra proposta é a proposta do governo, que teve um debate na Câmara de
1184 colegiado.

1185 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) –** Thaynã,
1186 para não ter confusão, a gente acabou de ouvir... Só um esclarecimento. Secretário, desculpe
1187 atrapalhar. Um esclarecimento. A conselheira Carmen pediu a fala para contar a experiência da
1188 Câmara Temática dos Colegiados, dizendo que a proposta que é apresentada aqui por Vinícius
1189 foi uma proposta que já veio pactuada a partir da Câmara. Portanto, ela não é uma proposta do
1190 governo, sociedade e mais. São duas propostas que estão dentro do Conselho. O Conselho é
1191 governo e sociedade. Então, era importante considerar a fala da conselheira Carmen nesse
1192 sentido. Para não colocar outra narrativa e atrapalhar as votações ou as explicações de cada um.
1193 Que as propostas são importantes que sejam defendidas. E agora a gente passaria às defesas.
1194 No debate, a gente vai para o mérito.

1195 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
1196 Júnior, o quadro comparativo, vamos superar essa? Para responder ao João?

1197 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Pode ser, pode sim,
1198 conselheiro. Conselheiro, promovi. Pronto.

1199 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
1200 Apenas um servidor. Pessoal, eu vou compartilhar o quadro comparativo aqui. Vai ser Thaynã
1201 agora, Thaynã? Só me dá um joinha. Porque aí você pede para eu passar quando for o caso, está?

1202 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Qual seria a
1203 metodologia? Em questão de destaque, em divergência? Pode ser?

1204 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Acho
1205 que agora é a defesa e a forma como for a narrativa apresentada. Eu vou fazer o zoom aqui
1206 porque está bem pequenininho. Vou colocar em tela inteira primeiro.

1207 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – É porque houve um
1208 consenso, uma pactuação e a gente vê onde está divergindo entre sociedade civil e poder público
1209 dentro do quadro comparativo. Pode ser assim, Thaynã e João?

1210 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Eu não consegui
1211 ouvir, Vitelli, desculpe.

1212 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Dentro dessa
1213 proposta. Porque tem, a gente fez uma pactuação e aí onde está divergindo nesse processo
1214 dentro do quadro comparativo, seria isso? Para a gente já fazer a defesa? Seria o viável.

1215 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Debate a partir
1216 de uma divergência. Se não tem divergência, não tem debate.

1217 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Perfeito, João? A
1218 defesa se parte nessa questão de estar vendo a divergência dentro do quadro comparativo. É
1219 isso? Aí faz a leitura, não é, Vinicius? Perfeito.

1220 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu acho que a
1221 divergência, gente, do quadro comparativo ela é muito detalhada. Eu acho que não dá para a
1222 gente, nessa fala agora, falar de todas as divergências do quadro comparativo. Eu acho que é
1223 mais um geral mesmo, sabe? Entende? Eu acho que se for para eu ler esse quadro comparativo
1224 todo, explicar o que é de um jeito ou do outro, eu acho que talvez seria uma fala geral e depois
1225 a gente iria encontrar o plenário mesmo pelos itens do quadro comparativo.

1226 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Perfeito, Thaynã.

1227 **Sra. Gilcéia Souza de Lurdes (Suplente – Confederação da União das Federações de Capoeira do**
1228 **Brasil)** – Eu posso fazer uma sugestão? Uma sugestão? Meu querido coordenador da Câmara
1229 Temática, Thaynã, você já tinha conhecimento da Câmara Temática dos Colegiados desse
1230 formato? Porque eu, como integrante da plenária, eu não recebi e-mail com isso que a Carmen
1231 acabou de ler. Então, assim, hoje a gente pega agora, assim, nessa letra miúda que eu não estou
1232 conseguindo ler, Roberta, me desculpe. Nós não podemos ler isso aqui e debatermos após o
1233 meio-dia? Pelo menos para a gente poder ter uma... Porque, assim, o que eu imaginei da última
1234 reunião que teve da Câmara Temática, que foi aberta aos conselheiros e foi transmitida, que o
1235 pessoal iria fazer as duas propostas e iria pegar a convergência e iria trazer para nós uma coisa
1236 única para que nós analisássemos já o que é de um lado ou de outro lado, que não tem lado, mas
1237 a princípio era para ficar uma coisa única, Nós só contribuir com algumas coisas, não é, Torelli?
1238 Foi o que eu entendi da última reunião da Câmara Temática. Então, assim, eu me sinto um pouco
1239 impossibilitada de discutir artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, sem conseguir colocar os
1240 olhos e ler. Me desculpa, mas no meu entendimento é isso. Eu imaginei que nós íamos receber
1241 no mínimo ontem à noite para poder estar preparada para poder fazer qualquer comentário em
1242 relação a isso agora. E a outra coisa que eu queria perguntar era isso. Quem participa da reunião,
1243 quem não participa, e se a gente está com mais técnicos do que conselheiro, eu não estou
1244 entendendo ainda, Thaynã. Eu sei que é uma reunião da Câmara Temática para a gente fazer um
1245 negócio da reformulação ou uma reunião do pleno, mas é só isso, só alguns esclarecimentos.

1246 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
1247 Esclarecimento, está? Nós estamos aqui com os mesmos técnicos que sempre estivemos, que
1248 trabalham para a participação social, ok? Então, não tem gente a mais, não. Do mesmo jeito das
1249 outras reuniões, tem pessoas acompanhando porque fazem anotações, que são das equipes
1250 aqui. Isso sempre aconteceu, viu, José? A gente está entendendo aqui. Me desculpe, secretário
1251 Roberta, porque como a senhora está rouca, está do virtual, às vezes não fica em condições.
1252 Então, combinando aqui, nós passaríamos para as quatro falas o método, se precisar ver o
1253 material comparativo, o Vini mostra, está certo? E atendendo ao que o José apresenta, a gente
1254 faz as quatro falas e segue para almoço, na volta, a gente faz o debate. Fica bom assim? Essa foi
1255 a proposta da Gilcéia, para dar o tempo. Só que a nossa aqui é aproveitar o tempo para fazer as
1256 quatro, como estava combinado na pauta, está certo? Ok?

1257 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Júnior, posso
1258 dar uma sugestão? Rápido, gente, aí eu já falo, porque, se não, não vai. Tipo assim, a minha ideia

1259 é falar aqui bem brevemente mesmo, ressaltar só alguns pontos, contrapor algumas do que foi
1260 apresentado, com o que a gente estava pensando e seguir. E seguir, eu quero muito ouvir
1261 também os colegas. Eu acho que nessa parte da manhã, talvez se a gente conseguisse, além
1262 dessa explanação, ouvir de modo geral alguns colegas, para na parte da tarde a gente, de fato,
1263 trabalhar em textos do que que fica e o que que não fica, talvez por aquelas pelo quadro
1264 comparativo ele definindo ali, eu acho que seria melhor. Mas ouvir as pessoas também ainda na
1265 hora de ir, eu acho que seria bom.

1266 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Ok,
1267 então, você está propondo que segue o encaminhamento anterior, está bom? Terminando a
1268 reunião, aqui, segue e a gente encerra 12h30. 12h30, aí, a gente vai para o almoço, está certo?
1269 Então, ele está ainda propondo que o encaminhamento seja, segue como estava antes, está
1270 bom? Alguma contestação, secretária, tudo bem?

1271 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Está
1272 ótimo, queria só que o Vitelli repetisse o encaminhamento para que a gente fizesse o registro na
1273 ata, e já, já, a voz melhora, está, gente?

1274 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, é a defesa de dois
1275 de cada lado, começando como o Fabiano pediu, ele era o primeiro, começamos pelo Thaynã,
1276 em seguida, o conselheiro Henilton, depois o João e, por final, o conselheiro Fabiano Piúba. Sim,
1277 a gente está com teto até 12h30, após, os quatro em defesa, a gente abre para o plenário, aí a
1278 inscrição começa com Gilcéia, e já pedir aos demais que queiram fazer daí, é já fazer a inscrição
1279 também, e a gente vai manter os quatro minutos, é isso? Vamos lá, Thaynã, contigo, contando.

1280 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Bom, gente,
1281 vou ser breve, que eu já falei, Parabéns, Vinícius, mais uma vez, aí você está fazendo um trabalho
1282 muito bom no conselho, esse quadro comparativo que você fez no pouco tempo, eu acho que
1283 ficou muito bom, assim, muitas das coisas, eu não vi o que que faltou, talvez faltou alguma coisa,
1284 mas eu não vi, que a gente está sempre procurando o que que faltou, mas está tudo muito bem
1285 colocado ali, assim, a princípio, entendeu? E a equipe toda, enfim, vamos seguindo, Enfim, gente,
1286 a proposta primeira apresentada pelo governo, na última reunião nossa que o pleno rejeitou, ela
1287 mudou um pouco, mas em alguns momentos ela continua muito parecida, muito semelhante,
1288 principalmente no que tange à exclusão das cadeiras regionais, dos representantes regionais que
1289 a Câmara tinha pensado que seriam por Estado, e mesmo nessa proposta nova, o governo segue

1290 excluindo as representações regionais, eu acho que é muito importante a gente ouvir o
1291 conselheiro Elson, entre os outros conselheiros, principalmente eu falo do Norte, por quê?
1292 Lucimar, que é da Câmara também, porque o Norte é uma região que só, que essa questão
1293 regional, essa identidade regional, ela é muito forte, sobretudo na questão do acesso, as
1294 políticas. Então, as questões regionais são muito importantes, aqui no pleno a gente percebeu o
1295 quanto que é importante a gente ter presença das questões regionais, das questões do Estado
1296 no pleno, pacto federativo, foi esse o encaminhamento da Câmara. Então, nessa fala, solicitar
1297 mesmo todos os conselheiros que a gente não abra mão da representação regional, nem que a
1298 gente, para isso, diminua ela em número. A gente propôs 15, quem sabe a gente volta para 10,
1299 que é a composição atual de 2 por região, mas eu acho que a gente tem que achar um C, onde
1300 essa representação regional, ela não fique excluída, porque isso é um grande prejuízo para o
1301 pleno do conselho, para representação, sobretudo para as regiões que tem mais dificuldade do
1302 acesso, às vezes a gente no Sudeste não sente tanta essa necessidade dessa representação
1303 regional, mas o pessoal do Norte sempre coloca muito, é o Nordeste também, enfim, é
1304 importante demais. A questão da proposta que a gente colocou no pleno, de ser salvaguardando
1305 indígenas e culturas afro-brasileiras dos mais votados. Por quê? Porque quando a gente define
1306 quais são as cadeiras, por mais que a gente tenha muita reflexão e sejam pessoas muito
1307 capacitadas em torno disso, a gente nunca compreende por completo o outro setor. Quem é de
1308 terreiro sabe por que é importante ter uma cadeira no pleno. Quem é de terreiro sabe. E às vezes
1309 as outras pessoas não vão saber, E já foi solicitado isso em conferência. A mesma coisa com a
1310 poeira, Entre outras... Então, eu não me sinto de forma alguma capaz de dizer não às demandas
1311 solicitadas, reiteradas por pares na conferência. Eu prefiro que o processo eleitoral por meio de
1312 quem tiver mais votos, defina a composição dos setores no plenário. Na proposta nossa, além
1313 dos setores, a gente abre os outros dois comissões, a interconselhos com a representação de
1314 todos os estados para assessorar os representantes regionais. Então, o representante do
1315 Sudeste, por mais que ele seja de Minas Gerais, ele vai ter a pressão dos representantes que são
1316 dos outros estados no Sudeste. E a mesma coisa dos setores. Se, por exemplo, é eleito o
1317 representante da Capoeira, não é eleito o representante das comunidades quilombolas. A
1318 comunidade quilombola, os setores que são afins, vão trazer para o pleno a demanda do setor
1319 que lhe é mais próximo. Então, essa possibilidade, essa ampliação da participação, essa
1320 legitimidade de deixar isso para que a sociedade civil defina. Outra questão complicada demais,
1321 sabe, gente, no Ministério é a questão da exclusão, mais uma vez, da população LGBTQIAPN+
1322 das cotas. No Plano Nacional de Cultura, a gente enviou proposta que incluía a diversidade

1323 sexual, não saiu no texto. E agora, depois da conferência, mais um momento, a retirada desse
1324 pessoal das cotas, eu acho muito complicada. Acho que a gente tem que repensar isso. A
1325 conferência... A população, o povo LGBT fez uma organização muito grande na conferência, todo
1326 mundo lembra das manifestações do povo lá, e agora é excluir, mais uma vez, até da cota eu
1327 acho que não vale a pena, acho que a gente tem que pensar nisso. E, sobretudo, a questão da
1328 eleição direta. A lei fala que a eleição deve ser direta. Isso tem até, até onde eu vi, talvez eu esteja
1329 enganado, tem até a ver com questões até que o próprio TCU já recomendou para o Ministério
1330 da Cultura. A questão da eleição direta.

1331 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) – Concluindo.**

1332 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste) –** E na proposta
1333 que o governo trouxe, que está muito semelhante à primeira proposta que a gente rejeitou lá
1334 atrás, ela coloca uma eleição indireta. Eu acho ótimo a cadeira da Política Cultura Viva. Eu sou da
1335 Política Cultura Viva, mas dessa forma a comissão da Política Cultura Viva indicar uma pessoa é
1336 indireta. A mesma coisa dos colegiados setoriais, se não houver votação direta, que é a proposta
1337 que até então estava colocada. Então isso é muito grave, acho que precisa de uma grande
1338 atenção. E é isso. Eu espero que a gente consiga para além de A e B, achar o que é possível dentro
1339 dessa estrutura, dessa possibilidade e, sobretudo, pensar para além. Não pensar um conselho
1340 para nós, pensar um conselho para o povo brasileiro. Não tomarmos nossos limites. É isso.

1341 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** O conselheiro
1342 Henilton.

1343 **Sr. Henilton Parente de Menezes (Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura) -** Oi. Bom dia a
1344 todos. Eu vou fazer uma fala também curta e focar em algumas coisas que eu acho que está
1345 divergente, mas no final das contas eu acho que nem tanto assim. Primeiro a composição de 60
1346 membros. Quando a gente analisa as duas propostas, você vê que o próprio Thaynã insiste na
1347 representação regional, mas você pode muito bem ter a representação regional dentro da
1348 composição que está proposta na proposta B. E eu faço aqui uma comparação com a própria
1349 CNIC. A CNIC, que é a comissão que regula o sistema PRONAC, ele no seu nascedouro não tem a
1350 representação regional, mas durante a seleção desses membros, a gente coloca como regra que
1351 transversalmente aos linguagens você tem as representações regionais. Hoje a CNIC tem a
1352 representação das cinco regiões, até porque a gente percebeu que quando você tem uma
1353 representação do Teatro do Sul, não quer dizer que esse representante do Teatro do Sul não vai

1354 defender o Teatro do Norte. Você tem aí uma transversalidade de regiões. Então, eu acho que
1355 se a gente consegue ter a representação das artes, do campo das artes, a representação
1356 territorial, a diversidade, a representação das políticas, esses representantes podem representar
1357 também as suas regiões. E fazer com que durante o processo de escolha você possa ter a
1358 garantia de que entre os membros, entre os 20 membros, você tenha representantes das cinco
1359 regiões brasileiras. Isso funciona muito bem na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura e tem,
1360 de fato, a representação que está no Norte, tem sido ativo, o Thaynã falou agora no Norte, tem
1361 sido muito ativo dentro da Comissão, tanto é que tem dado resultado dentro da Comissão
1362 Nacional de Incentivo à Cultura, porque você tem visto claramente uma ampliação de
1363 investimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir do trabalho que a Comissão
1364 Nacional está fazendo. Essa composição também de 60 pessoas na proposta A, na minha
1365 opinião, ela dificulta você ter 60 pessoas reunidas dentro de uma mesma reunião plenária. É
1366 muita gente para você chegar a um acordo, chegar a um consenso. A Comissão Nacional de
1367 Incentivo à Cultura são 16 pessoas representando a Comissão. São 8 da sociedade e 8 do
1368 governo. E a gente, muitas vezes, tem muita dificuldade de chegar a um consenso a partir dos
1369 votos que são levados dentro das temáticas que estão dentro da Comissão Nacional de Incentivo
1370 à Cultura. Eu acho essa composição também que está proposta na A, eu estava contando aqui,
1371 tem 10 ministérios e a gente sabe que esses ministérios não estão presentes quando são
1372 convocados. Tanto é que a gente, na nossa proposta, a gente tirou, colocou o poder público
1373 praticamente, o Ministério da Cultura representa o poder público. Se você coloca 10 cadeiras
1374 para ministérios outros, essas pessoas não vão chegar aqui. A gente tem experiência já na
1375 convocação do CNPC que essas pessoas não vêm e acaba ficando esvaziado a representação do
1376 governo. Então, eu acho que é uma proposta que não, como alguns falaram, não é uma proposta
1377 do governo, é uma proposta pactuada com a sociedade civil, tanto uma como a outra e nós
1378 temos que apenas ver as divergências que estão sendo colocadas para a gente chegar a um
1379 ponto comum, mas eu não vejo muita dificuldade de chegar a esse ponto comum. Eu acho que
1380 a proposta que está colocada pela proposta B, ela tem mais consistência, é mais enxuta e talvez
1381 ela tenha, seja mais viável ao longo do mandato que está sendo proposto pela comissão do
1382 Conselho Nacional.

1383 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, conselheiro. João,
1384 5 minutos João, está na média aqui, a gente falou 4 mas todos... Deu uma aumentada aqui.

1385 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Me ouvem aí
1386 perfeitamente, dá um joinha aí alguém, para eu ter certeza de que estão me ouvindo. Ok. Bom
1387 dia, obrigado, Vinícius, bom dia a todos os nobres colegas, é importante ressaltar aqui, não posso
1388 deixar de fazê-lo, a importância dos técnicos participantes dessa reunião, que são eles que fazem
1389 essa máquina girar e entender que eles embora não membros deste conselho, são tão
1390 importantes para ele, para que ele possa funcionar na sua plenitude, na sua funcionalidade. Eu
1391 não posso deixar de falar, Daniel, que da paridade obrigatória, que na sua apresentação na
1392 página 3, você disse que o regramento por lei era paridade obrigatória, mas você cita 21
1393 membros, e no meu entendimento ficou uma compreensão de que esses 21 membros é o
1394 taxativo obrigatório perante lei, não é, ele só diz que tem que ser paritário, então eu queria
1395 deixar só isso claro aqui para todos, porque esse foi o que me pareceu e para transparecer o que
1396 diz aquilo que é normativo. Diferente, Henilton, eu preciso discordar de você, diferente das
1397 características da CNIC, o CNPC tem uma característica completamente diferente do ponto de
1398 vista da territorialidade da importância disso enquanto território. A CNIC tem um papel
1399 importante de fomentar o incentivo à cultura, ligado à lei Rouanet, enfim, e essa não é somente
1400 a característica desse conselho, o Conselho Nacional de Política Cultural tem uma amplitude
1401 muito maior, e falar de áreas e falar de territórios são diversos em vários pontos de várias áreas,
1402 quiçá se não todas. Eu acho que um representante de uma determinada região, de uma
1403 determinada área, conseguirá falar, defender aquilo que está dentro da sua área, dentro do seu
1404 território, e acho difícil ele conseguir transparecer. Microfone aberto aí de vocês na sala.

1405 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Tem
1406 algum aberto? João Michel, sem querer te atrapalhar, Adriana fez uma observação técnica de
1407 necessidade de correção do áudio do YouTube, ok? Mesa, por favor.

1408 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Pode
1409 deixar.

1410 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Pode falar.

1411 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Obrigado,
1412 Roberta. Só continuando, então eu acho dificilmente, eu vou falar de uma linguagem específica
1413 aqui, que é a música, por exemplo. A própria música, na defesa dos seus próprios interesses, ela
1414 já é, por natureza, absolutamente ampla. Imagina ela ter que defender, para além das suas
1415 atribuições de área, que é a música, também a regionalidade, que também é tão vasta quanto,

1416 eu estou usando só esse como exemplo, mas posso usar a dança da mesma forma, a
1417 representatividade territorial, do que é a dança no Sul, é absolutamente diferente do que é no
1418 Norte, do que é no Sudeste, e assim progressivamente. Eu não posso entender que um
1419 representante somente possa defender tanto o território quanto a área. Por isso eu defendo a
1420 necessidade de, para além das áreas, é necessária a necessidade da representação por território.
1421 Já me fui convencido de que um por Estado é absolutamente impossível porque aí nós estamos
1422 falando minimamente de 27 representantes se falarmos de um por território. Mas acho possível
1423 pensarmos nesse momento em representações regionais, como a região Sul, Sudeste, Norte,
1424 Nordeste, Centro-Oeste, e assim por diante, tendo a representação de todas as regiões desse
1425 país, tão amplo em sua singularidade cultural. Mantendo também a representação das
1426 expressões culturais. E não posso deixar de falar desse modal proposto que veio como
1427 proposição, não vou dizer que é uma proposta do Ministério, nem que é da Sociedade Civil, mas
1428 uma proposta onde não convergimos, que é de uma eleição, onde você elege uma composição,
1429 seja ela de nome que for, mas se elege um grupo para que este grupo eleja quem comporá aquela
1430 cadeira. Assim diz a legislação, nobre colegas, que uma eleição para ser direta ela é uma eleição
1431 específica para um cargo específico. Se houver qualquer intermédio entre o formato de eleição
1432 e o cargo, ela deixa de ser direta. Então isso é importante de salientar nesse momento. A
1433 legislação, em seu artigo 16, parágrafo único, diz exatamente isso, que a eleição é entre seus
1434 pares e é uma eleição direta. Pode-se discutir o formato da eleição em seus pais? Totalmente
1435 admissível. Teatro, voto em teatro, estou exemplificando. Teatro, vota em teatro, música, vota
1436 em música, território, vota em território, isso são regras do jogo. Se elege essa pessoa para
1437 aquele cargo específico, no caso, conselheiro de política cultural no Ministério da Cultura.
1438 Quando se elege um grupo e esse grupo, seja ele em seus pares, seus pares elegem uma
1439 composição e aí chamaremos isso de Câmara, sei lá, e essa Câmara é quem vai eleger o cargo, ou
1440 seja, quem ocupa a cadeira, isso deixa de ser por natureza, uma eleição direta. Não posso deixar
1441 de falar. São essas as minhas observações e quero chamar a atenção, concluindo agora
1442 rapidamente dos nobres colegas, quando tratamos aqui de questão de ordem, estamos tratando
1443 de questões que ferem o regimento. Qualquer coisa que digamos ser questão de ordem e que
1444 não fira regimento não é questão de ordem, por natureza. Muito obrigado. Então, vamos nos
1445 atentar ao que é questão de ordem, de fato, e ao que não é questão de ordem.

1446 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Perfeito, conselheiro.
1447 Então vamos ao próximo agora, o Piúba já está disponível, Piúba? Oi? Quem pode substituí-lo?
1448 Fernanda do IBRAM. Quem pode substituí-lo?

1449 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
1450 Leonardo, você poderia? Você se importa? A Fernanda também está em trânsito. Leonardo, você
1451 poderia? Ou Márcio ou Leonardo?

1452 **Sr. Leonardo Lessa (Representante da FUNARTE)** - Posso sim. Vocês me escutam, colegas?

1453 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Leonardo? Oi?

1454 **Sr. Leonardo Lessa (Representante da FUNARTE)** - Oi, gente. Bom dia. Sou o Leonardo Lessa.
1455 Estou aqui exercendo a titularidade representando a presidenta da FUNARTE, Maria Marighella.
1456 Sou um homem branco, de cabelos castanhos escuros, uma barba preta, uso um óculos preto,
1457 estou vestindo uma camisa azul com estampa de folhagens e azul claro. Obrigado aí pela
1458 oportunidade da fala, cedida pelo secretário Fabiano, que está em deslocamento. Estou muito
1459 alegre de retornar ao pleno desse conselho, em que já estive no ano de 2009 representando o
1460 Teatro, o Colegiado Setorial de Teatro, que eu integrei naquele momento pela Sociedade Civil.
1461 Eu queria só, também, como representante da Câmara Temática dos Colegiados Setoriais, já
1462 muito bem apresentado o nosso trabalho pela conselheira Carmen, queria só reforçar o processo
1463 de construção da Proposta B, que foi um processo também dialógico entre o Poder Público e
1464 Sociedade Civil. Nós passamos um dia inteiro em reunião híbrida, debatendo a formulação dessa
1465 proposta e trazendo de maneira mais destacada o papel dos colegiados setoriais, não só na
1466 composição da estrutura do conselho, mas também do pleno. E é sobre isso que eu queria
1467 pontuar, que me parece que é a diferença mais central, do ponto de vista conceitual, entre as
1468 duas propostas, e que remonta à origem deste conselho, a vinculação dos representantes do
1469 pleno com colegiados antigamente chamados de setoriais e agora também já é uma pactuação
1470 dessa Câmara, trazendo a proposta de que eles sejam chamados de colegiados nacionais de
1471 participação social, porque envolvem não somente setores, mas também expressões, redes e
1472 representações mais amplas das culturas. Esse vínculo dos representantes do pleno com os
1473 colegiados, para mim, é o que demarca a nossa capacidade de dar diversidade e, principalmente,
1474 rebatimento com as bases de organização do setor cultural. E no interior desses colegiados, me
1475 parece o espaço mais adequado à altura da relevância da participação territorial, regional,
1476 estadual, onde ela deve se dar de maneira transversal a todo o conselho e não concentrada em

1477 representantes 1, 2 ou 3, como me parece que a proposta A traz. Eu acredito que a ausência de
1478 uma base organizada que possa subsidiar essa representação e a quem também este
1479 representante possa se reportar, dá a qualidade dessa representação no conselho. Então, eu não
1480 acredito que o vínculo do setor cultural com as políticas nacionais se dê em uma perspectiva
1481 regional ou estadual. Não me parece coerente com a realidade que uma pessoa ou um conjunto
1482 de pessoas tem a condição de representar todos os setores, expressões, territórios de uma
1483 região ou mesmo de um estado. Isso se dá no âmbito municipal e no âmbito estadual, e para isso
1484 a gente tem um sistema de representação nessas esferas. Então, eu queria só pontuar essa
1485 diferença, dizer que a proposta B na nossa compreensão contempla a altura da importância da
1486 participação territorial, tendo a garantia de representantes das regiões, de todas as regiões,
1487 titular e suplente, em todos os colegiados nacionais. Portanto, subsidiando seus representantes
1488 no pleno, também sobre as dimensões regionais que cabe aquela representação, seja de um
1489 setor, de uma expressão ou de um modo de fazer cultura. E acho que esse é o vínculo mais
1490 coerente, isso é como a sociedade se organiza. Não vejo como um representante do Sudeste se
1491 reporta ao setor cultural do Sudeste, se não for pelas diferenças de atuação, como a cultura se
1492 manifesta na vida da sociedade e, principalmente, como ela se organiza no âmbito das políticas
1493 nacionais, que é por meio das diferenças, das diferentes expressões, dos diferentes setores e,
1494 portanto, isso se materializando nas políticas. Então, acho que essa, para mim, é a diferença
1495 central das duas propostas e não vejo uma dicotomia em relação à participação regional, que é
1496 até como eu prefiro interpretar. Acredito também que territórios nós já temos contemplados
1497 quando a gente fala das diversas expressões culturais que se manifestam em todos os territórios,
1498 independente das regiões, que é como a gente apresenta também, e reforço a defesa da
1499 construção dos fóruns nacionais como um espaço de organização, mobilização e participação de
1500 agendas estruturantes e transversais, que podem, inclusive, ser um espaço de convergência dos
1501 diversos setores e expressões nessas agendas que não se reduzem a um único conjunto, são
1502 transversais as diversas dimensões da cultura. Então, queria só pontuar isso, agradecer à
1503 conselheira Carmen pelo relato, dizer que me senti bastante representado nessa convergência
1504 de construção que nos levou ao consenso da proposta B, que recebeu um acréscimo muito bem-
1505 vindo da nossa ministra, para que a gente incorporasse as áreas técnicas que nós sabemos o
1506 papel que exerce, tanto de modo transversal, quanto também com as suas agendas setoriais de
1507 organização de condições de trabalho e de fomento à sua atividade. É isso, obrigado.

1508 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, conselheiro.
1509 Podemos agora, temos o teto até 12h30, para depois do almoço a gente retornar. Então, a
1510 primeira agora é com Gilcéia. Gilcéia, ouvindo agora o... Gilcéia.

1511 **Sra. Gilcéia Souza de Lurdes (Suplente – Confederação da União das Federações de Capoeira do**
1512 **Brasil)** – Vitelli, a conselheira e secretária Márcia, que também é da Câmara Temática da Câmara
1513 do Colegiado, ela está pedindo ali se ela poderia complementar. Eu cedo um minuto para ela.

1514 **Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade**
1515 **Cultural)** – Eu estou já no... Eu pedi, mas era para complementar junto do Léo, mas ela usou o
1516 tempo. Eu estou escrita daqui a pouco, exatamente. Eu sei cedo a inscrição.

1517 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Muito
1518 obrigado.

1519 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – É contigo, Gilcéia.

1520 **Sra. Gilcéia Souza de Lurdes (Suplente – Confederação da União das Federações de Capoeira do**
1521 **Brasil)** – Não, é só que eu ia lembrar algumas coisas. Assim, não vou defender nem a proposta
1522 A, nem a proposta B, nem a proposta do sistema MINC, e nem a do Sistema Nacional de Cultura,
1523 nem a do CNPC Governo, nem o CNPC Sociedade Civil. Vamos retornar lá em 2023, quando nós
1524 assumimos. Nós pactuamos que íamos fazer a reformulação, e na primeira reunião, sim,
1525 montamos a Câmara Temática de Reformulação, na qual eu fazia parte e a Roberta também.
1526 Depois, no meio do caminho, coloca governo para cá, tira governo para lá. E hoje, vejo aqui, na
1527 realidade dessa reunião, as alterações também que nós tivemos durante esse período nas peças
1528 fundamentais de algumas secretarias, onde os suplentes foram mexidos e remexidos. E entendo
1529 que participação social se dá neste conselho, através dos conselheiros da sociedade civil que aqui
1530 tem e estão. Então, é assim, eu acredito que sempre a gente prezou pelo que nos foi demandado
1531 pela sociedade civil, e a gente trazia, às vezes, não tanto ao nosso contento, porque não era o
1532 que o meu desejo, o meu umbigo queria, mas era o que tinha sido demandado para que eu
1533 trouxesse de conhecimento ao conselho. Quando a gente fala da minha cadeira, vamos lá, não é
1534 cadeira, não é meu assento, meu segmento, minha expressão, não sei, porque uma hora eu sou
1535 da região sul, a outra hora eu já sou das culturas populares, a outra hora eu já sou da capoeira.
1536 Mas aí eu vejo no sistema MINC, várias secretarias, vários conselheiros que não se fazem
1537 presente, muitos não se fazem presente, só na hora de votar, e quando ainda é pressionado pelo

1538 pessoal que veem que está na hora de votar, vamos fazer o embate. Então assim, o que a gente
1539 precisa analisar é que quando nós fizemos a conferência, a conferência veio que mais que uma
1540 encomenda já pronta, a gente já estava herdando de 10 anos, se a gente não tocasse, a gente
1541 tinha que tocar ou a gente era atropelado. Então está, aconteceu a quarta conferência, a gente
1542 tem que respeitar em muito a posição dos delegados. Se foram os delegados que a gente queria
1543 que lá estivesse, não, eu queria que as minhas filhas estivessem indo comigo para passear em
1544 Brasília, mas não, não foram convidadas. Então assim, a gente tem que respeitar o delegado que
1545 saiu do município para o seu estado e do seu estado para defender na nacional. Por que eu falo
1546 isso? Porque nós tivemos 3.600 delegados, nós tivemos várias moções, e nós novamente temos
1547 um impasse que não me passa na goela ainda, que é a capoeira. A capoeira não é do IPHAN, a
1548 capoeira não é da Palmares, a capoeira não é da cultura popular, a capoeira de novo vai ficar sem
1549 uma cadeira? Então é assim, aí junta a cultura tradicional e popular e coloca tudo dentro de um
1550 pacotinho e ganha somente uma cadeira. Pai Jeová está fora, Mestre Gavião também está fora.
1551 Culturas tradicionais e culturas populares. Eu acho que a gente precisa repensar em muito isso.
1552 Não, já concluí a outra proposta, que vai trazida a tal como B, já tinha sido rejeitada, mas eu até
1553 agora não sei.

1554 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, obrigado,
1555 conselheira Gilcéia. Shaolin, por favor.

1556 **Sr. Shaolin Barreto (Titular - Representante Região Nordeste)** – Bom dia! Bom dia a todo mundo
1557 que está acompanhando a gente aí no YouTube também, amigas, meus amigos e amigas aqui do
1558 Conselho. Sou , sou um homem de pele parda, barba rala, cabelo também ralo. Estou aqui em
1559 um home studio na minha casa, onde tem alguns pôsteres e banners na parede e alguns
1560 instrumentos também. Sou representante titular da região Nordeste. Bom, gente, assim, com
1561 toda a licença e respeito a toda essa câmara temática que a gente tem de reestruturação do
1562 CNPC, e ressaltando aqui várias falas que eu tive, que sim, essa câmara também me representa,
1563 mas eu acho, eu fico um pouco triste quando a gente chega aqui agora com duas propostas, uma
1564 proposta A e uma proposta B, em que diversos momentos foi dito como uma proposta da
1565 sociedade civil, da câmara temática, uma proposta do Ministério da Cultura e da Câmara
1566 Temática, e até que não fosse isso, que fosse parte da câmara e outra parte da câmara, eu fico
1567 triste que a gente chegue com propostas que precisam se anular no sentido da gente ter que
1568 votar. Pelo contrário, eu gostaria muito que a câmara tivesse apresentado para gente aqui assim,
1569 olha, nós tivemos duas propostas excelentes, que nós fizemos, todo mundo da câmara assina

1570 todas as duas propostas de propostas excelentes, estamos trazendo o plano para o pleno para
1571 que isso se some, e aí infelizmente, enfim, não vou entrar nesse debate do como foram
1572 construídas isso aí, eu fico triste que a gente não pode estar indo nisso. Nesse cenário, eu
1573 visualizo o quê? Uma proposta de parte de uma câmara, outra proposta da outra parte, a gente
1574 colocar aqui qual é uma melhor que a outra, um anulando a outra, eu não vejo como a gente ter
1575 uma vitória da política pública de cultura, para mim a gente tem uma derrota indiferente de quem
1576 ganhar, porque a gente está anulando a outra, a gente tem duas propostas que não conseguem
1577 visualizar na outra, que existe algo que faz sentido, que a gente não consegue olhar para o outro
1578 lado e falar, olha, existe algo que faz sentido naquilo ali que está sendo falado, eu acho que a
1579 gente perde no debate político, a gente perde, a gente é um conselho de política cultural e a
1580 gente deveria ter esse debate político. Quero fazer referência aqui a duas falas, em especial aqui
1581 do Thaynã e do João Michel, que eles falaram um pouco antes da gente aqui, e o Thaynã falou
1582 bem assim, olha gente, não vamos abrir mão da representação regional, quem sabe a gente pode
1583 até reduzir e tal, depois Thaynã ainda falou bem assim, olha, para além da proposta A e B, vi que
1584 João Michel depois falou, não, eu pensava de um jeito, mas é possível a gente pensar, o que me
1585 deu a entender que existe margem de negociação, se existe margem de negociação e a Câmara
1586 não foi capaz de debater a margem de negociação, então houve um problema muito sério aí
1587 nessa construção, e é preciso que a gente reanalise e repense, porque existia uma margem de
1588 trabalho ali dentro, para que a gente não chegasse aqui agora em uma disputa como se fosse
1589 um lado contra o outro lado, eu acho que isso é muito ruim. O meu entendimento, e sempre foi
1590 aqui, é que a gente pudesse trazer essas propostas para que elas se somem, onde a gente
1591 pudesse pegar o melhor que tem em uma proposta, o melhor que tem na outra proposta, e fazer
1592 com que isso se torne uma proposta que tenha esse debate e essa negociação política que eu
1593 acho que se faz necessária. Então, para fechar aqui, é isso, eu queria muito que a gente pudesse
1594 sair agora para o almoço, refletir um pouco, pensar um pouco sobre isso e retornar, quem sabe,
1595 com essas margens de negociações já esgotadas, porque o que foi apresentado aqui não foram
1596 esgotadas, para que a gente chegue, enfim, em uma proposta que seja vitoriosa e não que anule,
1597 que ela se some e não que ela se anule. É isso, obrigado.

1598 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, conselheiro.

1599 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Me permita uma
1600 parte, nobre colega?

1601 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Vamos dar sequência
1602 e depois a gente fala, está? Nivaldo. Depois a gente conversa João, aí a gente abre no geral. Você
1603 pode fazer inscrição também. Nivaldo.

1604 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Uma parte na fala
1605 do colega.

1606 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – É porque ele estourou
1607 o tempo. A gente está... O teto do tempo é 3 minutos, viu, gente? A gente está com tolerância
1608 aqui. Eu dou a parte para você depois, para você falar, João, por favor.

1609 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Ok, é porque eu
1610 não estou atento ao tempo, mas ok, está com razão.

1611 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Nivaldo?

1612 **Sr. Vitor Hugo Narciso - Mestre Gavião (Titular - Confederação da União das Federações de**
1613 **Capoeira do Brasil)** – Presidente. O senhor poderia me inscrever?

1614 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Quem é? É o Gavião.

1615 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Levanta
1616 a mão aí no... Não. A mãozinha, Gavião, amarelinha.

1617 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Inscrito, Gavião, está
1618 inscrito.

1619 **Sr. Vitor Hugo Narciso - Mestre Gavião (Titular - Confederação da União das Federações de**
1620 **Capoeira do Brasil)** – Já estou levantando duas mãos.

1621 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Inscrito, Gavião, está
1622 inscrito, está? A gente tem um teto até o meio-dia e 30, a gente vai para o almoço e depois
1623 retorna, está? Nivaldo, por favor. Nivaldo? Vamos passar para o Facury, então. Aí você... Nivaldo?

1624 **Sr. José Facury Heluí (Suplente - Representante da Região Sudeste)** – Acabei de dar uma rasteira
1625 no Nivaldo.

1626 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Melhor do que a meia-
1627 noite com passo, hein, cara? Nivaldo, então... Facury, depois a gente retorna para o Nivaldo, ele
1628 entrando aí na sala. Facury?

1629 **Sr. José Facury Helui (Suplente - Representante da Região Sudeste)** – Estão me ouvindo?

1630 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, Facury, ouvindo
1631 também, vendo também.

1632 **Sr. José Facury Helui (Suplente - Representante da Região Sudeste)** – Ótimo. Quero me
1633 apresentar aqui, estou de camiseta azul, sou um coroa, já com 77 anos de idade, careca,
1634 cabelinhos brancos aqui do lado e aqui no fundo tem umas imagens meio difusas de livros e
1635 alguns artesanatos. Bem, eu concordo plenamente com todas as coisas que os nossos
1636 companheiros da sociedade civil falaram e também com algumas coisas, algumas propostas
1637 feitas pelo pessoal do governo. Eu acho que eu concordo com o Shaolin, eu acho que o consenso,
1638 ele já estava presente ali na possibilidade de uma construção, mas eu acho que tem momentos,
1639 tem situações que a gente não pode abrir mão porque é uma demanda que vem de baixo e ela
1640 vem de um modo, vamos dizer assim, avassalador. Se a gente prestar bem atenção nos nossos
1641 conselhos, a própria paridade já é um problema, porque é uma paridade em que um lado tem
1642 tudo, tem infraestrutura, tem dinheiro, tem deslocamento, tem tudo para ser feito e o outro lado
1643 tem só a fala. Eu tenho repetido isso continuamente. Então, para mim, um conselho que seria
1644 altamente revolucionário e representativo, seria um conselho que diluísse um pouco essa
1645 paridade. Pode diluir a paridade tanto na composição como pode diminuir a paridade na mesa
1646 diretora, em uma alternância, em uma efetivação da sociedade civil nessa mesa diretora, na
1647 coordenação. Então, você começa a visualizar uma série de coisas que poderiam ser mais
1648 interessantes, mas a gente não vê isso. E tudo incide por uma coisa, a falta de recurso. Então, se
1649 há falta de recurso para ampliar a demanda das cadeiras que vieram da conferência, se há falta
1650 de dinheiro para isso, há falta de dinheiro para tudo, inclusive para deslocar. Aí, desculpa, eu sou
1651 a favor da regionalização, até de baixo d'água, porque eu acho que ela expõe uma situação de
1652 representatividade muito forte em cada região. Eu vivi isso com o conselheiro suplente tendo
1653 uma representação, sendo convidado a vários lugares para falar do Conselho Nacional de
1654 Políticas Culturais, falar dos programas da lei Aldir Blanc e da Paulo Gustavo, tudo nesse entorno,
1655 nesse imbróglio todo que nós nos envolvemos. Com essa representação, diluir e acabar com ela
1656 é complicadíssimo. A gente não sabe o que vai aparecer de um governo aí na frente. Vamos orar

1657 para que o Lula seja reeleito, mas se não for, nós podemos lidar com complicadores grandes aí.
1658 E essa territorialidade, ela dá uma substância que é necessária. E uma outra coisa também que
1659 incide nesse problema que os companheiros não falaram, mas que está na proposta da
1660 sociedade civil, é a questão de o Conselho ser um penduricalho de uma secretaria. Isso não
1661 existe. A reprodução disso nos municípios e nos estados vai ser um cancro para a nossa cultura.
1662 Então, eu acho que essas duas situações que eu coloquei, elas fecham a minha participação no
1663 Conselho Nacional de Políticas Culturais até o final dessa gestão.

1664 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Grato, Facury.
1665 Próximo, Elson. Elson?

1666 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte)** – Opa!

1667 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Elson.

1668 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte)** – Me autodescrevi aqui. Eu sou
1669 o conselheiro Elson Rocha, da região Norte. Estou usando óculos, sou pele parda, estou vestido
1670 de blusa preta. Concordo plenamente com o que o Shaolin falou e vou somente endossar a fala
1671 dele. É muito triste quando a gente vê duas propostas, quando a gente vê um Conselho dividido,
1672 onde, de um lado, o governo, do outro lado, a sociedade civil. Eu não preciso dizer nada do que
1673 vai acontecer aqui, onde todas as vezes que a sociedade civil bate de frente com o governo, o
1674 que acontece? Eu vou usar de um ditado popular, com certeza o menor lado vai se dar mal. E
1675 também nas palavras do Hamilton, o seu Hamilton, eu quero reforçar em relação à quantidade
1676 de cadeiras, eu também tenho essa preocupação, companheiro. Só que o que acontece? A
1677 proposta feita hoje pelo próprio governo de excluir as cadeiras regionais para um governo, como
1678 o governo Lula, que ele luta pela minoria, é praticamente excluir o meu Estado. Quando eu faço
1679 uma concorrência do Amazonas com outras regiões, principalmente Minas Gerais, São Paulo,
1680 Bahia, nós temos aí uma população que representa menos de 10%. Com certeza, encontraram
1681 um formato de diminuir o que esse Conselho representa, porque esse Conselho representa a
1682 força da cultura, seja ela onde for. E o que a gente poderia estar ampliando nesse momento, eu
1683 fico muito triste quando citam também dizer que a Ministra leu e deu uma sugestão. Eu fico
1684 muito mais preocupado, porque eu queria acreditar que era a equipe técnica que está sugerindo
1685 uma sugestão de retrocesso para a cultura do Brasil. Mas eu vejo que até a Ministra participou
1686 dessa exclusão, desse formato a diminuir a cultura, a esquecer, a isolar a cultura de todo o Brasil.
1687 Eu fico muito triste. Em relação ao que foi falado sobre os fóruns, é muito importante, dentro da

1688 proposta que foi feita pela sociedade civil, o fortalecimento dos fóruns. Então eu queria pedir,
1689 como as palavras do Shaolin, que em determinado momento nós possamos nos sentar, unir as
1690 propostas e lançar uma proposta única e votar somente daquilo que divergir. Esquecer isso, que
1691 o governo está contra a sociedade civil, porque vai soar muito mal para um presidente que tem
1692 lutado pelas minorias. Muito obrigado.

1693 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, conselheiro.
1694 Laís Helena, por favor.

1695 **Sra. Laís Helena Custódio** - Pessoal, muito bom dia. Bom, acho que hoje é um momento que a
1696 gente tem que entrar em confluências, e eu acredito que tem diversos caminhos possíveis de a
1697 gente conseguir contemplar aquilo que foi estruturado, tanto por parte do governo, acho que o
1698 MINC, as vinculadas, e teve participação efetiva da sociedade civil, acho que o trabalho e as
1699 contribuições tecidas pela Daiara, pela sistematização apresentada aqui pela própria Carmem,
1700 mostra o envolvimento e a sinergia entre o poder público e a sociedade civil, nessa construção,
1701 a própria Jaqueline também. Então, acho que a gente teve momentos de questionamentos, foi
1702 muito bem dialogado, acho que Léo Lessa traz isso também muito evidente na fala também, e
1703 eu acho que o principal elemento que modifica o que nós estamos reestruturando o CNPC de
1704 acordo com a 14.835, é justamente essa perspectiva de que a gente está pensando nesses
1705 setoriais como uma ampliação das bases e também dos atores, dos gestores a serem mobilizados
1706 aí. Então, eu acho que quando a gente pensa de que a gente está diminuindo, eu acho que é o
1707 principal ponto aqui que está sendo debatido, que é a quantidade de cadeiras dentro desse
1708 pleno, eu acho que é importante a gente perceber que a gente está fazendo política pública em
1709 termos de garantia de direitos culturais para toda a coletividade e não para determinado
1710 relacionado ao bem, embora ele seja de abrangência nacional e que ele tenha muita relevância.
1711 Só que a gente tem os fóruns de cada um desses segmentos que é uma forma de ampliação
1712 dessa participação social e que pode estar estabelecida dentro desse normativo estruturado,
1713 como estruturas autogestionadas que submetem periodicamente seus relatórios de atuação de
1714 reivindicações, de demandas, de ponderações, de contribuições ao CNPC. Então, a gente
1715 estabelece isso por meio de fluxo, acho que isso foi muito bem apresentado em relação ao
1716 Vinícius. E aí tem uma proposição que vem da fala da sociedade civil em termos da Câmara
1717 Técnica, esse trabalho que foi apresentado por Thaynã nesse calendário, que eu achei que é
1718 muito rica e que eu acho que dialoga com a questão dessas respostas em termos das
1719 regionalidades, de que não acho que é abrir mão, eu acho que é a gente só estruturar, só a gente

1720 mudar as formas de fluxo e de articulação e manter algumas ampliações e ao mesmo tempo não
1721 inviabilizar uma instância de participação social para ela estar inchada. Já estou concluindo. O
1722 fórum intergestores proposto pela sociedade civil, eu acho que ela tem que entrar na perspectiva
1723 da construção interfederativa do sistema, inclusive pensando que pode-se pensar em reuniões
1724 periódicas que coincidam, por exemplo, com a conferência, então uma reunião e aí esse fórum
1725 interconselhos, fórum interconselhos, apresentações dos estados, dos municípios, eu acho que
1726 é possível a gente pensar isso com, por exemplo, os estados, acho que hoje a gente tem a
1727 questão do monitoramento da Aldir Blanc, dos estados conseguirem fortalecer essas instâncias
1728 de participação social que podem ser rotativas dessa forma, acho que a gente pode linkar com o
1729 Conselho Nacional de Políticas Culturais como instância também que se articula com as
1730 circunstâncias estaduais, mas que não seja essa como uma comissão, eu acho que é mais no
1731 sentido mesmo de um fórum... Não autogestionado porque cria aí também a participação e o
1732 apoio do poder público para a realização, mas se a gente não inchar e a gente ter um... Não
1733 conseguir executar porque a gente não conseguir levar 50 pessoas em reuniões, a gente poder...
1734 Eu acho que é esse que é o ponto, a gente trazer as representatividades e dar palco para esses
1735 fóruns darem as formas de articulação junto a esses fóruns já instituídos. E no caso da
1736 intersetorialidade, eu acho que não é de fato, de forma alguma a gente excluir os ministérios,
1737 pelo contrário é justamente a gente conseguir trazê-los para momentos estratégicos da decisão
1738 que a gente consiga deliberar, então acho que são vários mecanismos que foram colocados aí
1739 como resposta que dá para a gente caminhar junto sem abrir mão das representações, mas que
1740 ao mesmo tempo a gente não faça uma estrutura tão pesada que não consiga caminhar, que a
1741 gente acabe só falando de indivíduos ou de determinados segmentos ao invés do campo como
1742 toda a articulação, então é importante a gente ir para esse caminho, eu acho que é possível
1743 dialogar, e tinha outro ponto, mas eu coloco aqui no chat e agradeço.

1744 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado Conselheira.

1745 **Sra. Laís Helena Custódio** - Ah, Gilcéia, eu sou do IPHAN, hoje a gente está trabalhando na
1746 estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural que está prevendo o Comitê Gestor
1747 com paridade, e aí a ideia é que a gente consiga articular esse Comitê Gestor do Sistema Nacional
1748 de Patrimônio Cultural com o setorial, assim como as outras setoriais também estão vinculando
1749 esse setorial não ser sobre a representação de indivíduos, mas de um coletivo organizado em
1750 âmbito de política pública que é no caso das políticas, o sistema das artes, sistema de museus,
1751 sistema de patrimônio. É isso, muito obrigada.

1752 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Grato, Conselheira.
1753 Colocando aqui regimento interno, artigo 26 é vedado ao Conselheiro: 2. Dirigir-se ao CNPC ou a
1754 outro membro de maneira ofensiva, escandalosa, caluniosa ou difamatória, ameaça vetada...
1755 Velada, aliás, eu estou aqui na contraluz, velada ou direta respeitando o dever de urbanidade e
1756 civilidade. É só o alerta aqui no cuidado com as falas, ok? Secretária Marcia Rollemberg. Só lendo
1757 o regimento interno para ficarem atentos, está gente? Secretária, por favor.

1758 **Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade**
1759 **Cultural)** – Bom dia a todos. Eu sou uma mulher com mais de 60 anos, 65 aliás, estou com os
1760 cabelos ainda pretos e presos, estou de óculos, estou na minha sala em Brasília e é uma alegria
1761 estar aqui. Esse trabalho, gente, é da maior importância, eu acho que o nosso propósito, como
1762 disse Shaolin, é um propósito de agregação e eu acho que há a possibilidade de pensar algumas
1763 questões pensadas como princípios e como elas se prospectam no desenho do que a gente está
1764 fazendo. E esse desenho, na verdade, é um desenho que ele tem um processo de evolução e que
1765 ele convive com políticas que têm diferentes tempos e com uma sociedade também que tem
1766 diferentes tempos em termos de organização. E aí eu acho que já vem aí a minha primeira fala
1767 com relação a que os mais organizados estejam sempre bem representados, eu acho que a gente
1768 tem que ter uma visão de que a gente tem uma representação da organização, mas também que
1769 a gente tem um princípio de buscar a equidade dessa representação, então como campo de
1770 diversidade eu gostaria que esse princípio fosse pensado, que a gente tenha aplicação de cotas,
1771 que a gente tenha todas essas questões que a própria sociedade coloca, de uma maneira
1772 transversal no conjunto de todos esses temas que a gente está falando para a gente poder
1773 garantir essa territorialidade. Acho que mais do que ter muitas pessoas ou 60 pessoas, acho
1774 inclusive que esse processo de pleno ele é um processo que a gente deve qualificar como um
1775 processo democrático que se deriva de processos democráticos anteriores, então eu vejo a
1776 relação com os colegiados como um processo qualificado porque os colegiados seriam,
1777 teoricamente estão eleitos com eleição direta, só que os colegiados tem uma participação
1778 também de governo, e eu acho que essa participação de governo tem uma coordenação, mas
1779 você também tem uma integração de quem está afim daquele setor, que não é só mais a ECDC
1780 está afim, a cultura hip-hop, a Funarte também, outras áreas, então, que os colegiados têm uma
1781 visão que também são campos de integração na política. E quem vai eleger a cadeira do pleno
1782 seria a sociedade civil do colegiado, que também isso ficaria claro. Então, assim, eu vejo que são
1783 processos que a gente poderia estar pensando como qualificar esse processo. Na articulação

1784 federativa vem um recado muito forte da Teia do Amazonas com relação ao fator amazônico que
1785 também foi colocado pela sociedade civil, então acho que o fator amazônico também é uma
1786 questão de honra nessa discussão. Então eu estou querendo aí agregar. A ideia dos fóruns ela
1787 vem um pouco para suprir justamente essas possibilidades de você ter as organizações de
1788 acordo com essa relação da própria política pública, então um exemplo por exemplo do Cultura
1789 LGBT e agora a gente está retomando um comitê, esse comitê está sendo feito em discussão
1790 com o conselho LGBT também, então é uma... Até que a gente evolua para a gente buscar até
1791 ter a organização de um fórum. Então coisas vão ter um nascedouro que vai resultar mais na
1792 frente do fórum, mas são processos que respeitam uma dinâmica de cada segmento ou setor.
1793 No caso, por exemplo, de culturas indígenas, a gente já tinha um colegiado, mas agora a gente
1794 tem um grupo de trabalho que está discutindo um plano, então a gente retoma o colegiado, mas
1795 talvez esteja o caso também de ter um fórum quando se tem 305 etnias. Então, assim, são
1796 desejos que tem que ser ao mesmo tempo ter um princípio, mas ter uma flexibilidade de
1797 possibilidades desses tempos. Eu acho que isso é muito importante. E queria me somar a fala do
1798 Shaolin, principalmente no sentido que a gente buscasse as questões que são o consenso com
1799 relação a eleição, a qualificação dessa participação democrática, a questão da regionalidade,
1800 enfim. E que a gente possa amadurecer. Com relação a proposta A e B, o campo da participação
1801 dos ministérios, eu gostaria de propor que a exemplo da Caisan, do combate à fome do conselho
1802 nacional, a gente tivesse uma câmara ministerial, por quê? Porque a gente está participando de
1803 várias políticas públicas, então os ministérios têm que... A gente tem que fortalecer essa posição
1804 da cultura com relação ao restante das políticas. No lugar de abrir mão, talvez uma câmara
1805 intersetorial, interministerial, pudesse suprir essa relação que a gente vem desenvolvendo, eu
1806 particularmente lá a cidadania e a diversidade, a gente está em 12 conselhos, então há uma
1807 necessidade de integrar políticas. Muito obrigada, é muita coisa, gostaria de estar presencial e
1808 de poder trocar mais. Um beijo.

1809 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Com certeza,
1810 secretária. Ok, muito obrigado, secretária, nós estamos vencendo o teto aqui, estamos com
1811 meio-dia e 25. Nós temos aqui dois inscritos além dos que eu já estou colocando para respeitar
1812 os 3 minutos, porque a gente tem Fernanda e o Mestre Gavião e mais Carmem, Nivaldo, que ficou
1813 para depois. E secretária Roberta? Secretária Roberta, e aí a gente fecha e volta, retorna após o
1814 almoço. Então, Fernanda Santana, 3 minutos por favor.

1815 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
1816 **– IBRAM)** – Bom dia gente, eu sou Fernanda Castro, sou presidenta do Instituto Brasileiro de
1817 Museus e servidora dessa casa. Sou uma mulher branca de cabelos castanhos cacheados na
1818 altura dos ombros, tenho os olhos castanhos e estou aqui usando vestido verde e estampa de
1819 flores brancas. Tem muita coisa para falar mesmo, a gente vai sendo provocada e estimulada
1820 pelas falas dos conselheiros. Eu queria só atentar para alguns pontos, um deles é que nem tudo
1821 vai se superar nesse normativo, esse normativo vai precisar ter desdobramentos, o conselho vai
1822 precisar ter um regimento interno, as eleições elas vão precisar ter editais, chamamentos
1823 públicos para acontecerem. Então tem alguns pontos que estão sendo tratados aqui como
1824 grandes divergências que podem inclusive ser desdobramentos e serem solucionados
1825 posteriormente nesses normativos que virão e que precisam vir. Eu queria só fazer uma
1826 observação, fazendo um parênteses aqui, que vocês que são da sociedade civil são conselheiros
1827 eleitos pelas bases que representam e têm uma representatividade aqui que é nominal, titulares
1828 e suplentes. Nós que somos governo, nós temos uma representação que é institucional. Então
1829 eventualmente, principalmente os dirigentes por conta de agendas, eu falo isso muito
1830 tranquilamente porque sempre que possível eu estou aqui nessas reuniões, a gente vai precisar
1831 ter uma alternância mesmo na participação das reuniões e isso não impede que a gente tenha
1832 uma proposta, que é a proposta discutida nas nossas bases que representa a proposta do
1833 governo aqui. E dito isso eu queria chamar atenção para a forma como o debate está sendo
1834 colocado aqui, proposta de governo, proposta da sociedade civil, como na verdade a gente tem
1835 sim convergências nas propostas, eu acho que o espaço das câmaras é também um espaço
1836 dessas diferenças, das divergências serem colocadas e o espaço de estabelecimento de
1837 consensos é esse daqui e o consenso ele pode e vai ser estabelecido pelo voto. E isso faz parte
1838 do processo democrático. Às vezes é difícil que a gente consiga estabelecer consensos ao longo
1839 do processo, mas é importante a gente identificar que nem todas as divergências são
1840 divergências de princípios, elas podem ser divergências de conceitos, elas podem ser
1841 divergências de experiência e eu acho que isso está traduzido aqui. Dito isso, como o Instituto
1842 Brasileiro de Museus, ele é um instituto que apesar de ser muito jovem com 17 anos, tem um
1843 sistema brasileiro de museus instituído antes mesmo do Sistema Nacional de Cultura, a gente
1844 tem um comitê gestor do Sistema Brasileiro de Museus que era o setorial de museus da antiga
1845 formação do conselho e é sempre bom lembrar que a dissolução da organização por setoriais do
1846 estabelecimento da representação por regionalidade foi uma proposta implementada imposta
1847 pelo governo anterior e isso fez com que se se desconsiderasse a forma como o setor cultural se

1848 organiza na sua representatividade no conselho e que se estabelecesse uma organização difusa
1849 e que não consegue estabelecer o link entre conselheiros da sociedade civil e suas bases, então
1850 é importante a gente atentar que a discussão que a gente está fazendo aqui é sobre uma
1851 composição de conselho que existe hoje que não é colocada pelo governo Lula, que não é... Não
1852 respeita a forma como o setor cultural se organiza, mas tudo bem que se tenham interpretações
1853 diferentes, que se tenham elaborações diferentes, mas a gente precisa lembrar também que a
1854 representação setorial ela é um compromisso de quem é conselheiro aqui de fazer um diálogo
1855 nacional com as bases dos seus setores, dos seus segmentos sociais. E aí eu quero reivindicar
1856 uma fala, que se não me engano foi da Carmem na reunião passada, eu já vou concluindo a minha
1857 fala, em que ela colocava o risco que é a possibilidade que se coloca com uma representatividade
1858 regional de que segmentos setoriais mais articulados, mais organizados, possam ter um peso
1859 muito desequilibrado nesse conselho caso a gente tenha cadeiras regionais aqui. E eu acho que
1860 essa margem de negociação que o Shaolin colocou, que eu acho que é muito positivo que a gente
1861 pensa que tem uma margem de negociação, não se aplica por exemplo a uma redução de 27,
1862 para 15, para 10 cadeiras regionais, porque esse risco ele segue sendo colocado. E eu vou falar
1863 um exemplo aqui, vamos supor que o setor de museus que tem um sistema, que tem um comitê
1864 gestor já ativo, logo um setorial em potencial já ativo, se organize para ocupar as cadeiras
1865 regionais. Aí a gente vai ter, além da nossa cadeira setorial, outras cadeiras representando o
1866 nosso segmento aqui e esse desequilíbrio ele pode, em um governo futuro que não seja um
1867 governo democrático como esse, representar o verdadeiro desequilíbrio nesse conselho.

1868 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Fernanda.
1869 Gente, vencemos aqui, estourou o teto e a gente vai deixar para o retorno do almoço o mestre
1870 Gavião, a Carmem, o Nivaldo e a secretária Roberta no retorno do almoço, ok? E o Piúba
1871 também... É, o secretário Piúba também no retorno que ele não pôde falar, então está inscrito
1872 também. É o Nivaldo que passou do tempo. Encerrando e um bom retorno com teto de quanto
1873 para o retorno? 14 horas, todos de acordo? 14 horas retornando do almoço.

1874 **Tarde:**

1875 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Bom, iniciada essa
1876 segunda parte de nossa reunião e se a secretária Roberta quiser falar alguma coisa para a gente
1877 dar continuidade exatamente no que estão inscritos aqui. Temos quatro e não há necessidade
1878 de abrir de novo ou há necessidade de abrir? Pergunto a todos. Inscrição para a fala da sociedade.

1879 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
1880 Vitelli, a gente pode deixar que as pessoas se inscrevam ao longo das duas primeiras falas? O que
1881 você acha?

1882 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Temos três ainda do
1883 primeiro bloco. Então, se houver necessidade, tem que chegar nesse consenso, até porque a
1884 gente estabelece um teto até às 17 horas e temos necessidade de votação ou consenso. Ok?

1885 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
1886 Ótimo. Só para a gente recuperar o encaminhamento mesmo, para que a gente não se perca
1887 muito no processo. Às vezes a gente esquece, sai para almoçar, mas foi ótimo a sua lembrança
1888 para a gente recapitular. Fico aqui no aguardo para a gente retomar, viu?

1889 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – As inscrições estão
1890 abertas. Nós temos aqui já do primeiro bloco, Piúba, Nivaldo, que não puderam falar no
1891 momento em que foram chamados, a secretária Roberta e a gente está com a inscrição aberta
1892 aqui para quem queira ir para o debate sobre isso. Piúba, o secretário Piúba já se encontra na
1893 sala?

1894 **Sra. Carolina** – Prontinho, estamos ao vivo.

1895 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Reabrindo a reunião, a
1896 16ª reunião extraordinária do CNPC no retorno do almoço e abrindo a fala aqui para os inscritos
1897 do primeiro bloco que não conseguiram. Está aberta também inscrição para as novas falas.
1898 Atentando que às 17 horas é o teto máximo. Então, até às 16 horas a gente vai estar para depois
1899 vir para as considerações, encaminhamento e tudo mais. Está aberto. Piúba? Piúba não está. Vou
1900 chamar o Nivaldo. Você está aí, Nivaldo? Há novos inscritos? Já tem uma mão levantada ali. Piúba
1901 não se encontra. Nivaldo se encontra, Nivaldo? Se não, vou passar para a secretária Roberta, que
1902 está aqui. Nivaldo, tudo bem, Nivaldo, é contigo. Depois eu...

1903 **Sr. Nivaldo Jorge da Silva (Suplente - Representante Região Nordeste)** – Boa tarde a todos,
1904 espero que tenham...

1905 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Dando continuidade,
1906 viu?

1907 **Sr. Nivaldo Jorge da Silva (Suplente - Representante Região Nordeste)** – Bem, gente, a reflexão
1908 acho que deve, as duas propostas se tornarem uma só. Coloco a mesma posição que sempre
1909 coloquei, os colegiados setoriais, e dando esclarecimento da minha participação durante quatro
1910 anos no Colegiado Setorial do Artesanato, que as representações regionais estão dentro desses
1911 colegiados. Por exemplo, no artesanato em que participei, que é a minha linguagem, tinha um
1912 artesão representando o Norte, um artesão, que era o meu caso, representando o Nordeste, um
1913 artesão representando o Centro-Oeste e um artesão representando o Sudeste. Então, as cinco
1914 regiões tinham representação e acredito eu que nos demais colegiados, teatro, dança, literatura,
1915 povos indígenas, também tinha essa representação regional. Essa é uma reflexão que sempre
1916 tentei fazer, a importância dos colegiados, porque são 15... Eram, no caso, lá atrás, 15 titulares e
1917 15 suplentes da sociedade civil. Então, desses 15 titulares, cinco estavam representando o
1918 colegiado da sua linguagem, mas fazendo a regional. Então, esse modelo que estamos hoje como
1919 conselheiro é um modelo que desarticulou, que também é todo mundo vota em todo mundo.
1920 Isso não é legal, porque quem deve votar são os representantes de linguagem nas suas
1921 linguagens. A música tem de votar na música, o teatro tem de votar no teatro, na dança a gente
1922 não está falando de um conselho aqui como é o conselho da criança e do adolescente. Não é
1923 esse conselho que estamos falando, estamos falando de um conselho de cultura, onde a
1924 representação das linguagens artísticas e culturais tem de ser votada pelos artistas, pela
1925 representação daquelas linguagens. E, nesse recorte, vai a representação regional. Esse é o
1926 primeiro ponto. E eu acho que nunca vai ser. Essa eleição é a correta, é o que eu vi lá atrás, que
1927 funcionou. Sempre coloquei que essa câmara não é uma câmara de construção, é de
1928 reestruturação, que é diferente de construir, é reestruturar. O que deu certo, deu, vamos
1929 aproveitar e vamos ampliar. E um conselho, ele não é funcional, como já foi colocado aí. Esse é
1930 meu ponto de vista, minha reflexão, e uma reflexão de vivência, como estou colocando aqui. O
1931 que estou trazendo é que, no colegiado setorial do artesanato, tinha um artesão representando
1932 o norte, um artesão representando o Nordeste, que era o meu caso, eleito no Nordeste, um
1933 artesão representando o Sul, um sudeste e um centro-oeste. As cinco regiões estavam sendo
1934 representadas dentro do colegiado setorial. Acho que, dos setoriais, deve fundir essas duas
1935 propostas numa só, e também que isso me incomoda muito quando falo que é uma proposta da
1936 sociedade civil e uma proposta do poder público. Acho que é uma proposta da câmara de
1937 reconstrução, de restauração desse conselho, porque, pelo que entendi, essa câmara era
1938 paritária. Então, a representação da sociedade civil e do poder público, essa questão de uma
1939 proposta da sociedade civil.

1940 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo,
1941 companheiro.

1942 **Sr. Nivaldo Jorge da Silva (Suplente - Representante Região Nordeste)** – Concluí. Obrigado.

1943 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** –Obrigado, Nivaldo.
1944 Secretária Roberta.

1945 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
1946 Gostei muito da fala do Nivaldo e estou concordando muito com você. Primeiro que estou
1947 achando que essa reunião está muito boa, no sentido de que ela está buscando consensos e
1948 costuras. A fala do Shaolin veio um pouco nesse sentido, eu não tinha entendido no momento,
1949 mas fui maturando aqui durante o tempo e identificando a quantidade de consensos que a gente
1950 tem entre o trabalho das duas câmaras, porque uma complementa a outra. A câmara que discute
1951 os setoriais está falando justamente dessa organização que é a organização do setor cultural. E
1952 a outra câmara, ela traz essa necessidade óbvia e fundamental da gente ter a representação dos
1953 territórios, dos macro-territórios, das regiões. Eu tinha uma posição que foi vencida ao longo do
1954 tempo, não vencida, superada...

1955 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Fechou. Seu microfone
1956 fechou, secretária. Áudio, Roberta.

1957 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
1958 Desculpa, gente. Eu sou desse jeito difícil com internet, mas eu tinha uma ideia durante um
1959 tempo, que foi superada ao longo, de que a gente tinha que identificar territórios onde a cultura
1960 se expressasse. Por isso que é tão relevante a gente trazer essa ideia da representação dos
1961 territórios dentro da estrutura dos colegiados. Os colegiados, eles expressam a forma como os
1962 nossos setores se organizam. E as regiões expressam as diferenças de necessidade de resposta
1963 das políticas nacionais para os nossos territórios. Então, me parece que, inclusive, essa fala que
1964 o Valdo traz da sua experiência anterior, ele foi conselheiro anteriormente, é muito importante
1965 para nós, para nós identificarmos um caminho de conciliação, de chegada de uma conversa mais
1966 próxima, dessas duas vias onde as expressões pelos colegiados precisam, dentro delas,
1967 expressarem as territorialidades, as muitas territorialidades. Eu não apoio, como conselheira
1968 individualmente, voto num conselho, num representante regional, porque eu consigo enxergar
1969 a quem um conselheiro de linguagem, de setor, de grupos específicos, ele se reporta e com quem

1970 ele dialoga. Ele dialoga com algo que é palpável. Os conselheiros do artesanato do norte, os do
1971 Sul, os do centro-oeste, os do Sudeste. Mas eu não consigo enxergar um representante regional
1972 conversando com um setor que lhe dê uma base conceitual e um amparo de debate. Me parece
1973 que essa pode ser uma proposição, é uma proposição absolutamente legítima, mas me parece
1974 que ela precisa estar ancorada neste lugar, que é o lugar de onde a cultura realmente consegue
1975 se organizar e das suas múltiplas formas. Eu gosto muito dessa fala, quando ela vem a partir de
1976 Carmen, quando ela vem a partir de Nivaldo, porque ela nos dá a segurança de que estamos indo
1977 para um caminho que é um caminho mais no sentido de conciliar uma proposição, que é uma
1978 leitura da forma com que a política cultural se organiza, que é a nossa visão, com a forma com
1979 que as pessoas precisam ser representadas e as necessidades de estruturação a partir da
1980 organização dos setores culturais do nosso campo, que é tão amplo. Obrigada, querido.

1981 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, secretária. Vou
1982 chamar a conselheira Carmen e, após a fala dela, encerro as inscrições, viu, gente? Ok? Então,
1983 temos Carmen, o Thaynã e a Fernanda Morgani. E, após a fala da conselheira Carmen, encerro as
1984 inscrições. Conselheira Carmen.

1985 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
1986 **Fotografia no Brasil)** – Boa tarde, vou me apresentar de novo. Sou uma mulher branca, de
1987 cabelos grisalhos, 65 mais, mas bem próxima dos 70 nesse ano. Tenho muito respeito ao trabalho
1988 da Câmara de Reestruturação, aos companheiros da sociedade civil e do poder público. Mas eu
1989 gostaria de pontuar que teria sido muito mais eficiente se a gente, no segundo semestre de 2025,
1990 tivesse tido espaço para reuniões conjuntas com a Câmara, a reunião do colegiado conjunta da
1991 reestruturação. E tudo ficou muito difícil, pensando no tempo, que ficou tudo no começo desse
1992 ano. Isso não foi possível. Eu acho que tem o microfone aberto, se alguém está... Fechou. Então,
1993 eu gostaria só de fazer essa reflexão, porque acho que adiantaria muita coisa. Fica para o futuro,
1994 teremos outras discussões. A questão das áreas finalistas que o Nivaldo colocou, não preciso
1995 falar mais nada do que eu penso. E penso também que a gente tem que reforçar os fóruns como
1996 instâncias de participação de todas as culturas transversais e das culturas que fortaleceram, e
1997 das outras que não são transversais nem sempre, mas fortaleceram, portanto, a Nacional, a
1998 Quarta Conferência. E até porque, através desses fóruns, a gente pode remodelar um novo MIP,
1999 quem sabe? Porque as coisas são orgânicas e estão vivas. Então, a gente parte de um modelo,
2000 mas, à medida que vai trabalhando e amadurecendo, vai também mudando. Então, seria uma
2001 proposta que eu apoio muito nesse sentido. A Roberta falou um pouco da fala quanto relação às

2002 áreas regionais, porque eu ia fazer uma pergunta a quem as áreas regionais se reportariam. Elas
2003 representam quem? Elas representariam, necessariamente, uma área finalística, mas eu acho
2004 importante um pensamento, e eu não sei o quanto isso cabe, e eu tenho a impressão de que isso
2005 estava na proposta feita pelo Thaynã, de alguma forma, achei que estava próximo, de que os 27
2006 estados, no caso, formassem uma Câmara de Acompanhamento como Sociedade Civil das
2007 excursões do CIT, porque essa é uma forma de aproximação direta da sociedade civil com as
2008 políticas públicas de seus governantes estaduais e federal. Acho difícil estender para o município,
2009 porque são 5.600. Mas é uma forma de aproximação e de trabalhar políticas públicas que
2010 importam, ou das resoluções delas, ou da aplicação delas. Então, eu queria ter falado, a minha
2011 fala se encerra nisso.

2012 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluiu, conselheira
2013 Carmen. Encerrado, não é? Próximo. Alertando que encerramos a inscrição agora na fala da
2014 conselheira Carmen. Passo a palavra para o Thaynã, conselheiro Thaynã.

2015 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Bom, gente, eu
2016 também espero que a gente consiga convergir mais nessa proposta. Só uma questão que eu
2017 acho que é importante a gente colocar. Esse atraso no processo deu muito por causa da
2018 condução dos trabalhos na Câmara. A Câmara, por diversas vezes, até solicitou que houvesse
2019 reunião, não teve. Então, tudo isso chega nesse momento. Dessa forma, a própria ausência do
2020 diálogo das duas Câmaras. Enfim, a princípio, a Câmara da Reestruturação, ela daria conta da
2021 reestruturação completa. Até na questão do colegiado. No decorrer do caminhar, entendemos
2022 que era importante uma Câmara do Colegiado para discutir a estrutura do colegiado. Acabou
2023 que, nesse processo, o Ministério fez uma proposta diferente do que estava sendo constituído
2024 na Câmara. E a outra Câmara do Colegiado, de algum modo, conseguiu incidir questões e
2025 melhorou a proposta em relação à última reunião da reunião que está agora, em relação aos
2026 setores, mas é essa questão, bem da ordem técnica e administrativa mesmo. Mas, voltando para
2027 as questões mais importantes, que é...

2028 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
2029 Desculpe, Thaynã, lhe atrapalhar, mas quero ir para o que a gente vai ver. A gente vai parar o seu
2030 tempo, mas eu vou atrapalhar. Para tomar o cuidado de não dar informação errada, porque você
2031 deu informação que não condiz com a informação de Carmen sobre o funcionamento do
2032 colegiado. A proposta foi do colegiado da sociedade civil, quando mudou. Então, é bom prestar...

2033 Desculpe a interrupção, mas para a gente não ficar... O que acaba no chat é que tenho que
2034 responder as pessoas quando alguém der informação diferente do que foi apresentado aqui pela
2035 conselheira.

2036 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Não estou
2037 falando de informação diferente do que foi apresentado pela conselheira. Estou falando de
2038 como se deu a desenrolar da situação no âmbito da Câmara Temática de Reestruturação, que
2039 resolveria essa questão por inteiro, e depois entrou a questão do colegiado, para discutir o
2040 colegiado, não a reestruturação, mas acabou que as coisas se entrelaçaram. Mas, a princípio,
2041 eram discussões diferentes e complementares, e que não eram para se sobreporem, e foi o que
2042 acabou acontecendo. Mas vamos... O que a gente tem, a gente vai seguir. O que a gente tem
2043 mesmo? Só falei isso para pontuar algumas questões sobre a não entrega de um trabalho mais
2044 pactuado da Câmara, porque a Câmara o tempo todo quis fazer isso, mas os prazos, as condições
2045 que impossibilitou, as paralisações etc. Mas, voltando à questão do... Eu acho que a gente podia
2046 muito tentar convergir, eu queria fazer uma sugestão de deliberação para o pleno em relação a
2047 uma parte dessa proposta. Mas, só reiterando a questão dos regionais, quando a gente fala... E
2048 a Câmara se debruçou muito sobre isso, mas muito mesmo, foi a maior reflexão da Câmara. O
2049 próprio Poder Público, e quando eu falo Câmara, e fica essa questão da proposta da sociedade
2050 civil e do poder público, a proposta que eu estou tentando trazer aqui, que a gente está
2051 apresentando, ela é a proposta da Câmara, e ela é a proposta da Câmara pactuada na época que
2052 a gente estava pactuando Poder Público e Sociedade Civil, depois que mudou, o Ministério fez
2053 uma outra proposta, mas, até então, essa é a proposta de pactuação de ambas as partes que a
2054 gente está tentando trazer toda essa memória da Câmara. E a gente refletiu muito sobre essa
2055 questão dos territórios, por quê?

2056 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo.

2057 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Porque a
2058 política acontece nos Estados também, a pactuação federativa acontece nos Estados. Então, era
2059 essa a ideia, por meio de representantes, a gente falava de estaduais, mas pode ser regionais
2060 que vão estar ligados, igual a Carmen falou na sugestão que a gente colocou, da Comissão
2061 Interconselhos, a gente sugeriu três regionais, mas vamos supor que a gente consegue até um
2062 regional, mas que tenham os regionais e que tenham essa Câmara Interconselhos, com a
2063 representação de todos os Estados, para que esses três, esses cinco regionais que sejam, ou 15

2064 que vão estar no pleno, tenha o subsídio do que está acontecendo nos Estados. Quando a gente
2065 vai falar de política nacional Aldir Blanc, é muito importante a gente olhar, ter um entendimento
2066 da sociedade civil de todos os Estados.

2067 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo.

2068 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Porque isso vai
2069 para todas as políticas dentro do Pacto Federativo. Então, essa ideia de que o representante
2070 setorial, se eu fui eleito pela Dança, a Dança vai me demandar demais, não vai ser a minha região.
2071 Se eu fui eleito pela minha região, pelo meu Estado, eu vou ter que responder as demandas do
2072 meu Estado e as demandas da região naquela Comissão Interconselhos, entendeu? Essa questão
2073 de a gente não perder essa linha da demanda da Pactuação Federativa no pleno. Era isso, e tinha
2074 uma sugestão também que eu queria colocar para a votação mesmo para a gente começar já,
2075 para ver se a gente consegue deliberar alguma coisa mesmo dentro daquele quadro.

2076 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Podemos passar,
2077 então. Fernanda Barbosa, conselheira.

2078 **Sra. Fernanda Barbosa Adão (Titular - Representante Região Centro-Oeste)** – Boa tarde. Vocês
2079 me ouvem?

2080 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ouvindo.

2081 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Sim.

2082 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular - Representante Região Centro-**
2083 **Oeste)** – Ah, que bom. Como eu não falei antes, gostaria de saudar todo mundo que está aí
2084 presencialmente, galera que está online, que está nos acompanhando no YouTube. Eu sou
2085 Fernanda Morgani, conselheira na cadeira de representação da sociedade civil do Centro-Oeste.
2086 E, mais uma vez, agradecer o trabalho da comissão, sei que é um trabalho hercúleo. Gostaria já
2087 de antemão sinalizar que estou emocionalmente bem afetada com essa reunião. Me despertou
2088 até gatilhos do momento da conferência, os momentos que vivenciamos lá. Esse momento é
2089 muito importante para nós, da sociedade civil, que estamos nessa luta há mais de 20 anos. Eu
2090 fico pensando, sociedade civil realmente influencia quem deve representar o governo no CNPC?
2091 Neste caso, a gente briga. A gente não briga por isso, a gente soma. Porque a gente está há tanto
2092 tempo discutindo sobre qual a composição, quantidade de cadeiras no conselho, principalmente

2093 aquelas que são representadas pela sociedade civil. E eu fico me perguntando, por que a gente
2094 é julgado, travado, por falta de orçamento, por falta de estrutura, para que a gente tenha o
2095 conselho que a gente quer? Por que a proposta do governo, inclusive, foi mantida mesmo com a
2096 negativa da sociedade civil? A gente teve que ter outra proposta podada pelas limitações. E eu,
2097 Fernanda, também artista, também cidadã, eu considero isso um absurdo. Se a gente quer uma
2098 estrutura mais robusta, com representatividade ativa, é justamente para que junto com vocês,
2099 sim, pasta, governo, representantes institucionais do governo, para que a gente possa sair de
2100 um ministério e uma pasta que está sempre trabalhando no vermelho, mas que fora do país,
2101 somos um país culturalmente em ascensão. Que trabalho de base é esse? Se quem acessa é
2102 representado e está sempre lá no topo, nos lugares de decisão. Eu não vi aqui, nem nas outras
2103 reuniões, nenhuma apresentação de cenário, de variáveis, de estudos, para prever, para mostrar,
2104 com dados, que a gente não tem uma estrutura, de fato, para um conselho maior. Sim, isso
2105 demanda mais trabalho, mais pessoas, mais esforço para dar certo. Não para mostrar apenas
2106 que dá certo na ponta, mas para que, de fato, a ponta sinta isso, porque a gente não está
2107 sentindo, gente, essa realidade. Isso não é um sonho, mas isso pode, sim, ser uma realidade. Se
2108 a gente consegue organizar uma conferência com todos os problemas que todo evento de
2109 esporte tem, para mais de 3 mil pessoas, por que a gente não pode organizar quatro encontros
2110 presenciais no ano para um conselho maior? Com essa possibilidade que a pandemia,
2111 infelizmente, nos trouxe, mas felizmente para o trabalho, uma possibilidade de ter reuniões
2112 híbridas. Por que a gente não tem? Porque a gente não tem fluxo de trabalho, porque a gente
2113 não tem dinheiro, porque a gente não tem força política. Lembrando que cases de sucesso,
2114 outros conselhos, são referências, não determinações. O nosso conselho precisa ser diferente,
2115 ele precisa ter estrutura. Sim, e ele é diferente, e ele é diverso, e ele é amplo. E é difícil a gente
2116 atender isso? É, mas eu acredito na força política do movimento cultural, por quê? Nisso a gente
2117 tem dado concreto, porque a nossa pasta representa muito no PIB do nosso país, e isso sustenta,
2118 é a cultura que sustenta o nosso país. A gestão pública preconiza a adaptabilidade de orçamento,
2119 de resultados, em dados concretos, não somente em vivências e experiências profissionais,
2120 principalmente por aqueles que devem executar o trabalho com base no recurso que nós
2121 pagamos, nos impostos que a gente consome, nos impostos dos serviços que a gente faz. Então,
2122 para fechar, a sociedade civil que eu represento, nessa cadeira que dialoga comigo neste
2123 momento, e ao longo dos últimos anos, estou concluindo, quero um conselho com paridade de
2124 gênero, vinculada diretamente à cadeira da ministra, com representação nacional e com
2125 colegiados setoriais no CNPC, aquela política lá de trás, dos 12 anos que a gente trabalhou. Fora

2126 isso, é conselho de prateleira. E todo mundo já sabe que esse modo de ser em conselhos já está
2127 obsoleto para as necessidades nacionais. Finalizo aqui, muito obrigada. E é isso aí, eu estou
2128 emocionada mesmo.

2129 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, conselheira.
2130 O secretário Piúba já se encontrou na sala, se a gente dá continuidade aos trabalhos. A secretária
2131 Márcia? Tem mais inscrição aí? Tem mais algum inscrito? Depois da Fernanda, Pai Geová e quem
2132 mais? Então vamos com calma aí. Ela está encerrada lá... Ela pediu encerrada na... Na Carmen,
2133 como ela encerrou. Então isso já estava escrito. Então, por favor, Pai Geová, quem mais? Facury,
2134 quem mais? Não, Maurício.

2135 **Sr. José Facury Helui (Suplente - Representante da Região Sudeste)** – Opa! Só mais uma vez,
2136 repassando diante da minha fala.

2137 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Só um instantinho, por
2138 favor. Facury e quem mais? O Léo. Elson. Isso depois de encerrado. Elson. Fechou?

2139 **Sr. José Facury Helui (Suplente - Representante da Região Sudeste)** – Posso continuar? Não, só
2140 um instantinho, por favor.

2141 **Interlocutor não identificado** – Não é a sua vez ainda não, só está lendo os nomes dos inscritos.

2142 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Só estou colocando a
2143 nominata dos inscritos. Oi? Annalise? Ah, Laís. Laís, encerrou, não é? Então, Márcia. O secretário
2144 Piúba não entrou na sala. Então nós temos aqui, por ordem, Pai Geová, Gilcéia...

2145 **Sr. Geová Alves da Silva (Titular - Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas**
2146 **Tadeu)** – Sou eu, então.

2147 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Pai Geová, Gilcéia, por
2148 favor. Depois da Gilcéia.

2149 **Interlocutor não identificado** – Só desculpa para o pessoal que está na sala falar bem perto do
2150 microfone. A Libras está sendo muito prejudicada. E a secretária Márcia não está abrindo a
2151 tradução porque não está entendendo. Agora...

2152 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Pois é.

2153 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Gente,
2154 um minuto. A gente vai precisar falar mais devagar porque ele está prejudicando Libras. É isso
2155 que ele está falando. E também se falar a todo mundo ao mesmo tempo. Então, o Júlio Vitelli
2156 está lendo aqui as inscrições. E essas são as inscrições para a gente poder seguir para os
2157 encaminhamentos. Está certo? Então, as inscrições são... Posso ler?

2158 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Pode ler, por favor.

2159 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Pai
2160 Geová, Gilcéia, Maurício, Felipe, Léo, Léo Lessa, Elson, Laís e Márcia Rollemberg. E aqui,
2161 encerraram. Está certo? A preocupação agora é com o tempo para a gente cumprir um tempo
2162 de... De 16... Que horas tem agora? Ah, está bem. Então, o nosso cálculo aqui era até 16 a gente
2163 conseguir fazer o debate. Parece que aqui vai dar, não é? Está certo que a gente encerra.

2164 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Estou dando início aqui
2165 a fala nessa Nominata, que já foi lida pelo companheiro aqui, Júnior. Vamos lá. Pai Geová, por
2166 favor.

2167 **Sr. Geová Alves da Silva (Titular - Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas**
2168 **Tadeu)** – Boa tarde a todos e a todas. Fazer minha alta descrição. Homem negro, bárbara branca,
2169 poucos cabelos brancos. Uso uma camisa bege, uma gola vermelha, um cordão dourado, óculos
2170 de aros dourados. Para quem não viu ainda esse ano, feliz ano novo. Que Deus e nossos
2171 riquíssimos orixás possam nos abençoar e trazer cada vez mais compreensão e entendimento
2172 em todas as nossas caminhadas. Eu venho acompanhando a fala desde cedo de todos aí, então
2173 vou no mínimo falar para não ser repetitivo nas falas.

2174 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Com
2175 licença, Pai Geová. Como está sendo filmado no YouTube, eu queria que você me enquadrasse,
2176 porque aqui a gente vê só sua careca. Está bonito, mas tem que descer mais a câmera para
2177 mostrar o senhor. Muito obrigado.

2178 **Sr. Geová Alves da Silva (Titular - Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas**
2179 **Tadeu)** – Melhorou?

2180 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Júnior.

2181 **Sr. Geová Alves da Silva (Titular - Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas**
2182 **Tadeu)** – Ok. Então, não quero ser repetitivo, parabenizo a fala de todos e respeito também a
2183 fala de todos os colegas, mas cada um tem sua opinião, a democracia é isso mesmo. Teve
2184 momentos também que eu já divergi, mas eu vou no pensamento do Nivaldo, algumas falas
2185 também da carne, negão, Nivaldo cita aí sobre o artesanato, tinha representantes de outras
2186 regiões, aí eu falo também das matrizes africanas, nós tínhamos o Arthur Leandro que
2187 representava também, que era lá do Pará, boa representatividade, e os conselheiros
2188 representavam o regional, aí na fala também do nosso amigo aí, Thaynã, ele fala um conselheiro
2189 representa uma câmara fica super carregado, eu tenho representado durante esse período uma
2190 câmara de cultura afro-brasileira, não vou dizer que eu dei conta 100%, quem me dera, se eu
2191 tivesse dado conta, pelo menos 50%, mas atendi dentro daquilo que eu podia, não só da região
2192 sudeste, como do nordeste, do norte, do sul, muitas coisas em aero para nós, e nós fomos
2193 encaminhando. Então, quando as câmaras, elas são de fato representativas com as suas
2194 identidades culturais, ela fica mais autêntica, mais clara, porque quando eu vou procurar um
2195 conselheiro regional, de repente ele pode me ajudar, mas será que ele entende da área de matriz
2196 africana, para discutir e me representar? Será que ele entende da área do artesanato? Então,
2197 quem eu vou procurar um conselheiro regional para representar matriz africana? E como que eu
2198 vou fazer, não discordando, eu penso que deve ter mesmo as duas propostas, deve ser analisada
2199 com muita cautela, mas eu vou nessa fala aí do Nivaldo, porque nós em alguns momentos somos
2200 prejudicados, porque nós não temos representatividade em regiões de matriz africana para falar
2201 por nós, através dos conselheiros regionais. Entendeu? E aí nessa, não estou falando eu também
2202 já participei do conselho anterior, com o Nivaldo, e sei que funcionou muito bem, porque todo o
2203 Brasil tinha representatividade com representações em todos os estados, todas as regiões, não
2204 vou dizer todos os estados, mas a Câmara era maior até, mas tinha representatividade através
2205 do colegiado em todos os estados, porque o colegiado era amplo, então todos os estados e
2206 diversos municípios, capitais, estavam representados, mas através das câmaras temáticas, não
2207 eram regionais, então nada disso prejudicou.

2208 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo.

2209 **Sr. Geová Alves da Silva (Titular - Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas**
2210 **Tadeu)** – Não prejudicou, e funcionou muito bem, e foi dado conta, tanto que tem proposta
2211 retirada de diversas câmaras que serve de exemplo hoje para o conselho, principalmente a de
2212 matriz africana. Vários encaminhamentos, que já viraram até quase que lei, mas está em

2213 caminho, por quê? Porque funcionou, porque nós tínhamos representatividade em todos os
2214 estados, em diversos municípios, que as câmaras se reuniam com seus representantes locais e
2215 construímos vários documentos. Matriz africana é um documento que foi exemplo para o MIR
2216 hoje, na época SEPIR, para Palmares e até mesmo para o MINC. Isso aí, Nivaldo. A Câmara de
2217 Artesanato.

2218 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo, pai Geová.

2219 **Sr. Geová Alves da Silva (Titular - Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas**
2220 **Tadeu)** – Isso aí nós temos. Só confirmando, tanto que funcionou, que tem trabalhos, aquelas
2221 câmaras anteriores, que servem de respaldo hoje para a cultura nacional. Então, essa é a minha
2222 contribuição.

2223 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, pai Geová.

2224 **Sr. Geová Alves da Silva (Titular - Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas**
2225 **Tadeu)** – Respeitando a todos e seguindo a democracia e sucesso para todos nós.

2226 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Pai Geová.
2227 Gilcéia.

2228 **Sra. Gilcéia Souza de Lurdes (Suplente – Confederação da União das Federações de Capoeira do**
2229 **Brasil)** – Estou esperando meu titular, mas meu titular não chegou, então vamos lá nós de novo.
2230 Pai Geová, concordo com o senhor em muitas coisas. E uma das coisas que a gente foi parceiro
2231 muito tempo é que nós éramos de uma região e não éramos da região, atendíamos a nível
2232 nacional. E eu acho que sim, que nós das culturas populares atendemos bem. Muito bem,
2233 obrigado. Mas eu tenho que botar o dedo na cabeça da coordenação. Apontar o dedo porque
2234 muitas, muitas, muitas vezes nós falamos sobre a publicação da Câmara Temática, dos
2235 colegiados, que quem é que ia assumir, não sei o que. O diário saiu, a publicação saiu dos
2236 integrantes da Câmara. Eu acho que uma semana depois da última reunião nossa, o pessoal fez
2237 milagre e sim, deveriam ter trabalhado juntos. O que acontece agora é que se nós formos mexer
2238 num projeto que teve um ano de trabalho, com todas as complicações que deu na Câmara
2239 Temática da Reformulação, para nós fazermos o encaixe agora dos colegiados, a gente tem que
2240 ativar os colegiados. Como vai ser feito? Pois é, nós nos atrasamos, e nos atrasamos por quê? Por
2241 erro administrativo. Não foi por erro da sociedade civil. Então é assim, Fernanda, eu sou solidária
2242 a você quando a gente toma na cabeça e a gente sabe o que a gente passou e o que a gente está

2243 passando ainda para tentar fazer essa reestruturação. Como vai ser feito? Desejo sucesso para
2244 todos vocês. E imaginei que a gente tinha sido ouvido quando a gente não aceitou aquela
2245 proposta que veio à minuta. Retirou-se à minuta, depois se colocou de novo, depois se remexeu
2246 de novo. Então é assim, é uma construção que não se construiu. E só se deu mais um confronto,
2247 e continua sendo esse confronto, e nenhum quer ceder por datas. A gente está com várias
2248 políticas, Márcia, acredito que sim, que a gente esteja com várias políticas, trabalhamos por
2249 várias políticas, e não poucas, são muitas, mas eu me lembro de ter participado da construção só
2250 das culturas populares e tradicionais. Da tua secretaria que nós somos convidados. Agora das
2251 outras secretarias, da FUNACH, do IFAM, há pouco tempo, do patrimônio, que o Maurício
2252 também conseguiu se encaixar ali. O Conselho à Sociedade Civil não foi ouvido, os conselheiros
2253 da Sociedade Civil não foram ouvidos em muitas construções de muitas políticas. Então é assim,
2254 foi feito com fórum, foi feito com participação social, foi feito com participação não sei o que,
2255 mas não da representatividade da Sociedade Civil dentro do museu.

2256 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) – Concluindo.**

2257 **Sra. Gilcéia Souza de Lurdes (Suplente – Confederação da União das Federações de Capoeira do**
2258 **Brasil) –** Desculpa, Vitelli, mas eu tinha que fazer esse desabafo.

2259 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Um abraço. Valeu.
2260 Maurício. Conselheiro Maurício.

2261 **Sr. Maurício Cândido da Silva – (Representante do Comitê Internacional dos Museus – ICOM**
2262 **Brasil) –** Muito obrigado, Conselheiro Vitelli, boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Eu sou
2263 Maurício Cândido da Silva, sou um homem de pele clara, eu moro na cidade de São Paulo, tenho
2264 cabelos grisalhos, bigode grisalho, uso um óculos de aro preto e uma camiseta, uma camisa de
2265 azul, azul marinho. Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a todas as pessoas que falaram antes
2266 de mim, o que me deu muito mais segurança para poder pensar e falar enfim, dentro de um tema
2267 bastante importante. Então, queria reforçar o parabéns a todas as pessoas que se dedicaram aí
2268 com bastante intensidade e tempo a este projeto, digamos assim, de reestruturação do CNPC, e
2269 todos vocês têm minha admiração, sejam representantes da sociedade civil como do governo,
2270 porque eu acompanhei, eu vi as pessoas se dedicando arduamente, com muitas horas, muito
2271 tempo, demonstrando aquilo que acreditam como política cultural. Então, eu acho que como
2272 exercício democrático, como manifestação, eu achei bastante interessante esse processo. Não,
2273 nem sempre a gente consegue que as nossas propostas sejam aprovadas, mas o que eu

2274 considero o processo extremamente importante de se manifestar, de se colocar e, pelo menos
2275 o papel que eu tento ocupar dentro do CNPC é de ouvir os colegas, aprender e poder aqui
2276 repassar para o meu grupo, que é eu sou representante do Comitê Brasileiro do Conselho
2277 Internacional de Museus. Então, com um diálogo bastante próximo junto ao Ibram, aos colegas
2278 e assim, eu gostei bastante, eu gostaria de ressaltar de todas as falas acho que trouxeram
2279 componentes extremamente importantes, mas eu gostaria de destacar duas falas dentre várias,
2280 não que são por assuntos que me tocam mais, mas todas as falas foram bem importantes, mas
2281 a fala do Shaolin quando ele coloca essa um pouco que é talvez uma certa frustração, porque a
2282 gente não conseguiu um acordo entre diferentes lados, o que é absolutamente normal ter lados,
2283 ter posições dentro do Conselho, mas eu acho que também a gente chegar nesse momento sem
2284 uma costura...

2285 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo,
2286 companheiro.

2287 **Sr. Maurício Cândido da Silva – (Representante do Comitê Internacional dos Museus – ICOM
2288 Brasil)** – Eu acho que é uma pena muito grande, eu acho que vai prejudicar muito o processo, e
2289 o que a fala do Nivaldo também me trouxe aí uma luz bem importante, nesse sentido de trazer
2290 um pouco do histórico de processos anteriores, como esse que a gente está vivenciando agora.

2291 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo,
2292 companheiro.

2293 **Sr. Maurício Cândido da Silva – (Representante do Comitê Internacional dos Museus – ICOM
2294 Brasil)** – Que ele é pautado pela reestruturação, então eu também queria reforçar a fala do
2295 Nivaldo, e deixar aqui que eu sei que temos muito pouco tempo.

2296 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua.

2297 **Sr. Maurício Cândido da Silva – (Representante do Comitê Internacional dos Museus – ICOM
2298 Brasil)** – Mas me parece o caminho que a gente tem que retomar esse trabalho de alguma forma
2299 para que a gente faça essa costura. Também eu vou me sentir muito mal votando lado A ou B.

2300 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua, Maurício.

2301 **Sr. Maurício Cândido da Silva – (Representante do Comitê Internacional dos Museus – ICOM
2302 Brasil)** – Mas eu me sentiria muito mais contribuinte para o meu grupo e para o Conselho, se a

2303 gente pensasse aí numa desafiadora nova fase, uma nova etapa de costurar essas duas
2304 importantes contribuições que a gente tem. Então eu acho que tem coisas relevantes dos dois
2305 lados...

2306 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua, conclua.

2307 **Sr. Maurício Cândido da Silva – (Representante do Comitê Internacional dos Museus – ICOM
2308 Brasil)** – E que a gente precisa fazer essa articulação. Acho que esse é o papel do Conselho, de
2309 articular e de a gente desatar esse nó. Eu não tenho a fórmula, mas eu me coloco aqui à
2310 disposição para contribuir no que for possível.

2311 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Conselheiro.

2312 **Sr. Maurício Cândido da Silva – (Representante do Comitê Internacional dos Museus – ICOM
2313 Brasil)** – E novamente, reforçar o parabéns a todos os colegas que dedicaram muito suor, muitas
2314 horas a esse projeto. Muito obrigado.

2315 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Conselheiro
2316 Facury. Facury. Ao próximo, Léo.

2317 **Sr. José Facury Helui (Suplente - Representante da Região Sudeste)** – Ah, é o Leo? Porque eu vi
2318 aqui tinha me retirado da... É porque eu vi aqui... Alô?

2319 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Alô, Facury?

2320 **Sr. José Facury Helui (Suplente - Representante da Região Sudeste)** – Porque eu vi aqui o filme
2321 retirado a mãozinha minha, alguém retirou a mão e eu já estava...

2322 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Não, você está na lista
2323 aqui, você está inscrito. Pode começar. Está inscrito, é a sua vez agora.

2324 **Sr. José Facury Helui (Suplente - Representante da Região Sudeste)** – Não, pois é. Eu reverbero
2325 tudo isso que as pessoas falaram, eu acho que, inclusive eu escrevi, estava começando a escrever
2326 lá no chat, quando eu vi que a minha mãozinha tinha sido tirada, e aí estava escrevendo o
2327 seguinte, eu vou ter que me retirar, porque eu vou ter que cuidar da saúde, agora eu tenho um
2328 tratamento médico, e eu saio com certa tristeza, me retiro dessa reunião com certa tristeza,
2329 porque eu acho que a sensação que eu tenho é que o MinC trata o CNPC com certo desleixo, me
2330 parece que há um tratamento apenas formal, é importante que se faça isso, porque está dentro

2331 do escopo do Ministério, mas fica meio que a contragosto, porque quando a gente traz uma
2332 demanda, que eclodiu lá na conferência, e tem sido desdobrada aqui continuamente, e as
2333 pessoas desprezam, me parece que há um certo desprezo. Eu somo a esse desprezo, e aí eu
2334 escrevi também lá, há pouca ausência, ou quase nenhuma, da ministra numa reunião, ou do seu
2335 secretário executivo também, quase nenhuma reunião. Então eu saio do CNPC, último mandato,
2336 último ano do mandato, eu saio com certa tristeza, principalmente porque o que a gente
2337 imaginou, o que eu imaginei de uma representação que pudesse ser um exemplo para o país
2338 inteiro, está sendo construída com muita dificuldade. Ainda temos tempo, o governo ainda tem
2339 um mandato, o CNPC ainda tem um mandato até maio, o governo tem um mandato até final do
2340 ano que vem, espero que continue, mas ainda dá tempo de, quando vier a nova composição,
2341 esteja mais revigorada essa relação com seus coletivos. Então eu deixo aqui esse sinal para todos,
2342 para que a gente consiga construir agora, neste último momento, o melhor de coesão para que
2343 tenhamos o CNPC revigorado e não desprezado e diluído como tem sido até então, é a sensação
2344 que eu sinto. Boa tarde a todos.

2345 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Facury. Léo.

2346 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Oi, gente, vocês me escutam?

2347 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ouvindo.

2348 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Sim?

2349 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Sim, sim.

2350 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Obrigado. Eu queria só partilhar aqui, talvez uma evolução
2351 da minha percepção da caminhada da nossa reunião e também do processo que nós
2352 vivenciamos, de algum modo, de complementariedade do trabalho realizado pela Câmara de
2353 Reestruturação, posteriormente pela Câmara dos Colegiados Setoriais que eu integrei. Me
2354 parece que esses não foram dois trabalhos dissociados. A proposta apresentada na última
2355 reunião do Pleno, que foi bastante polemizada e com apontamentos muito assertivos da
2356 sociedade civil, especialmente sobre a representação regional, esses apontamentos foram
2357 matéria do trabalho e do debate realizado na Câmara Temática dos Colegiados Setoriais. Então,
2358 ouvindo aqui as preocupações e as reflexões trazidas pelo Nivaldo, pelo Pai Geová, pela própria
2359 Carmen, que já desde o início recuperou essa reflexão, eu acho que o que nós temos é o avanço
2360 de um consenso progressivo e que começa a tomar mais contorno, contornos mais objetivos,

2361 pelo menos na minha leitura, a partir dessas últimas falas. Eu acho que nós estamos caminhando
2362 para tirar como um posicionamento viável é a realização da representação regional por dentro
2363 de todos os colegiados nacionais de participação social. Eu sugeriria um mínimo de pelo menos
2364 um representante por região em cada um desses colegiados, o que nós vamos estar falando de
2365 no mínimo 105 pessoas representando as suas regiões no desenho de 21 colegiados nacionais
2366 que foi proposto. E queria só complementar e compartilhando também das agruras que a
2367 sociedade civil vive ao testemunhar realmente as limitações que muitas vezes são estruturais,
2368 são quantitativas, são até orçamentárias, queria compartilhar que esse não foi o caso da reflexão
2369 feita na Câmara dos Colegiados Setoriais. Nós trouxemos uma proposta, Poder Público e
2370 Sociedade Civil de 21 colegiados e 7 fóruns nacionais. Isso são mais de 200 pessoas que o
2371 Ministério da Cultura está se comprometendo a mobilizar, a viabilizar as suas reuniões, a
2372 acompanhar tecnicamente, o que eu acho que é uma expansão exponencial em relação à
2373 estrutura do Conselho que nós temos hoje, onde inexistem os colegiados setoriais. Então, acho
2374 importante demarcar essa pressão, essa pressão da sociedade civil para que o Ministério da
2375 Cultura ampliasse o seu espaço de representação e o acolhimento do Ministério ao propor, ao
2376 referendar uma proposta construída pela sociedade civil e pelo Poder Público na Câmara, que
2377 recompõe 21 colegiados setoriais, lembrando que a última formação, colegiados nacionais.

2378 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua.

2379 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Lembrando que a última formação do Conselho Nacional
2380 com colegiados...

2381 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Por favor, concluindo.

2382 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Tinha, se eu não me engano, 18 espaços como esse. Então,
2383 obrigado, queria propor esse encaminhamento da gente garantir que em todos os colegiados
2384 nacionais de participação social, um mínimo de um titular e um suplente de representação
2385 regional. Me parece que esse é um consenso das falas progressivamente aqui da nossa reunião.

2386 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Léo.
2387 Obrigado. Elson. Conselheiro Elson.

2388 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte)** – Olá, pessoal. De volta aqui.
2389 Boa tarde. Eu queria mais uma vez repassar, pedir que a gente possa discutir mais a questão das
2390 propostas, até porque a gente percebe o quanto estão passando por cima de tudo. Nós fizemos

2391 uma conferência que não estão ouvindo a conferência. Nós fizemos as câmaras temáticas que
2392 também não estão ouvindo a câmara temática. Nós tivemos a nossa última reunião onde foi
2393 derrubada essa proposta do governo e volta a proposta de governo. Até parece, gente, que
2394 assim estão vendo nesse momento, se a gente não suspender essa reunião para discutir mais,
2395 porque a gente percebe o quanto está a dúvida na cabeça de todo mundo. E, de repente, fazer
2396 uma votação aqui arbitrária, onde a gente percebe que eu não tenho dúvidas que todos os
2397 conselheiros do poder público estão preparados para votar junto. Parece que eu estou vendo
2398 aqui aquela reunião do Bolsonaro, onde foi falado assim: É hora de passar a boiada. Eu só queria
2399 que vocês refletissem, porque essa boiada pode passar e cagar toda uma trajetória de um
2400 governo que sempre lutou pelas minorias, que sempre lutou pelos fazedores de cultura, que
2401 sempre lutou por igualdade. Então, seria de muita sabedoria nossa de a gente suspender essa
2402 reunião e tratar, novamente, de se sentar na mesa com as duas propostas para que a gente possa
2403 alinhar. Porque, no contrário, eu estou vendo aqui a gente cometer um crime histórico, que é a
2404 desvalorização da cultura dentro dos estados. Obrigado.

2405 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) – Obrigado.**

2406 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –** Eu
2407 acho que...

2408 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Obrigado, Elson. **Sra.**
2409 **Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –** Eu teria
2410 uma questão de ordem.

2411 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Júnior.

2412 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –** Eu
2413 teria uma questão de ordem. Quantas pessoas estão inscritas? Está virando aqui a mãozinha.
2414 Talvez eu abra a mão da minha fala. Você pode dizer?

2415 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Só a Laís e a secretária
2416 Marcia Rollemberg. Só essas duas. Ok. Para a gente encerrar a nominata de inscrição. Ok, Júnior,
2417 por favor.

2418 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) –** Fazer,
2419 novamente, a observação. A gente não está aqui para [ininteligível] as falas das pessoas, mas

2420 para pedir que observe o que fala para não incorrer em ofensa, para não incorrer em erros que
2421 a gente precise acionar o nosso regimento interno. E regimento interno, todo mundo sabe, cria
2422 todo um celeuma, uma punição. Então, eu queria, nominalmente, fazer um apelo ao conselheiro
2423 Elson. É um apelo para não trazer questões que a gente precise, é bom observar o regimento,
2424 que a gente não precise acionar o regimento e tolher a fala do conselheiro, respeitando a
2425 opinião, mas não é possível fazer ofensa nem destrato com o conjunto dos conselheiros nem
2426 com o andamento do conselho. Senão, é a tarefa da gente. Sinto muito por eu ter que ser a
2427 pessoa para dizer isso.

2428 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok, Júnior. Por favor,
2429 agora a Laís, depois Márcia Rollemberg. Secretária. Laís, por favor.

2430 **Sra. Lais Helena Custodio Rodrigues de Queiroz** – Obrigada, gente. Tentei ali dialogar um pouco
2431 com Fernanda, porque eu acho que na minha primeira fala talvez me fiz expressar mal, eu acho
2432 que quando eu falo sobre a questão de um inchaço como fica difícil encaminhar, é muito mais
2433 um sentido da efetividade do que sai do CNPC ser efetivado em termos de encaminhamento de
2434 fato para a formulação de política pública, junto ao que está sendo pensado em políticas e
2435 programas nesses setoriais. Então, acho que a nossa perspectiva é a gente pensar como esses
2436 setoriais podem ser ampliados em termos da base e como ele toma força nessa 14.835, quando
2437 a gente estabelece subsistema. E aí, quando eu falo subsistema e a conexão com esses setoriais
2438 que a gente está colocando aqui no CNPC, não é na perspectiva de que a gente está querendo
2439 reduzir a quantidade de assentos, pelo contrário, é como a gente consegue ampliar e dar
2440 efetividade a esses diálogos no âmbito do setorial de patrimônio cultural. Então, a gente tem
2441 representação no CNPC, mas que são responsáveis por fazer esse diálogo direto com o que está
2442 sendo discutido com os órgãos gestores estaduais, municipais, do Distrito Federal de Patrimônio
2443 Cultural. Então, se a gente pega, por exemplo, o que a gente está estruturando no âmbito do
2444 Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, a gente tem representação das cinco regiões e também
2445 a perspectiva da realização do Fórum do Sistema Nacional de Patrimônio, que seria esse
2446 momento de se deliberar pontos a serem levados ao CNPC e fazer essa articulação de subsídios
2447 do que está sendo realizado na política de patrimônio cultural. E isso dá substância aos planos
2448 de salvaguarda dos capoeiristas que vão estar compondo tanto o Fórum do Sistema Nacional de
2449 Patrimônio Cultural, quanto o Fórum das Diversas Artes ou o Fórum que estão estabelecidos, a
2450 própria TEIA também, que é essa instância de participação social ampliada, de que os resultados
2451 que saem desses espaços, eles cheguem no CNPC e retornem para esses setoriais como já

2452 encaminhamentos como forma de dar efetividade ao que é deliberado ao CNPC. Então, o que eu
2453 estou querendo dizer é justamente como a gente amplia essa forma de articulação e diálogo
2454 entre os setoriais dando substância ao que está sendo deliberado, porque se a gente coloca um
2455 setorial que não se articula em termos de como esses subsistemas estão estruturando suas
2456 políticas nacionais, seus programas nacionais, eu acho que a gente consegue caminhar sim, só
2457 que a gente consegue otimizar em termos de recurso, de como, por exemplo, direcionar
2458 recursos da Aldir Blanc, que esse CNPC vai estar focalizado nisso, de incidir nas políticas de uma
2459 forma mais pragmática, de a gente dar resposta daquilo que está vindo da sociedade civil e não
2460 ser apenas um lugar que fica só o protocolo de intenções, que é justamente o que foi andando
2461 atrás, a gente não quer um conselho de vitrine, eu acho que justamente é isso, como a gente dá
2462 efetividade aos pontos trazidos pelo CNPC por meio dos setoriais, e os setoriais não sobre eu
2463 sou a representação da sociedade civil, você é...

2464 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua, por favor.

2465 **Sra. Lais Helena Custodio Rodrigues de Queiroz** – E além disso você se articula com o subsistema
2466 para dar vazão daquilo que foi articulado no âmbito do CNPC.

2467 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo.

2468 **Sra. Lais Helena Custodio Rodrigues de Queiroz** – Então é só mesmo a gente, se a gente entrar
2469 compatibilizando os pontos, a gente consegue contemplar todos os pontos trazidos aqui, eu
2470 acho que é mais ou menos isso, obrigado.

2471 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, obrigado
2472 Laís. Secretária Marcia Rollemberg, avisa aqui que nós estamos negociando, abre aí a descrição
2473 do que tem descrito. Ainda há tempo, e a gente pode... Então quem são essas três pessoas para
2474 a gente já nominar aqui? Thaynã? Shaolin?

2475 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Mais ou
2476 menos.

2477 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Nós encerramos aqui.
2478 Encerrando aqui, Thaynã, Shaolin e Fernanda. As próximas, agora a Secretária Marcia
2479 Rollemberg que está nominada aqui na sequência.

2480 **Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade**
2481 **Cultural)** – Bem, primeiro eu acho assim que todo esse processo é um processo de qualificar a
2482 participação social. A gente no âmbito do Cultura Viva, a gente tem instâncias inclusive de gestão
2483 compartilhada, participativa, que também precisam de aperfeiçoamento, enfim, que são
2484 processos de representação. Então hoje cada pontão tem um comitê gestor, um comitê gestor,
2485 um pontão nacional, um comitê gestor representado por cada região, então há toda essa
2486 preocupação em trazer para as instâncias essa visão de território. Eu acho que a proposta
2487 colocada, e eu acho que Carmen fez uma boa fala das inovações que essa proposta 2 está
2488 apresentando, eu acho que ela traz uma visão onde ela traz uma representação ao CNPC das
2489 linguagens, dos setores, das políticas, do território e uma visão sistêmica. Eu acho que isso por
2490 si é um avanço. A gente ter uma representação aliada a colegiados que são bases que podem ter
2491 a introdução desses aspectos de maior representação e aí a fala do Léo é uma fala que reforça
2492 essa ampliação de base de participação. Eu creio que na questão federativa, quando a gente fala
2493 para participação de um representante de conselhos estaduais, a gente tem que pensar que o
2494 princípio dessa autonomia federativa ele implicaria talvez de uma câmara técnica dessa, ou uma
2495 comissão que já tem a intenção de ser uma comissão de colaboração junto aos demais sistemas,
2496 seja de repente esse espaço de territorialidade, de ouvir os demais sistemas. Eu acho que isso
2497 seria uma maneira de compensar essa demanda estar nas cinco cadeiras regionais e estar no
2498 Conselho Nacional. Por fim, a preocupação com equidade de participação. Quando cada um fala
2499 a sua opinião ou quando cada um reflete a opinião de um colegiado, que é uma base eleita por
2500 uma base maior. Então, acho que isso é um processo que qualifica. Colegiado é território, as
2501 expressões é cota de equidade de gênero e é a gestão também participando ali para integrar
2502 política. Por fim, os fóruns, eles resolvem em certa medida, mas a gente tem que qualificar os
2503 meios dessa representação e dessa consulta. Então, o Sistema Nacional de Cultura ele tem que
2504 alçar mão de melhores meios de interlocução. Assim como é, por exemplo, a ação dos comitês,
2505 a ação dos pontões na ponta, os encontros e as conferências específicas de maneira, e essa
2506 interlocução entre conselhos. Então, eu queria agregar aí a Câmara Técnica Intersetorial e
2507 Interministerial de alguma maneira e acho que o decreto deveria trazer para esse âmbito das
2508 comissões e das câmaras técnicas um pouco das expectativas de ampliação, de participação e
2509 de melhoria que não cabem necessariamente no Conselho Nacional, mas que pode nesse
2510 processo que é um processo gradativo de construção serem supridas, por exemplo, como a
2511 questão de um espaço para discutir com os conselhos estaduais e municipais, por exemplo, seria
2512 uma maneira de ter essa territorialidade. Muito obrigada.

2513 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, secretária
2514 Marcia. A gente vai estabelecer aqui um pacto aqui pelos que estão os próximos três, o Thaynã,
2515 Shaolin e Fernando, com dois minutos de tempo, porque a gente ainda tem, estava com sobra,
2516 por isso a gente cedeu essas três inscrições. Thaynã.

2517 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Bom, gente, eu
2518 queria até fazer uma proposta de votação mesmo, de deliberação, porque a gente vai tudo, a
2519 gente não vai conseguir deliberar hoje o que está visto, toda essa questão não só de cadeira, mas
2520 também de competência do Conselho, acho que a gente não consegue fazer isso hoje, mas é
2521 uma deliberação que eu acho que seria muito proveitosa, entendendo que talvez isso retorne
2522 para a Câmara em algum momento. O que a gente converge? Primeiro, é importante a gente
2523 entender que as duas propostas, tem os colegiados setoriais, tem os setores nas duas propostas.
2524 Uma tem 15, os mais votados, e a outra tem 21 definido pelo pleno. E a outra tem os territórios,
2525 no caso em 15, por tudo que a gente já explicou, a participação federativa e tal, mas eu acho que
2526 a gente consegue, talvez, encaminhar nem que seja com um representante de cada território, e
2527 a gente teria pelo menos cinco só representantes territoriais, deixaria de ser cinco, e a
2528 manutenção do que a gente chamou de comissão interconselhos, que já deram outras sugestões
2529 de nome, mas que é a representação dos Estados. Lembrando que a Lei do Sistema Nacional de
2530 Cultura, ela fala dessa importância do pacto federativo. Então, ter essa interlocução direta com
2531 todos os Estados, assessorando, pelo menos que seja cinco representantes regionais no pleno,
2532 a gente já garante o que está na Lei do Sistema e essa questão da perspectiva mesmo da região,
2533 porque, por mais que o conselheiro represente setor e região ao mesmo tempo, geralmente a
2534 gente tende responder mais a base que nos elege, a proposta nossa que os conselheiros
2535 regionais sejam eleitos em seus Estados. Então, teria essa ligação com essa base, e eleitos por
2536 pessoas que participam de conselho, participam de conferência, enfim, o próprio eleitor também
2537 teria que demonstrar a sua participação política em âmbito regional, territorial, na política
2538 pública. Mas, indo para a sugestão de encaminhamento, dentro daquilo que nas duas propostas
2539 a gente...

2540 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo.

2541 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – E chegando no
2542 ponto que diverge. E até uma questão que eu acho que a gente precisa mesmo de refletir, que é
2543 a questão da eleição. Porque a proposta que se faz por colegiados setoriais tal qual era antes,

2544 ela é uma proposta até então de eleição indireta, porque os diversos colegiados que elegendem
2545 representantes de Estado, que depois vai eleger o representante do pleno. Então, a gente tem...

2546 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo.

2547 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Pelo menos,
2548 duas caminhadas nisso, mas isso depois o jurídico pode falar melhor. Mas a gente entende a
2549 princípio, enquanto uma eleição indireta. Tanto que quando a gente foi propor a proposta da
2550 sociedade civil, a gente não colocou o Conecta, por exemplo, que é o Fórum de Conselhos
2551 Estaduais, por quê? Porque seria indireto. O Conecta se elege e indicaria alguém.

2552 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua, conselheiro.

2553 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – E o próprio, a lei, coloca
2554 indireta, direta e pelo seu setor. E a nossa também, a nossa proposta também é pelo setor. Mas
2555 no sentido da proposta para votação, para deliberação.

2556 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua.

2557 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – No que a gente
2558 diverge? Nas duas propostas a gente tem representantes setoriais. Uma tem 15 e a outra tem 20.

2559 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua.

2560 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – O que muda
2561 em substância? É a forma com que esses representantes setoriais vão ser eleitos. Pela lei tem
2562 que ser de forma direta e pelos seus pais.

2563 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo.

2564 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Agora a gente
2565 está falando só dos setoriais. Estou concluindo só para indicar para a sugestão de votação. Que
2566 nós tentássemos definir no pleno em relação aos candidatos setoriais, se vai ser, se poderia ser
2567 nessa proposta que a gente trouxe da Câmara, que é os 21, ou independente, os mais votados
2568 para o pleno ou se o pleno vai definir quais cadeiras ficam e quais necessariamente também não
2569 ficam.

2570 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua.

2571 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Então a
2572 proposta é essa, votar entre os setoriais como que vai ser o sistema de definição de quais são os
2573 setores.

2574 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, conselheiro.

2575 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Se vai ser pelo
2576 setor mais votado ou pelo setor definido pelo pleno, tal qual tem sido a proposta, que agora está
2577 com 21 setores e antes era 20.

2578 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, conselheiro.
2579 Próximo, Shaolin.

2580 **Sr. Shaolin Barreto (Titular - Representante Região Nordeste)** – Shaolin. Oi. Então, gente, boa
2581 tarde. Novamente trazer uma fala. Primeiro aqui, gostei muito do que o Léo trouxe para a gente
2582 em relação a composições regionais dentro dos colegiados também. Eu acho que é muito
2583 importante que a gente tenha a representação regional e ela pode acontecer de diversas
2584 maneiras. E aí, Léo, faço saudação à FUNARTE aqui que está sempre colaborando e com a gente
2585 aqui muito presente com o conselho, acho que mostra aí um espírito de entendimento desse
2586 espaço, sem demérito aos outros espaços do MINC, mas fazendo essa referência aí à FUNARTE,
2587 você leva essa saudação à Maria que vocês estão sempre colaborando. Então, eu acho que essa
2588 proposta de trazer as representações dentro dos Colegiados é bacana, eu acho que isso pode
2589 contemplar de forma boa, trago esse encaminhamento, mas eu queria ir um passo além também,
2590 assim, que a gente pudesse, além de trazer as representações regionais dentro dos colegiados,
2591 que a gente pudesse também garantir essa diversidade territorial no pleno, porque, por
2592 exemplo, poderia ter dentro dos Colegiados todo mundo de São Paulo ser mais votado lá e estar
2593 no pleno. Então, o que a gente teria é ter dentro do decreto já, não no Regimento, dentro do
2594 decreto, uma garantia da diversidade territorial no pleno. Eu acho que isso é importante,
2595 vencendo também esse lance da eleição, eu acho que a eleição direta mesmo, assim, Thaynã, o
2596 mais votado do Colegiado é o que vai ser do pleno, eu penso nesse formato, e também essa
2597 demanda do próprio Colegiado está sempre ampliando essas reuniões de base de forma mais
2598 ampliada. Então, eu trago aqui isso.

2599 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua.

2600 **Sr. Shaolin Barreto (Titular - Representante Região Nordeste)** – Concordo com o que isso que
2601 Léo trouxe, a representação regional dentro do pleno, trago esse encaminhamento dentro do
2602 Colegiado, dentro do decreto, a gente está ali firmando e garantindo a representar a diversidade
2603 territorial do pleno entre os Colegiados e a eleição direta com o mais bem votado dos Colegiados,
2604 trago esse encaminhamento, eu acho que dessa maneira, sim, eu consigo ter um acordo bacana
2605 com o que foi apresentado até agora.

2606 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, conselheiro
2607 Shaolin. Conselheira Fernanda, por favor.

2608 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular - Representante Região Centro-Oeste)**
2609 – Opa, na minha fala só esqueci de me ajudar a escrever. Gente, eu sou uma pessoa negra, estou
2610 usando tranças grossas, presas em coque, estou usando uma blusa preta e uma guia de Oxalá, e
2611 o meu fundo é um fundo virtual de uma casa bem colorida. Aqui durante a reunião e também os
2612 debates que estão acontecendo, eu senti a necessidade de trazer aqui um contexto para verificar
2613 se essas duas propostas que a gente está debatendo e também atualizando em tempo real, se
2614 ela atende. Porque é o seguinte, foi dito aqui em algum momento da reunião que nós temos as
2615 representações municipais, regionais e essa abrangência de território por si só já trabalha, já tem
2616 o seu universo. Mas vamos pensar o seguinte, dentro da lógica do Sistema Nacional de Cultura,
2617 que ainda não rodou e a gente tem com arco regulatório novos elementos inclusive, nós temos
2618 esses arranjos municipais, regionais, estaduais, eles conversam assim como os setores em cada
2619 um desses territórios também conversam e temos ali deliberações que são desses territórios,
2620 que emplacam e também desenvolvem os próprios sistemas territoriais de cultura. Só que
2621 pensando no ponto de vista do Sistema Nacional e pensando também na ótica que nós vamos
2622 ter ainda esse ano, o Plano Nacional de Cultura, ele precisa rodar e o CNPC precisa também
2623 refletir como que isso roda, como que é o processo apesar de não estarmos aqui decidindo isso.
2624 Mas eu penso que como os colegiados setoriais vão se organizar, visualizo que está fora do nosso
2625 debate de discussão. O que a gente tem que discutir aqui é qual a quantidade de cadeiras que
2626 eles terão. Do mesmo jeito que ao longo do processo tem um momento de eleição da sociedade
2627 civil que neste caso, nas propostas que nós estamos trazendo, é um arranjo realmente que seja
2628 uma por estado, quantas cadeiras vamos ter para os setoriais de cultura? E aí sim, esses setoriais
2629 de cultura, assim que forem organizados, institucionalizados, com todas as suas representações
2630 regionais....

2631 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Conclua, companheira.

2632 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular - Representante Região Centro-Oeste)**
2633 – Também farão uma composição aqui. Levando em consideração que esses organismos
2634 territoriais e esses organismos setoriais têm as suas ações que correspondem ao seu próprio
2635 universo, mas eles também têm ações que demandam políticas nacionais até chegar até aqui.

2636 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Concluindo.

2637 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular - Representante Região Centro-Oeste)**
2638 – Esse CNPC é aquele que deve conversar com esses organismos nacionais para que políticas
2639 públicas sejam atualizadas, sejam criadas. Então, eu ainda não consegui visualizar esse fluxo.
2640 Então, trago esse ponto para que a gente, ao definirmos essas cadeiras, não pensemos também
2641 que vamos organizar como é que esses setoriais, por exemplo, irão se organizar. O que a gente
2642 precisa garantir aqui é a representação de tudo isso. Está bom. Obrigada.

2643 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, conselheira.
2644 Passa agora a palavra para Dani Barros, depois a secretária Roberta. E encerramos. Encerramos.

2645 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Na
2646 verdade, acho que não era nem inscrição, acho que são encaminhamentos. A gente tinha
2647 fechado as inscrições, não foi?

2648 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Exatamente,
2649 exatamente. Dani Barros, depois a secretária Roberta, a gente vai para o encaminhamento.

2650 **Sra. Danielle Barros** – Olá. Eu acho que eu me inscrevi de forma extemporânea, me perdoem,
2651 mas a minha contribuição tem bastante convergência com algumas das últimas falas que eu ouvi.
2652 A gente acaba representando o fórum de secretários dos Estados. A gente reconhece a
2653 diversidade desse Estado, a gente reconhece o esforço do Ministério de ampliação da
2654 legitimidade, de participação, dessa construção coletiva de pactuação. A gente sabe que pactuar
2655 é sempre um grande desafio, especialmente quando se apresenta um novo formato. Então, de
2656 fato, a gente só vivendo isso para a gente entender exatamente os benefícios desse processo de
2657 transição, porque a gente gostaria de reforçar, e tem muita convergência com a fala da última
2658 colega, é que, de fato, a gente precisa garantir dentro dessa nova composição, dessa
2659 repactuação de composição de representação, também uma regionalização. Então, penso que a

2660 gente tem bastante convergência nisso. É, de fato, a regionalização que garante a diversidade.
2661 Então, se tivermos plenamente pactuados, talvez não consigamos sair dessa reunião
2662 exatamente com os processos definidos, no sentido dos protocolos que serão adotados para
2663 garantir desse desejo, desse pleito. Mas precisamos sair daqui pactuados, que trabalharemos
2664 para que dentro dessa relação de colegiado, dentro dessas representações do fórum, teremos
2665 ali, de fato, a representação dos nossos territórios. Fico bastante contemplada se nós estivermos
2666 exatamente alinhados nesse processo de pactuação e isso contempla a nossa representação
2667 aqui do Fórum Estadual de Cultura.

2668 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Dani.
2669 Secretária Roberta.

2670 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Eu
2671 acho que a gente amadureceu muito nessa conversa de hoje, mas, na verdade, eu queria avançar
2672 um pouco no encaminhamento. Eu acho que é muito importante que a gente trabalhe essa
2673 questão dos colegiados com as representações das regionalidades, além do que a gente tem
2674 chamado dos grandes blocos das ações afirmativas de reparação histórica, gênero, raça, etnia.
2675 Então, faria também uma observação que no encaminhamento, que será posterior, é preciso que
2676 a gente anote a super-representação que o Sudeste tem sempre e é preciso que a gente observe
2677 nessa proposta também, queria que constasse em ato, mas sobre o encaminhamento, eu acho
2678 que nos falta aí uma questão que é central também, que foi pouco abordada na parte da tarde,
2679 que é a questão dos 21 colegiados nacionais que nós apresentamos juntos, discutimos,
2680 debatemos e que de alguma forma foi uma colaboração coletiva entre diversos conselheiros,
2681 tanto da sociedade civil, quanto do governo, então acho que é importante a gente retomar a
2682 questão da definição dos 21 colegiados nacionais, ainda hoje, se for possível, para que a gente
2683 realmente avance e tenha estrutura. Só queria também deixar um último encaminhamento aqui,
2684 uma questão que a mesa, eu e Vitelli apontamos para a doutora Cris, é se esses critérios
2685 específicos das diretrizes da regionalização podem ser resguardados, mesmo que em diretrizes,
2686 através do nosso decreto, para que a gente tenha uma maior firmeza na elaboração da
2687 proposição e ele não fique apenas a critério a uma avaliação posterior do regimento interno, que
2688 será fundamental, mas a questão das regionalidades me parece ser central também, ser
2689 colocado e garantido no decreto, mesmo que seja no ponto de vista das diretrizes, mas acredito
2690 que a gente possa fazer uma definição bastante robusta, ancorada. Se você puder me responder,
2691 [ininteligível], porque eu acho que essa é uma questão mais da conjura, a gente aprendeu

2692 escrever decreto, mas quem disse pode é você, doutora Osiris. Esses são encaminhamentos
2693 mesmo, está bem? Que a gente precisa falar das 21 cadeiras.

2694 **Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade**
2695 **Cultural)** – Eu poderia fazer uma complementação? Porque é um encaminhamento também para
2696 a jurídica, porque eu comecei aqui com a doutora antes e ela, e coloquei para ela que, para a
2697 gente garantir essa questão dos conselhos estaduais e tal, se a gente não poderia, porque assim,
2698 o decreto só fala o número de comissões e câmaras, mas ela disse que a gente pode colocar as
2699 finalidades, não precisa dizer o nome, e aí talvez a gente pudesse colocar a ideia da
2700 interministerial e da interconselhos, porque aí fica também garantido no âmbito do decreto essa
2701 demanda que é muito forte e que é correta por parte da sociedade civil. Então, garantiríamos
2702 também esse pleito como a Roberta colocou.

2703 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Doutor Osiris.

2704 **Sr. Osiris Vargas Pellanda (Consultoria Jurídica Ministério da Cultura)** – Perfeito. Enfim, como o
2705 doutor [ininteligível] já se ausentou, então eu vou responder. Mas é isso, o desenho institucional,
2706 existe uma margem ampla de liberdade para que isso seja definido no decreto. E agora, estando
2707 definido no decreto, logicamente assegura uma maior estabilidade ou uma maior segurança de
2708 como isso vai ser depois tratado dentro do regimento. Então, eu não vejo empecilho, não.

2709 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Daniel. Daniel. Vou
2710 esperar mais um pouco. Vou aguardar um pouquinho aqui só para arranjar aqui. A gente
2711 realmente, o que interessa dessa reunião, que é o objetivo.

2712 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Gente,
2713 5 minutos, 10 minutos para gente tomar uma aguinha. E a gente tentar fazer uma síntese aqui do
2714 que é que precisa ir para votação e quais são alguns encaminhamentos para gente identificar
2715 aqui na leitura. Está bom? Tudo bem? Todo mundo?

2716 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Ok. Eu fiz uma
2717 proposta de encaminhamento. Eu não sei se ela vai ser respondida. Eu vou pedir aqui para equipe
2718 sistematizar. Para gente poder...

2719 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular - Representante Região Centro-Oeste)**
2720 – Gente, o microfone está muito ruim. Você precisa falar um pouquinho mais perto.

2721 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – É que é
2722 o meu, talvez. É só porque a gente está pedindo aqui para nossa equipe sistematizar as
2723 propostas que saíram. A gente faz 10 minutos de intervalo e a gente sistematiza para olhar os
2724 encaminhamentos e votar o que for precisar ser votado. Tudo bem? 10 minutos de intervalo.

2725 [Intervalo]

2726 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Vamos voltar. Vamos
2727 voltar. Boa tarde, boa tarde, boa tarde. Voltando. Os 10 minutos estouraram, a gente começa
2728 agora já para fazer todos os encaminhamentos. Todos. Oi, oi, gente. Retornando. Alô, alô. Tem
2729 que jogar lá no grupo, não é? Vamos retornar, pessoal. Tudo pronto aqui para dar
2730 prosseguimento aqui nessa reunião. Estamos retornando aos poucos. Sociedade Civil.
2731 Conselheiros da Sociedade Civil. Sociedade Civil. Vamos retornar.

2732 **Interlocutor não identificado** – Qual que é o horário do termo da reunião, gente?

2733 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – 17h é o teto do término
2734 da reunião. Vamos retornar à reunião. Sociedade Civil. Então a chamada geral aí está indo ao teto
2735 da reunião às 17h, gente. Nós temos muito trabalho pela frente. A gente pode ir retornando, já.
2736 Secretaria Roberta.

2737 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –Olá,
2738 querido. Já temos aí um retorno de todos. Todo mundo tomou um cafezinho, bebeu uma água,
2739 está mais tranquilo. É isso? Vitelli, temos uma proposta de encaminhamento? Além daquela que
2740 eu fiz, retornarmos a discutir a questão das 21 representações setoriais e representação regional
2741 por dentro do setorial. Qual a proposta que vocês orientaram por aí?

2742 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Pronto, Saman. Pronto,
2743 Saman. Vamos lá, Júnior. Você quer falar, ou o Daniel? Encaminhamento, já.

2744 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Léo,
2745 você quer falar antes?

2746 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Tem inscrição. Bora,
2747 João, você está aberto na tela, parecendo artista, não.

2748 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
2749 Então, a proposta de encaminhamento, ninguém vai, ninguém gostaria de fazer? Eu posso
2750 propor um encaminhamento inicial.

2751 **Interlocutor não identificado –** Eu fiz o encaminhamento.

2752 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) –** Tem
2753 algumas anotações aí para você seguir, mas a gente pode falar aqui. Porque...

2754 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
2755 Como.... Para não ficar desigual, estou aqui muito comportada, então, acho que o Leonardo
2756 levantou a mão, e o Thaynã já fez uma proposição de encaminhamento, que eu vou procurar
2757 aqui na minha anotação, mas a gente poderia resgatar os encaminhamentos possíveis. O meu
2758 foi curto, para que a gente voltasse a falar dos 21, da questão das ações afirmativas e correções.
2759 Mas acho que a gente precisa fazer um encaminhamento.

2760 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) –** Pessoal,
2761 a gente fez assim no intervalo, pegamos um conjunto de anotações, o Daniel foi aqui tentando
2762 arrumar o que seria de encaminhamentos, e ele terminou as anotações todas, e a gente pode
2763 passar para ele fazer a leitura, se a secretária concordar e o Vitelli concordar. Então, mandando
2764 para você também, Roberta. Ele faz a leitura aqui do que foi dessa sistematização feita. Tudo
2765 bem assim?

2766 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** E com o Thaynã
2767 também.

2768 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) –** O
2769 Thaynã quer falar ainda? É a gente que caiu. Gente, voltando à explicação. A equipe aqui, com o
2770 Daniel, fez uma sistematização para os encaminhamentos. Então, a gente está propondo que ele
2771 leia os encaminhamentos sistematizados. Se o Thaynã identificar, caso alguém tenha escrito que
2772 falta alguma coisa, aí a gente inclui e segue para votação, se for necessário. Pode ser assim,
2773 secretária Roberta?

2774 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) –** Thaynã, só aquelas ou
2775 tem mais alguma coisa, Thaynã? Eu estou perguntando a Thaynã porque ele fez esse
2776 encaminhamento.

2777 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu quero ver
2778 como é que está o encaminhamento.

2779 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Vai ser feita a leitura
2780 aqui.

2781 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Então, peço atenção, sobretudo, aos dois que
2782 fizeram o encaminhamento. Ao conselheiro Thaynã e ao conselheiro Léo Lessa, obviamente a
2783 todos e todas aqui do Conselho Nacional. Primeiro encaminhamento, eu vou fazer o que o
2784 Thaynã traz. Thaynã, por favor. Primeiro, votar qual vai ser o modo de escolha dos setores
2785 independente de desenho A ou B. Se a forma de definição dos setores será por nós ou se vamos
2786 deixar que sejam os setores mais votados. E, concluindo, depois, voltamos se tem ou não
2787 representante territorial e número de vagas. Mas, primeiro, votar quem definirá os setores que
2788 estarão no pleno. Eu acho que ficou um pouco confuso. O Léo faz a outra proposta. Eu não sei
2789 se Léo quer fazer uma questão de ordem em cima disso. Alguém quer fazer uma questão de
2790 ordem em cima disso? Eu já posso ler a proposta de encaminhamento do Léo Lessa, conselheiro
2791 da Funarte. Posso ler, então? Proposta de encaminhamento de votação proposta pelo Léo Lessa,
2792 conselheiro da Funarte: “Aprovação do desenho dos colegiados nacionais e metodologia
2793 eleitoral. O plenário do Conselho Nacional de Política Cultural delibera pela aprovação do
2794 seguinte modelo de reestruturação. Instituição dos colegiados nacionais. Ficam aprovados 21
2795 colegiados nacionais de participação social correspondentes às cadeiras setoriais do pleno,
2796 organizados no eixo das áreas técnico-artísticas, expressões culturais, patrimônio e memória,
2797 cultura viva e economia criativa. Metodologia de eleição e composição do pleno. Aprova-se a
2798 eleição direta para a escolha dos membros da sociedade civil regida pelo seguinte fluxo: A eleição
2799 ocorrerá para a composição dos colegiados nacionais e não apenas para a cadeira do pleno. O
2800 candidato mais votado no processo eleitoral de cada colegiado assumirá automaticamente a
2801 titularidade da cadeira correspondente do plenário do CNPC. A suplência no plenário será
2802 ocupada pelo segundo mais votado, respeitados os critérios de alternância de gênero e região
2803 para garantir a diversidade do conselho. Composição dos colegiados e garantia territorial. Cada
2804 colegiado nacional será composto por no máximo 21 membros, devendo obrigatoriamente
2805 respeitar a diversidade territorial. É garantida a eleição de, no mínimo, um par de representantes
2806 titulares suplentes por região do Brasil, Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, dentro de
2807 cada colegiado. Critérios de equidade. A totalidade da composição dos colegiados e ocupação
2808 de cadeiras do pleno deverão observar os fatores de correção para garantir a paridade de gênero

2809 e representatividade étnico-racial negros e indígenas, de pessoas com deficiência e de
2810 trabalhadores da cultura, conforme regulamento eleitoral.” Essa é a proposta que o Leo Lessa
2811 apresentou como encaminhamento, antes do intervalo, e anteriormente a proposta do Thaynã.
2812 Daí eu acho importante a gente franquear, pergunto ao Vitelli e à secretária Roberta, franquear
2813 a palavra aos dois, ao Thaynã e Léo.

2814 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Um freio, nobre
2815 colega, pera lá, eu tenho uma proposta que não surgiu nessa composição, que é da
2816 representação, mantém as representações da forma que estão das áreas, são as 21, eu acho que
2817 a gente está chovendo no molhado, isso não é divergência, as 21 cadeiras das áreas, isso não é
2818 divergência, a forma de composição de que elas sejam compostas por agentes localizados em
2819 territórios, ok, maravilhoso. Eu só não enxergo, senhoras e senhores, até o presente momento,
2820 nenhuma justificativa sequer para que não exista a representação territorial para além das áreas.
2821 Nós temos os 21, ok? Beleza, sugiro, senhores, mais 10 das regiões, sendo 2 de cada região, esta
2822 é a minha proposta, gostaria que ela fosse também para o pleno, para a votação, a metodologia
2823 de votação, isso tudo é discutível, mas acho que o que primordial é, até então, é a composição,
2824 a forma que essas cadeiras se dão, tenho dito e reitero, até o presente momento, para além de
2825 vontade própria, em especial de algumas pessoas ligadas ao Ministério, eu não vi nenhuma
2826 justificativa para não existir os territórios, se não para além da mera vontade, tenho dito, muito
2827 obrigado.

2828 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Temos inscritos aqui, Léo Lessa, pela ordem,
2829 Léo Lessa, secretária Roberta e Thaynã, por favor, Léo.

2830 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Bom, queria aproveitar, de algum modo, fazer a defesa do
2831 encaminhamento que eu propus e pedir um esclarecimento em relação a essa segunda proposta
2832 que aparece por parte do conselheiro João Michel, que me parece que os depoimentos aqui,
2833 inclusive do Pai Geová, do Nivaldo, reiteram a necessidade de uma base organizada, articulada
2834 por meio dos colegiados para ancorar as representações no pleno. O que me parece, trazendo
2835 uma proposta híbrida, de retomada dos representantes regionais, desvinculados de uma base
2836 organizada, coletiva, para fornecer subsídios para essa representação e para que eles possam
2837 também, inclusive, se reportar a esse espaço coletivo, tal qual os próprios colegiados nacionais
2838 criam um desequilíbrio de isonômico nessas representações. Nós teríamos cinco, como, se eu
2839 não me engano, Thaynã propôs, e agora você propõe dez representantes com assento no pleno

2840 desvinculados de uma base coletiva, de um debate sistematizado, por meio de agendas de
2841 reuniões, como vai se estruturar os colegiados nacionais que a gente vem propondo. Eu queria,
2842 pedido de esclarecimento, se vocês realmente estão defendendo que a gente haja essas duas
2843 categorias de representação da sociedade civil, que me parece um prejuízo, inclusive, na
2844 isonomia. Eu tenho cinco ou dez eleitos que não devem cumprir uma agenda de participação
2845 coletiva, colaborativa, que representam uma região, e mais vinte e um que vão ter, sim, uma
2846 agenda de construção coletiva, de pactuação com os seus pares, como prevê a própria
2847 regulamentação. Então, não é fácil a defesa da proposta que eu encaminhei e aproveito para
2848 pedir esse esclarecimento, porque me parece que não só na fala dos dirigentes do Sistema MINC,
2849 mas volto aqui a citar a conselheira Carmen, o conselheiro Pai Geová, o conselheiro Nivaldo,
2850 todos mencionaram a importância desse espaço de pactuação e construção coletiva que os
2851 colegiados nacionais vão representar, tendo dentro da sua estrutura a garantia de um mínimo,
2852 de pelo menos um par titular e suplente de representantes regionais que, portanto, vão trazer
2853 os anseios dos seus territórios, das suas regiões, dos seus Estados para essa representação no
2854 Pleno, que vai estar também garantida por critérios de diversidade regional na sua composição.
2855 É isso.

2856 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Obrigado, Léo.
2857 Secretária Roberta?

2858 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu tenho uma
2859 proposta, que eu queria voltar nela, mas tem essa questão que o Léo colocou, se eu pudesse
2860 também tentar explicar e, João Michel, se puder complementar, mas é porque a Câmara refletiu
2861 muito nessa questão das representações regionais e da importância disso para a pactuação
2862 federativa e da ligação com os Estados, com os conselhos estaduais, com toda essa relação. A
2863 ideia nossa, Léo, no começo da proposta que está colocada, os 15 representantes territoriais
2864 seriam eleitos nos seus Estados, entendeu? E por pessoas que participam, agentes culturais, mas
2865 por pessoas que participam ou de fóruns ou de conferências no sentido do território,
2866 representando território nesses lugares, Estados, regiões, porque tem muita articulação,
2867 ativistas, que estão nesse nicho de articulação, mas no nível mesmo da política cultural, de forma
2868 mais ampla, sistêmica, de estruturação de sistemas. Essa expertise que a gente quer que faça
2869 parte do Conselho e essa ligação com os Estados através das comissões, no caso do
2870 Interconselhos, onde vai ter a representação de todos os Estados. Então, o representante
2871 regional responderia diretamente ao seu Estado, onde ele foi eleito, vai ser o mais votado no

2872 Estado, e responderia também à região no âmbito da Comissão Interconselhos, porque ali ele
2873 teria que dar o retorno no plenário também dessa região, entendeu? Então, esses representantes
2874 que votam são pessoas, são agentes culturais, e que estão ligados a essa política cultural, a
2875 conferência, a representação nesses espaços. A gente observa, gente, a gente olha o Shaolin,
2876 que é representante regional, enfim, nós representantes regionais no pleno, a gente ficou em
2877 muitas comissões que estão muito ligadas ao sistema. A gente sempre trouxe muito essa
2878 perspectiva sistêmica, sabe, gente? Então, é nesse sentido da pactuação federativa, do sistema,
2879 e dessa interlocução com os Estados por meio da comissão para chegar no pleno. Então, se a
2880 gente salvasse pelo menos cinco, um de cada, e mantivesse a comissão, a gente conseguiria que
2881 está até na lei do sistema, a questão da pactuação federativa. E você sabe, a gente é muito,
2882 enquanto conselheiro da sociedade civil, a gente é muito refém no sentido de quem nos elegeu,
2883 e isso que é legal também, porque você representa a demanda do seu setor, e o do território vai
2884 representar mais a demanda territorial, entendeu? É diferente o modo de fazer essa
2885 representação também, e uma complementa a outra, é dentro dessa ideia. E sobre a proposta
2886 nossa, a proposta que eu fiz de encaminhamento, primeiro, primeiro, antes da gente, naquilo
2887 que a gente ainda converge junto, o quê? As duas propostas, elas têm a representação dos
2888 colegiados setoriais. Uma tem territoriais, a outra é só setoriais. O que muda? É a forma como vai
2889 ser eleito. E uma proposta define, que são 21, e quais são esses 21? Eu queria que a gente votasse,
2890 antes da gente ir para a discussão se compõe território ou não, quem vai definir os setores? Se
2891 vai ser o pleno que vai definir, indicando esses 21 no caso, ou outros, enfim. Ou se vai ser a outra
2892 proposta que a gente trouxe no começo. Por quê? Na proposta de sociedade civil, na proposta
2893 que a gente apresentou no começo, quais seriam os colegiados que estariam no pleno? Os
2894 colegiados mais votados. Então, por exemplo, a capoeira conseguiu se articular em todo o
2895 âmbito nacional, e teve voto em todo o território, e foi mais votado, por exemplo, que a música,
2896 das vagas que tem, primeiro vai ser preenchido pela capoeira. Essa ideia é para quê? Para que a
2897 gente defina quais são os setores, e todos que demandaram uma proposta na conferência
2898 possam, de acordo com a articulação do setor. Isso vai muito em encontro também, Léo, com o
2899 que você falou antes. De estar no pleno, de fato, os setores que estão bem articulados em todo
2900 o território nacional e conseguem uma expressiva, uma maior votação também, para poder estar
2901 no pleno. E aí a gente não define, a capoeira não vai, por exemplo, ou vai pau. Deixa isso para a
2902 articulação da sociedade civil e salvaguarda, nessa conversa desde o início, salvaguarda a cultura
2903 indígena e afro-brasileira, para que isso seja independente, se, por exemplo, o setor que não tem
2904 um número de votação continuaria no pleno.

2905 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Vamos fazer
2906 encaminhamento aqui? Então está bem, pode fazer, Júnior.

2907 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Vou ver
2908 se consigo ajudar aqui. A gente está entendendo que daria para a gente, aqui na mesa, a gente
2909 está entendendo que daria para a gente fazer uma votação, porque, concretamente, nós temos
2910 duas propostas que se referem à composição. Uma proposta que se refere à eleição, à
2911 composição do conselho, a partir de colegiados, com tudo que já foi explicado, e uma proposta
2912 que traz colegiados e mais regionais, que é o que Thaynã trouxe agora. Então, se a gente está
2913 entendendo assim, se é assim, a gente vota essa parte, que é essa parte mais difícil, vamos dizer
2914 assim. No mais, a gente consegue ir arrumando na composição, na forma de organizar o
2915 conselho, as coisas que vão respondendo não no decreto, mas no regimento interno, para
2916 frente. Mas, a princípio, para a gente sair dessa primeira fase, a gente faria a votação. A nossa
2917 proposta é essa. Votava como A e B, entendendo que a A inclui colegiados, atualmente, e a B,
2918 que é a proposta de colegiados. Ok?

2919 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu discordo,
2920 gente.

2921 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – A gente
2922 precisa ter objetividade na proposta em relação a essa composição. Tem uma proposta que não
2923 está modificada, que é a proposta B, com os esclarecimentos que foram feitos. Léo trouxe aqui
2924 outras questões, mas a gente, em termos de composição, está entendido que é possível que a
2925 gente tenha uma composição de conselho a partir de colegiados eleitos por seus pares, e o
2926 processo a gente vai construindo, que é a proposta que a gente chamou de B. Na A, com a sua
2927 fala, a gente acabou entendendo que você queria incluir colegiados. Então, a gente pode até
2928 arrumar, mas para ficar macro, e a gente poder sair dessa primeira fase. Entendeu? Ainda você
2929 poderia explicar novamente, porque aí a gente teria a proposta B, que a gente já sabe, a fala de
2930 Léo deu para entender, e a proposta A, com a modificação, ou segue como era antes. Só para a
2931 gente fazer essa votação, que é a nossa proposta aqui.

2932 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Então, Júnior,
2933 quando, por exemplo, se vai definir que a forma de escolha é, no caso, a forma que está sendo
2934 colocada a votação, já estaria definida essas 21 cadeiras, essas que foram colocadas ali? Se for
2935 assim, a gente prefere mudar a proposta nossa aqui, e tentar fazer uma proposta que converge

2936 mais. Eu queria o quê? Qual foi a proposta que eu fiz? Votar o sistema de escolha dos setoriais.
2937 Se o pleno vai definir 21 setoriais XXXY, ou se vai ser definido pelo setorial mais votado. Isso muda
2938 muito, sabe?

2939 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
2940 Thaynã, eu gostaria de, primeiro, e estou aqui tentando tomar o cuidado, ser a conselheira e
2941 estar na mesa, então, queria pedir a inscrição. Eu acho que tem uma certa dificuldade de
2942 encaminhar dessa forma. Pode ser que a gente não esteja entendendo, talvez, a sua proposição.

2943 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –** Eu posso tentar
2944 explicar, secretária?

2945 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
2946 Pode. Mas só que eu queria fazer uma observação. Nós temos um impasse, que é uma coisa que
2947 está sendo cada vez mais costurada. A proposição de um organismo interconselhos, ela é de
2948 acordo, a gente tem consenso. A perspectiva de nós termos uma comissão interministerial que
2949 faz com que a gente tenha uma relação com os outros ministérios orgânica, a partir da relação
2950 com o próprio conselho, também acho que é muito interessante. A perspectiva de nós termos
2951 setoriais que tenham a composição regional interna, a gente já venceu. Mas o que eu acredito
2952 efetivamente que nós não vencemos está baseado na proposição do Leonardo. Então, eu
2953 gostaria muito que a gente fizesse, matasse essa proposição apresentada agora, que o Júnior
2954 muito gentilmente nos colocou, e eu estou aqui resgatando como uma forma da gente avançar.
2955 Então, são duas propostas muito concretas, e aí se vocês se sentirem à vontade, a gente abre
2956 mais uma fala de um e uma fala de outro de três minutos. Vitelli, a gente vai ter que fazer a
2957 contagem do tempo para que a gente apresente as duas propostas relativas aos setoriais,
2958 porque nessa reside a questão. Eu não estou entrando no mérito, mas essa reside a questão.
2959 Então, eu estou propondo uma fala para o Leonardo, uma fala para o Thaynã, ou João, que me
2960 parece que tem uma proposição igual nesse sentido, na caminhada, de três minutos, e que a
2961 gente propusesse ir à votação. Isso é possível? Vocês acham que é um bom encaminhamento?

2962 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –** Eu só queria
2963 tentar explicar, secretária, porque a proposta do Thaynã diverge da minha.

2964 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –** Mas
2965 essa é a primeira, porque ele está dizendo, ele propõe que ele diverge da proposição inicial de

2966 que nossa, da proposta B, de outras pessoas também, relativa lá, vinda da Câmara Setorial, de
2967 que nós teríamos 21 setoriais. Isso, para nós, é o central, para que a gente definisse a partir daí.
2968 Nossa proposição é que eles já sejam definidos. A proposição do Thaynã é que eles sejam a
2969 escolha de uma votação que, para nós, ele vai explicar como isso pode se materializar. A mim,
2970 me parece muito impossível que a gente consiga fazer essa montagem de qualquer maneira. Eu
2971 não visualizo. Mas a gente, primeiro, vota a questão dos 21 setoriais. Eles serão 21 setoriais pré-
2972 definidos, ou que a proposta B, que veio da Câmara Setorial, ou a proposta que me parece ser a
2973 do Thaynã, que ela é fluida, ou seja, a partir da manifestação do movimento, de uma maneira
2974 mais solta, que a gente compreenda a partir de uma votação, ela tem uma lógica, a partir da
2975 aderência da sociedade, ela tem uma lógica, mas é que, a mim, me parece que não é possível.
2976 Então, se a gente faz essa definição com uma fala de cada lado, a gente pode partir para a
2977 segunda, que é a questão das regionalidades. A gente poderia seguir dessa forma? E aí, teria o
2978 tempo de fala, só que limitado 3 minutos seria a minha proposta. Vitelli, você pode encaminhar,
2979 querido, dessa forma? Eu estou aqui tentando não ultrapassar o limite, não é?

2980 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Tem o João aí, e o
2981 Thaynã, para o consenso encaminhar, fazer esse caminhamento para a gente poder, como
2982 proposta, poder ser votado.

2983 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – A proposta do
2984 Thaynã, eu deixo com ele. Só para clarear para os novos colegas todos aqui, o que está em pauta
2985 são as áreas, e não a participação territorial em momento.

2986 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – É isso, Thaynã?

2987 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – A primeira... A
2988 proposta é essa, a gente começar como que vai ser a escolha dos setoriais. Não estamos falando
2989 nem de números, se vai ser 21, se vai ser 15, se vai ser mais, ou se vai ser menos. Como que vai ser
2990 a definição? Por quê? Uma das coisas que a gente conversou muito na Câmara foi, a gente não
2991 se sentiu pronto para poder definir qual setor vai e qual fica, tendo em vista as diversas
2992 demandas. Então, seria um setor mais votado. Como que isso funcionaria na prática, Roberta? O
2993 governo abriria a possibilidade de voto em cima daquelas demandas da setorial, daqueles
2994 segmentos que solicitaram ter cadeira. E aí, as pessoas para votar teriam que se cadastrar,
2995 demonstrar, por exemplo, que eu sou da Capoeira e votar na Capoeira. E os que tiverem mais
2996 votos, e talvez a gente pode colocar que tiverem votos em todos os estados e mais votos na

2997 soma, seriam os setores que estariam no pleno. Entendeu? É isso que eu estava querendo votar.
2998 Porque isso define, muda muito essa questão de a gente definir quais que são os setores ou do
2999 processo eleitoral, a capacidade de articulação dos setores definir quem vai no pleno. Isso não é
3000 pouca coisa. Por quê? Porque essas cadeiras que querem espaço e não estão no desenho atual,
3001 tiveram na conferência, colocaram suas propostas. Então, por isso que eu achava assim, assim,
3002 bom para todo mundo a gente vencer essa etapa, entendeu? E a partir daí, seguir para a outra.

3003 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Bora lá. Quem? Léo?

3004 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Então, eu queria reforçar nossa proposta, construída na
3005 Câmara temática dos colegiados setoriais, em que a deliberação pelos 21 colegiados nacionais de
3006 participação social e os sete fóruns nacionais de participação social, foi fruto de um intenso
3007 debate que reconhece primeiro, o andamento, a construção histórica das políticas nacionais,
3008 sejam aquelas já consolidadas, garantidas inclusive por lei, como é o caso da Política Nacional
3009 Cultura Viva, a Política Nacional de Patrimônio Material e Patrimônio Material e outras que estão
3010 em processo de consolidação, com pastas, unidades dedicadas dentro do próprio Ministério da
3011 Cultura, que carecem urgentemente de interlocutores no âmbito da participação social,
3012 juntamente com aqueles pleitos trazidos na Conferência Nacional de Cultura, que se
3013 configuraram como agendas transversais, organizadas, estruturadas e com defesas muito
3014 veementes sobre a necessidade de se articularem no âmbito da estrutura do Conselho e para
3015 isso a gente traz bem definidamente as agendas dos fóruns nacionais de participação social,
3016 agendas que são transversais, estruturantes, que devem portanto se relacionar com os diversos
3017 setores, expressões e redes representados nos 21 colegiados. Eu queria só reforçar que não é
3018 uma aleatoriedade essa escolha, foi bastante debatido, a Carmen já fez o relato do processo da
3019 Câmara Setorial e acho um risco gigantesco a gente jogar para a torcida quais serão os colegiados
3020 nacionais que terão assento no Pleno, ficando aí condicionados a uma mobilização quantitativa
3021 feita provavelmente pelo voto pela internet, o que não nos garante uma mobilização de
3022 proximidade, territorializada, capilarizada e a gente vai definir assentos no Pleno e portanto
3023 representações dos setores por meio da quantidade de votos, o que eu acho um equívoco e que
3024 desconsidera todo um processo histórico de construção das políticas culturais que pode
3025 ocasionar com setores que tem uma estruturação, que tem pleitos históricos inclusive em
3026 desenvolvimento pela própria política cultural de não terem a garantia do seu assento no Pleno,
3027 eu acho que vai ser um grande retrocesso, por isso eu faço a defesa da proposta dos 21

3028 colegiados nacionais de participação social e dos 7 fóruns nacionais de participação social
3029 propostos pela Câmara temática dos colegiados setoriais.

3030 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok. E aí Thaynã,
3031 podemos? Estou conduzindo.

3032 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu quero
3033 entender o que a gente vai votar porque são coisas diferentes.

3034 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – A gente
3035 está propondo aqui que a gente vote proposta A considerando que ao votar a proposta A, a
3036 gente vai precisar discutir algumas questões sobre colegiados que vocês apresentariam
3037 complementos pós-votar e vota proposta B a proposta B, A ou B? A ou B? A e B está redonda
3038 nesse sentido trata do da escolha de 21 representantes por meio dos colegiados é isso que a
3039 gente votaria ou a proposta A que trata da regionalidade podendo após a aprovação a gente
3040 debater inclusão de colegiados como vocês tinham levantado mas não está na proposta
3041 apresentada só que a gente precisa votar para sair desse primeiro embrolho essa é a proposta A
3042 ou B?

3043 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Se vai votar a
3044 proposta A ou B eu acho que a gente tem conversado mais ou menos de tentar salvar pelo menos
3045 os cinco regionais que é mais viável do que esse maior número no conselho então a gente
3046 colocaria na proposta os 21 setoriais mais cinco regionais nesse sentido de fazer essa
3047 interlocução com a comissão que seria criada em ter conselhos não é isso que está em discussão,
3048 Fernando já está querendo votar a composição online. É isso que estão querendo votar de uma
3049 vez?

3050 **Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade
3051 Cultural)** – Eu acho que a gente podia fazer um encaminhamento com relação, se a gente quer
3052 os colegiados votados diretamente ou se a gente quer os assentos, ou se a gente quer os
3053 assentos vinculados aos colegiados. Acho que essa é a primeira questão que tem que ser votada.

3054 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Eu
3055 estou entendendo que existem duas propostas concretamente.

3056 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
3057 Espera aí só um minuto.

3058 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) –** É que
3059 eu queria dizer é que existem duas propostas concretamente está e quando o Thaynã apresenta
3060 um, vinte e um mais cinco, significa três propostas, ela não está na mesa, entendeu?

3061 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
3062 Exatamente.

3063 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) –** Ela não
3064 está na mesa. Se a proposta vai... A gente vai apresentar a terceira proposta vocês desistem da
3065 outra, que é a mesma pessoa apresentar duas propostas, isso aí fica difícil para a gente
3066 encaminhar. Então a gente está entendendo nesse sentido, que por hora existem duas
3067 propostas, ok? Duas propostas, a proposta A e a proposta B, e a gente votava no que se refere a
3068 proposta que é nosso principal entrave que é participação, eleição regional ou colegiados. A
3069 proposta A trata de regional e a proposta B trata de colegiados. Se a gente entender que Thaynã
3070 está apresentando a terceira, a proposta C seria... Que não está na mesa, mas vamos lá. C, que
3071 seria 21 mais cinco. Proposta, então para a gente poder votar, uma possibilidade é que os
3072 companheiros que estão defendendo a proposta A, pudessem reorganizar a proposta e
3073 apresentá-la unificando aí, a gente vota A ou B, mas existe uma proposta concreta, vinda do
3074 debate, que a gente precisa respeitar que é a proposta que trata de 21 cadeiras a partir dos
3075 colegiados setoriais, compreendendo a regionalidade por dentro de colegiada. É uma proposta
3076 muito concreta, então a gente precisa votar ela, respeitando o trabalho e o debate feito aqui, é
3077 só isso.

3078 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste) –** É não, porque
3079 mudou o que seria votado.

3080 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura) –**
3081 Thaynã, eu sinto muito. O próprio João Michel fez essa observação, nós vamos primeiro de forma
3082 fixa, 21 setoriais, indo posteriormente nós vamos falar das regionalidades que são duas
3083 propostas diferentes. Eu vou repetir, nós não mudamos o encaminhamento, por favor. Essa
3084 proposta é muito sólida. Primeiro a gente define os setoriais de forma fixa como a gente está
3085 propondo e no segundo, uma segunda conversa, numa segunda votação se for necessário, claro,

3086 no segundo momento a gente vai falar das regionalidades. Esse foi um encaminhamento muito
3087 claro feito por nós, por isso nós fizemos as falas posteriores eu gostaria de retomar.

3088 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Mas seria a
3089 regionalidade no pleno ou fecharia o número de cadeiras a partir dessa votação?

3090 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Nós
3091 estamos falando apenas dos dois setoriais, setoriais, 21 setoriais. Depois a gente duas
3092 proposições uma delas que você, Thaynã, Conselheiro Elson, João, têm falado que é preciso
3093 termos assento de cadeiras apenas regionais e uma outra proposta que vem da Câmara Setorial
3094 de Setores que as regionalidades são estabelecidas dentro dos setoriais. Nós temos duas
3095 discussões a primeira, o que compõe os setores. Nós estamos dizendo: É preciso que volte os
3096 setoriais para organizar o setor, vinte e um setoriais organizados e num segundo momento os
3097 regionais. Essa é a proposição de votação acho que ela vai dar certo se a gente fizer dessa forma.

3098 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Desculpa, é só porque como eu fiquei como autor da
3099 proposta e fiz o encaminhamento, eu queria só reforçar que a nossa proposta a proposta que eu
3100 estou encaminhando aqui para a votação, é dos 21 colegiados nacionais de participação social,
3101 sete foros nacionais de participação social com garantia de no mínimo um representante de cada
3102 região, titular ou suplente na sua composição. A dimensão regional está atrelada à proposta. Eu
3103 não estou encaminhando uma proposta que desconsidera a representação regional, se for para
3104 votar a minha proposta, ela é esse ponto, 21 colegiados com representantes regionais na sua
3105 composição, garantido o mínimo de um titular ou suplente por região, mais os sete foros
3106 nacionais.

3107 **Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade
3108 Cultural)** – Eu gostaria de uma questão de ordem, porque não são mais colegiados setoriais,
3109 houve uma mudança de paradigma.

3110 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Colegiados nacionais de participação social.

3111 **Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade
3112 Cultural)** – Exatamente, e isso faz toda a diferença, porque a gente agregou a dimensão política,
3113 sistêmica outras dimensões, e não mais setores.

3114 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Essa é a proposta realmente. Obrigado, Secretária.

3115 **Interlocutor não identificado** – Suponho que após a fala do Léo...

3116 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Thaynã, Léo, vocês
3117 querem fazer uma modificação, aglutinar aí para a gente ficar com essas duas?

3118 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – O que estamos
3119 discutindo, é uma discussão fatiada, como já foi dito pela Roberta. O que nós vamos falar agora,
3120 são das áreas nós não estamos falando de território, estamos falando de área, embora a
3121 proposta do Leo também englobe os territórios, ok, mas essa não é a discussão do momento. A
3122 discussão do momento são as áreas, que tem dois formatos postos, um deles é trazido pela
3123 Câmara, enfim todos os dois trazidos pela Câmara, um deles traz as 21 áreas taxativas, são essas
3124 ponto. A proposta do Thaynã diverge da seguinte forma, são todas as áreas abertas, e se votam
3125 em todas as áreas. Só vão para o Pleno ou para as Câmaras, aquelas mais votadas. Então eu vou
3126 exemplificar: A música já está na proposta fixada que veio do próprio Ministério. Pode ser que,
3127 numa conjuntura, a música não vá na proposta do Thaynã, assim como as outras demais áreas.
3128 Aquelas que melhor se articularem são as que vão para o Pleno essa é a proposta do Thaynã. Só
3129 estou, secretário, se me permite, só estou expondo de forma um pouco mais clara, quais são as
3130 duas propostas para a gente tentar avançar para o parâmetro da votação.

3131 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Desculpa, João Michel mas eu preciso pedir um
3132 esclarecimento em relação a minha proposta. A minha proposta inclui a dimensão de
3133 representação regional se for o caso de ser apresentada uma terceira que não inclui, a gente tem
3134 que colocá-la. A proposta que eu estou encaminhando para a votação toca sim na representação
3135 regional com a garantia de pelo menos um titular e um suplente em cada um dos 21 colegiados
3136 nacionais de participação social. Eu queria que não restasse dúvidas sobre isso.

3137 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Entendo, Léo,
3138 perfeitamente. Entendo que isso é unânime, inclusive, por isso que eu não estou passando por
3139 essa discussão.

3140 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – A proposta do Léo já
3141 está definida, é a área que a gente tem que definir logo para ir para a votação.

3142 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
3143 Então é possível que a gente faça? Apenas um esclarecimento suficiente?

3144 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Então, é isso.
3145 Desculpa, gente. Nesse caso que a gente não vai discutir primeiro como que vai definir essas
3146 cadeiras, que era o que eu estava tentando propor, acho que a Marcia entendeu, mas logo não
3147 entendeu. Vamos seguindo, acho que muita gente entendeu também, mas vamos seguindo.
3148 Tendo em vista que essa é a proposta que a gente tem na mesa, a gente entende que tem que
3149 alterar a nossa proposta. Então eu faço essa proposta aqui não sei se os colegas demais esperam
3150 que a gente consiga ir junto que é tentar minimamente a gente garantir as representações de
3151 pelo menos 5 regionais. Então, seriam 22 setores ao invés de 21. Aqui, no caso, estaria inclusa a
3152 capoeira. Então, a gente vai para 22 cadeiras de setores mais a capoeira. As cinco regionais: Uma
3153 região, sendo um por região. E uma cadeira para o fator Amazônia, para dar à Amazônia aí uma
3154 diferença. Foi até a Márcia que trouxe o fator Amazônia. Talvez a gente... A região norte teria
3155 uma cadeira, mas teria uma a mais, tendo em vista o fator Amazônia, para poder trazer bem essa
3156 questão do fator Amazônia, que foi dita, sobredita, em todos os espaços da conferência, em
3157 todas as propostas, com muita articulação, do norte junto com o nordeste, enfim.

3158 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
3159 Thaynã, eu queria fazer uma questão aqui de ordem. Essa proposta é da Câmara? Ela é sua?
3160 Porque eu acho que precisaria ficar explicitada. A segunda que eu vou propor que a gente faça,
3161 uma coisa muito simples, que a gente faça uma... Escreva rapidamente. Rapidamente. O que está
3162 escrito? Escrito é fácil. A nossa já, rapidamente aí, das 21, mas com as representações, e que a
3163 gente suba no chat, que é para poder as pessoas entenderem, por favor. Mas é preciso que você
3164 faça os esclarecimentos, se essa proposta é sua ou da Câmara, para que a gente possa fazer um
3165 encaminhamento, que me parece que isso é central para nós.

3166 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Sim. Estou
3167 escrevendo ela aqui para ficar mais...

3168 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Ok,
3169 muito obrigada, mas, por favor, assim...

3170 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Então, é a
3171 proposta que eu achei possível dentro do formato que está se dando a votação. Porque, a
3172 princípio, a gente deliberaria sobre o quadro que o Vinícius criou, e a gente iria olhando aquelas
3173 etapas e tentando afinar e possibilitar a criação de outras propostas também unificadas. Então,
3174 é essa tentativa de uma proposta unificada possível, para que a gente não perca toda essa

3175 questão toda que a gente acumulou na Câmara sobre a importância de ter essa questão
3176 sistêmica com representantes, essa comissão interconselhos, e ter pelo menos um regional,
3177 entendeu? Então, uma proposta com 28 cadeiras, nesse formato, sendo 22 setoriais...

3178 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Eu
3179 acho que essa foi a sua proposta, você está escrevendo. Vamos dar aí mais alguns minutos para
3180 que a gente consiga ter as duas propostas escritas no chat. A gente pergunta se todos os colegas
3181 estão esclarecidos e faça a votação. Isso está ok para todos? É agora, gente, para não ter questão
3182 de ordem durante o processo de encaminhamento. Tudo bem, Vitelli? A gente encaminhar assim?

3183 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Tudo bem, tudo bem.
3184 Estou passando aqui.

3185 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
3186 Então, vamos lá.

3187 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Olha ali no chat.

3188 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Eu
3189 não estou abrindo. Estou abrindo o chat já agora para ver se as duas propostas estão escritas,
3190 ok?

3191 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Aquilo
3192 é apresentou como a proposta B, vocês votam A. Para a gente poder votar A ou B, para ficar fácil
3193 a votação, está certo? Por favor.

3194 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – É, acho que
3195 nesse espaço, a ideia era a gente tentar convergir numa proposta, seria num desenho, não é
3196 possível. João Michel colocou outro, que eu também estou de acordo, pleno acordo, entendeu?
3197 O que eu não quero é que a gente perca por completo as representações regionais, por isso eu
3198 fiz a proposta de um para cada para não aumentar muito o número de cadeiras, mas dois é
3199 melhor que um.

3200 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Eu
3201 entendo você e eu acho que já estão escritas as duas propostas no chat, mas a gente tem uma
3202 divergência. Nossa compreensão é uma das regionalidades e a sua compreensão, como a de
3203 outros companheiros, é outra. Acho que a gente precisa fazer essa superação, acho que vai ser

3204 bom para a gente fazer esse avanço. As formas de enxergar as regionalidades, elas são
3205 diferentes, são duas concepções diferentes. Não há muito como a gente fugir, por isso que eu
3206 fiz o encaminhamento, perguntei se os colegas teriam alguma divergência, eu acho que o
3207 companheiro Vitelli pode fazer, aí a verificação se as propostas estão no chat para que a gente
3208 faça a votação.

3209 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Roberta, você
3210 acha que a gente não consegue, aqui na conversa mesmo, que muitas das vezes a gente pode
3211 talvez nem precisar de votar, segurar pelo menos um representante por região e a comissão
3212 interconselhos, tendo em vista essa questão toda, a consultoria da Unesco trouxe muito isso
3213 também, a gente trabalhou muito em cima disso.

3214 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretária de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
3215 Então, no esforço do consenso, a comissão dos interconselhos, que a gente ainda não escolheu
3216 o nome, porque já tem outro órgão como comissão interconselhos, ela já foi super bem-vista por
3217 todos nós, é importante que a gente faça um incentivo a que conselhos estaduais existam. O que
3218 a gente está colocando, e eu acho que aí talvez seja a inflexão de que talvez você e João venham
3219 um pouco mais para cá, é que a gente pode ampliar a quantidade de representações regionais
3220 dentro de cada representação setorial. Talvez isso a gente possa chegar a essa conclusão. O Léo
3221 tem falado uma no mínimo, a gente pode colocar um número fixo. Se a gente puder caminhar
3222 por esse lado, talvez a gente consiga chegar a um formato que seja confortável para todos nós.
3223 Como disse o Léo, a nossa compreensão, e eu peço desculpas, não era para eu estar falando essa
3224 próxima frase, a nossa compreensão é que quando você tem representantes dos territórios, das
3225 regionalidades, você não tem uma âncora, um lastro, onde ele represente algo que ele retorne à
3226 sua fala. Numa comissão interconselhos, ela tem uma função específica, que é trazer os debates
3227 setoriais que se fazem no nacional para o Estado e, conseqüentemente, para os municípios, e,
3228 ao contrário, trazer as discussões que emergem dos territórios por dentro, fortalecendo os
3229 mecanismos dos conselhos. O que se trata não é só fortalecer o Conselho Nacional na nossa
3230 avaliação, é fortalecer o conjunto dos conselhos. Por isso que a proposta do interconselhos, ou
3231 o nome que tenha, ela precisa dialogar com o conjunto do Conselho Nacional. Ele precisa fazer
3232 um diálogo e, juntamente ao seu trabalho de acompanhar as políticas setoriais, fazer com que
3233 elas existam nacionalmente. Não é um Conselho Federal, ele é um Conselho Nacional, portanto,
3234 a gente enxerga muito, muito possivelmente bem exitoso se a gente trabalhar dentro das
3235 representações setoriais. Nós podemos aumentar a quantidade dessas representações se for

3236 necessário, e se vocês acharem por bem que a gente aumentaria, aí faz um estudo mais
3237 aprofundado na própria Câmara. Mas aprovar o espírito me parece ser uma coisa muito
3238 importante para nós, para essa afirmativa de que a gente está trazendo as regionalidades e
3239 também está incorporando a forma com que o nosso setor se organize, porque o setor é cultural.
3240 Então, acho que a gente precisa fazer essa observação. E essa é uma arquitetura muito
3241 interessante e não é simples, é uma arquitetura sofisticada. Nós vamos precisar estar juntos
3242 nessa estruturação. Ainda teremos representantes regionais, mas eles falarão exatamente onde
3243 o debate se faz. Um debate regional, ele não sai do debate da cultura, na nossa compreensão,
3244 ele se estabelece no debate da política cultural. Eu peço muitas desculpas, não era para eu ter
3245 feito essa explicação, porque estou aqui funcionando como mesa, mas acho que isso talvez ajude
3246 nessa proposição consensual que a gente está caminhando, já que todos nós queremos fazer o
3247 melhor pelo Conselho com o máximo de representação possível.

3248 **Sr. Fabiano dos Santos** – Roberta.

3249 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Secretária.

3250 **Sr. Fabiano dos Santos** – Só uma questão de ordem, por favor, pessoal. Eu peço para quem está
3251 secretariando, não sei se é o Daniel, enfim, se é a Roberta ou o Júnior, que vocês percebam que
3252 estamos em tela e que tem mãozinhas levantadas. Eu levantei a mão há mais de 10 minutos atrás
3253 para colaborar com esse debate, e imagino que tal como eu, outras pessoas levantaram também.
3254 Então, de vez em quando, levantem a vista para a tela e vejam onde é que estão as mãozinhas
3255 para garantir o debate. Mas, de certa forma, eu me sinto muito contemplado pela fala do Léo.
3256 Então, assim, nem sei se cabe mais eu trazer algo que eu estava pensando colaborar no debate,
3257 que era essa defesa. Mas, enfim, eu só peço que quem estiver secretariando levante um
3258 pouquinho a vista, olhe as mãozinhas levantadas, por favor.

3259 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Eu queria fazer uma questão de ordem também para a mesa.
3260 A gente estava em processo de encaminhamento de votação e parece que nós retroagimos
3261 agora na reabertura dos debates. Eu queria entender se a gente vai seguir, abrindo os debates,
3262 e aí, obviamente, como o secretário falou, a gente tem que seguir a ordem de inscrições, ou se a
3263 gente vai retomar o processo de encaminhamento de votação para que a gente conclua no nosso
3264 teto mantendo o quórum, que o teto, se não me engano, é às 17h e a gente está com o quórum
3265 comprometido.

3266 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
3267 Perfeito, Léo. Podemos fazer isso? Podemos seguir para aferição da compreensão das pessoas?
3268 Vitelli, a gente já tinha decidido...

3269 **Sr. Fabiano dos Santos** – Porque se já for para a votação... Roberta, se permite, secretária. Se for
3270 para a votação, ótimo, tudo bem. Eu sei exatamente o que é que eu vou votar aqui. Mas se ainda
3271 houver o debate, eu gostaria de dar uma contribuição, só se for abrir o debate também, certo?

3272 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
3273 Perfeito. Então, vamos seguir o processo de votação anteriormente encaminhado.

3274 **Interlocutora não identificada** – Tenho dúvidas.

3275 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Aqui
3276 está o chat.

3277 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – A gente
3278 precisava da explicação das pessoas que colocaram a proposta. Foi aberto só isso. Não abrir o
3279 debate.

3280 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – É uma questão de
3281 ordem.

3282 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Nós não
3283 tínhamos aberto o debate. Nós abrimos para as pessoas esclarecerem a proposta.

3284 **Interlocutora não identificada** – Gente, não posso falar muitas vezes porque a menina da Libras
3285 não acompanha.

3286 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Nós não
3287 abrimos debate sobre o tema. Nós abrimos para que as pessoas que fizeram a proposta
3288 pudessem explicar a proposta, que havia dúvida para encaminhar a votação. Só foi isso. Então,
3289 não cabia para a gente observar um conjunto de inscrições de debate se é apenas o
3290 esclarecimento das duas. Então, o Léo fez uma fala. Thaynã e João Michel fizeram a fala. Nós
3291 entendemos que era possível um esclarecimento da secretária Roberta e a gente seguir com a
3292 votação das duas propostas. Porque, em suma, existem duas propostas. Então, foi isso o nosso
3293 encaminhamento é seguir com a proposta, não abrir para o debate. É isso que a mesa entendeu.

3294 Tudo bem, estou falando aqui porque Vitelli me autorizou a dar essa explicação. Podemos seguir
3295 para a votação.

3296 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – O meu entendimento
3297 era exatamente isso. São duas propostas, A e B, e a gente coloca em votação.

3298 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – O
3299 regimento diz que a gente tem que fazer votação nominal. Então, eu tenho uma lista de nomes
3300 aqui e vamos dizendo nome por nome aqui. Daniel está aqui junto.

3301 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Você
3302 se importa de ler as propostas que estão no chat, Júnior, por favor, para esclarecermos as
3303 pessoas?

3304 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Sim.

3305 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu acho que a
3306 gente poderia tentar ir chegando no consenso. Eu acho que dá para o governo, tipo assim, a
3307 gente consegue cinco regionais, ou também a gente está vendo que não vai ser nenhuma. Mas
3308 no fato de não ser nenhuma, talvez inclui na proposta do Leste, a gente fica numa proposta só,
3309 a gente mantém a comissão interconselhos e cria pelo menos uma cadeira para o fator
3310 Amazônia, para pelo menos a Amazônia ter a voz garantida. A questão da região, a gente falou
3311 muito também pela Amazônia, pela região norte. É o consenso, gente.

3312 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – É a
3313 tentativa do consenso. A sua proposta de consenso. No entanto, a fala de Léo ao explicar a
3314 proposta dizia que a proposta já contém regionalidade. Então, a gente quer entender, assim,
3315 caso contrário, você está propondo uma outra proposta. Mas a proposta que está na mesa, a
3316 explicação dele, respondendo para vocês, foi que já contém regionalidade. Então, não teria
3317 conciliação da proposta, porque a proposta que eles apresentam tem um modelo de
3318 regionalidade. E a outra proposta, outro modelo de regionalidade. Então, são sim duas
3319 propostas. Há que ganhar, tem regionalidade. No entanto, modelos de regionalidade. É isso. Se
3320 as duas pessoas de uma proposta do outro, desejarem juntar a proposta, a gente vai ter que
3321 parar aqui. E os dois que têm proposta, conciliar a proposta. No entanto, Léo, representando a
3322 uma proposta, não abriu. Então, a gente precisa...

3323 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Desculpa, Júnior. Eu queria realmente pedir o
3324 encaminhamento da votação de uma proposta que não é minha. Eu só reduzi ela a termo. É uma
3325 proposta da Câmara Temática dos colegiados. Ela é uma proposta que traz... A gente tem,
3326 inclusive, um powerpoint para apresentar se tiver discordância. 21 colegiados nacionais, 7 fóruns
3327 nacionais com representação garantida de regiões em todos esses colegiados. É só essa
3328 proposta que eu estou encaminhando como votação. E aí, queria ouvir se a gente tem uma
3329 segunda proposta para ser votada e que a gente possa encaminhar ainda aproveitando o fórum
3330 e o teto de horário da reunião. Acho que a gente está chegando no limite inclusive respeitadas
3331 as estratégias. A gente conhece como é que funcionam os processos democráticos, é isso
3332 mesmo. Mas eu acho que há um desejo e uma necessidade, não só do governo. Essa proposta é
3333 uma proposta construída numa Câmara paritária de que a gente encaminhe para a votação.
3334 Então, eu reforço a proposta. Ela está escrita, pode ser colocada no chat. E queria ver se a gente
3335 tem uma segunda ou até uma terceira proposta para encaminhar a votação.

3336 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – É que o
3337 secretário Fabiano pediu assim mesmo. Fabiano levantou. Continua a mesma mão? Ou você
3338 pediu para falar agora?

3339 **Sr. Fabiano dos Santos** – Não, porque é o seguinte. O debate continua, persiste. O Thaynã está
3340 trazendo o debate da forma legítima. Então, se o debate persistir, eu vou falar. Não vou mais
3341 nem pedir licença. Eu vou fazer a fala aqui. Então, eu preciso saber se a gente vai para a votação
3342 ou não, certo? Porque se o debate persistir, eu não vou mais levantar a mão. Eu vou falar como
3343 vocês estão atravessando e falando também na hora que entendem.

3344 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – As
3345 duas propostas estão escritas no chat, como a gente tinha encaminhado. E eu reitero a
3346 necessidade de que a gente as leia. E coloque processo em votação, está bom? Já foi defendido.
3347 Nós todos... E aí, eu gostaria que alguém que está aí, fizesse a leitura. Eu acho que precisaria
3348 fazer essa proposição a partir da leitura. Aqui acaba aparecendo mais algumas outras propostas,
3349 mas, efetivamente, já ficou incluso.

3350 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Eu só queria fazer um registro aqui. Gente,
3351 por favor, uma questão de ordem.

3352 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Gente, uma questão
3353 de ordem.

3354 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Só uma questão de ordem. Entrou aqui no
3355 chat uma proposta bem alterada. Eu acho que tem alguma coisa equivocada aqui. Proposta A é
3356 a proposta A, que é onde eu entendi que é a defesa de Thaynã. A proposta B está vinculada à
3357 proposta que o Léo Leça formula no sentido da construção. Foi colocado no chat aqui proposta
3358 B alterada. Aí não dá para ter terceira via. Isso não é busca de pactuação. Vocês me perdoem. Eu
3359 queria poder ler aqui. São duas propostas. Proposta A: Mais votados definem as cadeiras e 15
3360 colegiados, mais cinco regionais. Proposta B: 21 setoriais e regionalidade como critério para os
3361 colegiados. Bem resumidamente.

3362 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Para a votação. A e B.

3363 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Eu vou
3364 cantar o nome.

3365 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Prontos
3366 para votar. A gente vai dizer nome por nome. Proposta A e B, está certo?

3367 **Interlocutora não identificada** – Eu queria fazer uma solicitação. Eu estou embarcando nesse
3368 momento. Falta um minuto para o teto da reunião. Eu gostaria, na hora da chamada de votação,
3369 ser chamada primeiro. Se eu não conseguir, eu já quero manifestar meu voto na proposta B.
3370 Senão, não vou conseguir votar. É muito atropelo. As pessoas vão precisar sair. O horário da
3371 reunião é de 17 horas. Eu vou entrar num avião.

3372 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Ok.

3373 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Ok.

3374 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Votação
3375 nominal.

3376 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Vamos lá.

3377 **Interlocutor não identificado** – Eu reitero, fiz uma terceira proposta que não está aí.

3378 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – A e B.

3379 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
3380 Proposta A e proposta B.

3381 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Proposta que está aí.
3382 A Câmara da Sociedade Civil e a do governo. Pronto?

3383 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Só
3384 uma questão.

3385 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – É da Câmara. Tem duas
3386 propostas.

3387 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – A e
3388 B. Podemos votar em votação? Após o debate, apareceram outras questões. É muito importante
3389 que a gente entenda que já tínhamos feito a consensuação da proposta A e da proposta B. O
3390 Thaynã modificou a sua proposta, retomando o debate das regionalidades na sua proposta. E
3391 nós vamos encaminhar essa votação. Se tiver necessidade de uma complementação, a gente faz
3392 uma complementação num momento posterior.

3393 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Não houve
3394 acordo em relação às propostas? Desculpa, Roberta.

3395 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – É
3396 claro que não teve acordo.

3397 **Interlocutor não identificado** – A gente está votando, Thaynã. Vamos ter uma razoabilidade com
3398 o processo democrático.

3399 [Falas sobrepostas]

3400 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – O pessoal da LIBRAS
3401 está confuso. Vamos lá, regime de votação. Márcia Rollemberg. Ok. Com o Fernando ou com o
3402 Roberta?

3403 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Pois é, ué. Márcia
3404 Rollemberg. A ou B?

- 3405 **Sra. Márcia Helena Gonçalves Rollemberg (Titular - Secretaria de Cidadania e Diversidade**
3406 **Cultural)** – A proposta dos colegiais definidos. B.
- 3407 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Carmen
3408 Negrão.
- 3409 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais de**
3410 **Fotografia no Brasil)** – Eu voto na proposta B e considero que o fator amazônico está
3411 contemplado nos campos das árvores e florestas.
- 3412 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Fernanda. A ou B?
- 3413 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
3414 **– IBRAM)** – Sou eu, gente.
- 3415 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – A ou B?
- 3416 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
3417 **– IBRAM)** – Ou meu voto já foi computado?
- 3418 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – A ou B?
- 3419 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
3420 **– IBRAM)** – Sou Fernanda, gente. Ficou Fernanda Castro, B.
- 3421 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
3422 Fernanda do Ibram.
- 3423 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
3424 **– IBRAM)** – Proposta B, por favor.
- 3425 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – B. A
3426 conselheira Adriana.
- 3427 **Sra. Adriana Dutra (Suplente - Serviço Social do Comércio – SESC)** – Proposta B.
- 3428 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Não tem. Fabiano
3429 Piúba.
- 3430 **Sr. Fabiano Piúba (Secretário de Formação, Livro e Leitura)** – Proposta B.

3431 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Luiz
3432 Torelli.

3433 **Sr. Luiz Torelli** – Proposta B.

3434 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Henilton.

3435 **Sr. Henilton** – Proposta B.

3436 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Luciana
3437 Conrado. Cadê? Maurício. Você não está.

3438 **Sr. Maurício Cândido da Silva – (Representante do Comitê Internacional dos Museus – ICOM
3439 Brasil)** – Proposta B.

3440 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Joelma Oliveira. Estou
3441 na sequência. Daniela Santana Fernandes. Daniela Santana Fernandes. A ou B?

3442 **Sra. Daniela Santana Fernandes** – Ouvindo? Pronto, Saman. Boa tarde. Proposta B.

3443 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Vitor
3444 Hugo ou Gilcéia? Gilcéia. Gilcéia Souza.

3445 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Gilcéia, A ou B? Não
3446 está na sala? Gilcéia está mudo seu microfone, Gilcéia.

3447 **Sra. Gilcéia Souza de Lurdes (Suplente – Confederação da União das Federações de Capoeira do
3448 Brasil)** – Oi.

3449 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Oi, Gilcéia. A ou B?

3450 **Sra. Gilcéia Souza de Lurdes (Suplente – Confederação da União das Federações de Capoeira do
3451 Brasil)** – Pois então. Eu vou me abster de votar. Porque nós não tivemos um debate sobre a
3452 Câmara dos Colegiados. O regimento nos confere isso.

3453 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Roberta Cristina
3454 Martins.

3455 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)**
3456 – Proposta B.

3457 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Daiara
3458 Tukano.

3459 **Sra. Daiara Tukano** – Proposta B.

3460 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Laís Helena Custódio.

3461 **Sra. Laís Helena Custódio Rodrigues de Queiroz (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico**

3462 **Nacional – IPHAN)** – Proposta B.

3463 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Geová

3464 Silva.

3465 **Sr. Geová Alves da Silva (Titular - Instituição de Tradições e Cultura Afro-brasileira São Judas**

3466 **Tadeu)** – Proposta B.

3467 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Leonardo.

3468 **Sr. Leonardo Lessa de Mendonça** – Proposta B.

3469 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Elson

3470 Rocha.

3471 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Elson Rocha.

3472 **Sr. Elson Silva da Rocha (Titular – Representante Região Norte)** – Eu vou me abster. Eu vou me

3473 abster por não concordar com o processo.

3474 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –

3475 Registrado. Lucimar.

3476 **Sra. Lucimar Marques** – Eu vou me abster. Eu vou me abster.

3477 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Nelson. Nelson. B. B.

3478 B.

3479 **Sr. Nelson Luiz Rigaud Mendes (Suplente - Fundação Cultural Palmares)** – Nelson, proposta B.

3480 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Fábio

3481 está na sala. Ah, é Nivaldo. Cadê? Ah, Saulinho.

3482 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Vou votar B. Caio, Caio.

3483 B ou A? Caio, A ou B?

3484 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Caio da

3485 Educação. Vitelli. Cadê? Nivaldo. Nivaldo Jorge.

3486 **Sr. Nivaldo Jorge da Silva (Suplente - Representante Região Nordeste)** – Proposta B.

3487 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Juana. A ou B?

3488 **Sra. Juana Nunes (Titular – Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação -**
3489 **MCTI) – B.**

3490 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – Luiz**
3491 **Felipe Vitelli.**

3492 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste) – A. Ana Carla. Ana Carla**
3493 **Pereira. A ou B?**

3494 **Sra. Ana Carla – Proposta B.**

3495 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) –**
3496 **Fernanda Adão.**

3497 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3498 **– Voto contra as duas propostas.**

3499 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – Então,**
3500 **é abstenção, não é?**

3501 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3502 **– Abstenção, voto contra as duas propostas.**

3503 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – Mas não**
3504 **tem essa modalidade. A gente vai ter que registrar a abstenção, viu, Fernanda?**

3505 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3506 **– O meu voto é contra as duas propostas.**

3507 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – Nulo.**
3508 **Está bom. Nulo, é.**

3509 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3510 **– Não, eu quero registro de voto contra.**

3511 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural) – Mas tem**
3512 **que inventar uma categoria nova. A gente vai para observar quais categorias a gente poderia**
3513 **botar para não estar contra.**

3514 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3515 **– Você coloca considerada no pleito como nula, mas a conselheira solicita o registro de voto**
3516 **contra as duas propostas.**

3517 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Eduardo. Eduardo.
3518 Ministério da Justiça. Eduardo Araújo Nepomuceno.

3519 **Sr. Eduardo de Araújo Nepomuceno (Titular – Representante do Ministério da Justiça e**
3520 **Segurança Pública)** – B.

3521 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – João
3522 Michel.

3523 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Dada a... Está me
3524 ouvindo? Dada a poucas vezes que vivenciei na minha vida tamanho atropelo, abstenho meu
3525 voto.

3526 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Oi?

3527 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
3528 Abstenção.

3529 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Quem aqui? O Carlos
3530 Federico, Fernanda Nascimento. Jaqueline Santana.

3531 **Sra. Jaqueline Santana da Silva (Titular – Representante da Confederação Nacional de**
3532 **Municípios - CNM)** – Proposta B.

3533 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Thayná
3534 Paes.

3535 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu me
3536 abstenho também, tendo em vista que o processo para a condução da votação ele foi
3537 extremamente atropelado e, a meu ver, muito desrespeitoso a tudo que a gente construiu na
3538 Câmara e o que a gente apresentou aqui hoje que poderia sim ser fruto de mais convergência, a
3539 gente poderia caminhar para isso mais. Por favor. Sinceramente.

3540 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3541 – Esse é o reflexo que o DF está travando na participação social do Conselho.

3542 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Paulo
3543 Leônidas.

3544 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Paulo Leônidas.

3545 **Sr. Paulo Leônidas de Barros (Titular - Representante Região Sul)** – Eu vejo as duas propostas
3546 muito equivocadas. Me abstenho.

3547 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Daniela. Daniela Barros.
3548 Daniela.

3549 **Sra. Danielle Christian Ribeiro Barros (Titular – Representante do Fórum Nacional dos**
3550 **Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados)** – Proposta B.

3551 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
3552 Jaqueline Custódio.

3553 **Sra. Jaqueline Custódio** – Proposta B.

3554 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Eliane Parreiras.

3555 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Eliane
3556 não está na sala? Um minuto, vai contar aqui.

3557 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Não
3558 tem ninguém falando, é isso?

3559 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Não,
3560 contamos aqui.

3561 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Voltaram 32 pessoas.
3562 Proposta A, com 1. Proposta B, 23 e abstenções, 8.

3563 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
3564 Desculpa, mas falta conselheiro, viu? Falta o conselheiro Marcos Souza.

3565 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Não,
3566 esse conselheiro não votou. Não votou.

3567 **Sr. Marcos Souza** – Estou aqui, Júnior. Proposta B, por favor.

3568 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** –
3569 Desculpa. A gente não viu o seu voto. 24. Ficou assim, 8 abstenções, considerando o pedido de
3570 registro que era da Fernanda, já está lá no registro. Proposta B, 24. Proposta A, 1. 32 pessoas
3571 votaram.

3572 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3573 – E quantas ausências, por favor? Ausência. Quantos conselheiros não votaram? Desde o
3574 momento da instalação.

3575 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Gente, e uma
3576 dúvida que é só regimental aqui, pessoal.

3577 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – O único não votante foi a conselheira Eliane
3578 Parreiras do Fórum de Capitais, não estava presente no momento e ele foi computado como
3579 abstenção.

3580 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3581 – De todo o quórum do Conselho, não está faltando gente aí, não?

3582 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – O quórum estabelecido foi de 33.

3583 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3584 – Muito obrigada.

3585 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Só uma dúvida,
3586 questão regimental. A pessoa tem que estar presente no início da reunião, ela pode sair e voltar
3587 depois, mas tem que estar na abertura do quórum, não é? Eu não sei se o Marcos estava presente
3588 na abertura do quórum.

3589 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – O Marcos Souza estava a sua suplente, Edna
3590 Espírito Santo.

3591 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Ok. Eu quero só
3592 acrescentar um parênteses, Daniel, por gentileza. Na ausência da Eliane Parreiras não é possível
3593 computar o voto dela como abstenção. Embora eu gostaria que fosse mesmo, mas infelizmente
3594 não pode, ela é falta.

3595 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Ok,
3596 registrado.

3597 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – É ausência, ela
3598 não está presente.

3599 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3600 – Era isso que eu queria dizer, Michel. De todo o quórum do Conselho, quantas pessoas não
3601 votaram? De todo o número do Conselho, só para registro. Quantas? Não, de todo o número
3602 total do Conselho, quantas pessoas não estiveram presentes na votação? Era isso que eu queria
3603 saber.

3604 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Dos que estavam
3605 presentes inicialmente e que votaram agora, apenas a Eliane não votou.

3606 **Interlocutor Não Identificado** – Pessoal, a pergunta da conselheira Fernanda é qual é a
3607 composição dos conselheiros e quantas não vieram. Só isso. O fato é que nós tivemos que
3608 quórum para essa votação, não é isso?

3609 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – É
3610 necessário ler todos que estavam presentes. A gente tem uma ausência, Sociedade Civil 1,
3611 Lucimar. No sentido de representação. No governo, de ausência, a gente tem nenhuma ausência
3612 no quórum, ok?

3613 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Lucimar votou.

3614 **Sr. Shaolin Barreto (Titular - Representante Região Nordeste)** – Absteve. Eu entendi que você
3615 falou que ela não estava presente. Lucimar se absteve, mas se a gente teve 32 votantes, são 36
3616 no Conselho, então teve quatro ausências.

3617 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Morgani (Titular Representante Região Centro-Oeste)**
3618 – Isso. Obrigada, Shaolin.

3619 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – É isso.

3620 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Eu
3621 só queria que o Vitelli proclamasse, falasse novamente os números, porque a gente acabou com
3622 toda razão, fazendo as pontuações, e retomasse os números definitivos da contagem, para que
3623 a gente prosseguisse.

3624 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Vou
3625 fazer a conferência para a fala de Vitelli ter a precisão com as observações feitas pelos plenários,
3626 certo?

3627 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – A gente foi
3628 muito atropelado. Não teve ninguém que escreveu a proposta B. A proposta A, quer dizer. Ela
3629 não foi escrita por ninguém. Ninguém solicitou esse texto formalmente. Mas é isso.

3630 **Sr. Fabiano dos Santos** – Pessoal, isso que o conselheiro Thaynã está dizendo é muito grave. Nós
3631 votamos duas propostas aqui. Foi apresentada uma proposta no início da reunião pelo
3632 conselheiro Thaynã, e uma outra que foi apresentada. Então foram duas propostas que foram
3633 aqui apresentadas. Nós votamos sim duas propostas. Inclusive, você sabe de tudo, conselheiro.

3634 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Mas eu falo
3635 que o texto da proposta, o secretário, o Leonardo, ele formulou um texto de uma proposta.
3636 Proposta B. A proposta A, não houve uma formulação de texto para a votação que ninguém

3637 colocou. O Ministério achou um texto, com base no que a gente apresentou no começo, e
3638 colocou esse texto. Mas não necessariamente era o texto de uma proposta para ser votada.
3639 Tanto que o texto do Leo, ele tinha...

3640 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
3641 **- IBRAM)** – Mas foi perguntado, Thaynã, se precisava ser corrigido.

3642 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Na sequência aqui,
3643 questão de ordem.

3644 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu tentei falar
3645 que não estava de acordo com o prosseguimento. Eu tentei falar que não estava de acordo com
3646 aquele desenho e sugeri um...

3647 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
3648 **- IBRAM)** – Você falou inúmeras vezes e não falou que estava de acordo, Thaynã.

3649 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Falei que não
3650 estava de acordo com aquele texto e sugeri outro texto que não foi utilizado. Foi isso. Eu sugeri
3651 outro texto que não foi utilizado. Com licença, uma questão.

3652 **Sra. Fernanda Santana Rabello de Castro (Presidenta do Instituto Brasileiro de Museus**
3653 **- IBRAM)** – A terceira proposta.

3654 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Gente,
3655 vamos seguir aqui. Eu acho que a gente precisa seguir. E a gente precisa, secretária, que a
3656 senhora faça uma fala de proclamação final, porque a senhora preside oficialmente esse
3657 conselho, está certo?

3658 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** – Ele
3659 vai fazer a fala. A proclamação foi feita pelo...

3660 **Sr. Lindivaldo Júnior (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Cultural)** – Só o
3661 Vitelli fala e depois a senhora faz uma proclamação.

3662 **Sra. Roberta Martins (Titular - Secretaria de Articulação Federativa e Comitês de Cultura)** –
3663 Obrigada. Obrigada. Tem ainda muito que avançar na proposição, no sentido de considerar que
3664 existem muitas possibilidades de conversa mais estrita e de vozes mais atentas às falas. De
3665 muitos lados, a gente tem aí uma proposição que teve apoio, sim, de conselheiros que são da
3666 sociedade civil, outros que se abstiveram. Acho que a gente precisa fazer esse balanço num
3667 próximo momento, mas efetivamente a gente consegue chegar a um consenso progressivo,

3668 quase consenso. Esperar a companheira se sentar. Obrigada. Companheira de Libras, a gente
3669 consegue chegar quase em uma consenso de uma proposição e essa proposição vai ser bastante
3670 exitosa, eu acredito, com a participação de todos nós. A gente acredita que agora é partir para a
3671 estruturação do regimento interno, o refinamento da proposta, em especial, quando a gente
3672 continuar aí conversando no âmbito das câmaras e no âmbito do Ministério e da sociedade civil
3673 nas construções. Há muito nós estamos aí propondo muitos fóruns, estruturando a duras penas,
3674 combatendo essa diluição das ações de fortalecimento da sociedade civil. Acho que algumas são
3675 muito positivas, Márcia Rollemberg lidera duas, eu falaria no especial, uma delas do Hip Hop, a
3676 outra ligada ao Comitê de Cultura LGBTQIAPN+, que foi uma proposição construída juntamente
3677 ao Conselho e a partir das referências propostas na conferência, então se dá essa estruturação.
3678 Alguns planos já se estruturam a partir da conversa com os movimentos e com os setores que se
3679 organizam, como, por exemplo, os das artes. É preciso que a gente olhe de uma maneira positiva
3680 e que a gente vá ao encontro de movimentos que se organizam sim. E também é preciso a gente
3681 enfrentar algumas lacunas, como, por exemplo, um debate que se fez aqui, infelizmente a gente
3682 não conseguiu avançar, no qual eu gostaria muito de apontar, e é a relação com o fator
3683 amazônico, ele não se resume ao estado do Amazonas, a gente tem pouquíssima representação
3684 de estados amazônicos aqui nesse conselho, e é preciso que a gente converse exatamente sobre
3685 essas questões de uma maneira cada vez mais qualitativa e eu acredito que todos nós estejamos
3686 nesse barco juntos. A gente precisa olhar para frente, olhando que o copo está mais cheio do
3687 que está mais vazio, e aí eu proclamo o fim da 16ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional
3688 de Políticas Culturais, muito obrigada a todos e sejam felizes nesse próximo período aí, nessa
3689 organização, nessa estruturação dos movimentos sociais, está bom? Vamos e vamos juntos, acho
3690 que essa é uma chamada à união de um conjunto que aqui se coloca bastante aguerrido,
3691 bastante apaixonado pelas causas que fazem, a gente quer agradecer muito aos trabalhadores,
3692 aos trabalhadores técnicos, aos nossos técnicos que dão suporte, como a CONJUR, a Ouvidoria
3693 e outras áreas, agradecer demais aos conselheiros que compõem as câmaras e sigamos, essa é
3694 a nossa proposição agora, é construir o processo eleitoral. Obrigada, boa tarde.

3695 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Agradeço a presença
3696 de todos aí, e bate, foi nesse nível mesmo encerrada essa reunião. Muito obrigado a todos.